

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Processos de Resiliência e Género: Narrativas
auto-biográficas de mulheres no contexto de
migrações forçadas em Portugal

Laíla Albuquerque Lemos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Psicologia das Relações Interculturais

Orientadora:

Doutora Carla Marina Madureira de Matos Moleiro
Professora Auxiliar

Co-orientadora:

Doutora Sandra Gaspar Roberto
Investigadora Auxiliar Convidada

Outubro 2018



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Processos de Resiliência e Género: Narrativas
auto-biográficas de mulheres no contexto de
migrações forçadas em Portugal

Laíla Albuquerque Lemos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Psicologia das Relações Interculturais

Orientadora:

Doutora Carla Marina Madureira de Matos Moleiro
Professora Auxiliar

Co-orientadora:

Doutora Sandra Gaspar Roberto
Investigadora Auxiliar Convidada

Outubro 2018

Agradecimentos

Agradeço às mulheres que partilharam aspetos de suas vidas para este trabalho, que se abriram de forma gentil para o que propus investigar. Também sou muitíssimo grata às minhas orientadoras. À Professora Doutora Carla Moleiro, por me acolher, respeitar e encorajar. À Professora Doutora Sandra Roberto, meu eterno agradecimento, por me fortalecer em momentos de crise, amparar, ser tão perspicaz e acreditar em mim até o fim. Agradeço ao meu namorado, o Miguel, pela sua paciência em me ouvir e por ter um coração tão grande. À minha mãe pela sua disciplina acirrada comigo, algumas vezes, mas onde também consigo ver todo seu imenso amor e admiração pelo meu trabalho e pela minha pessoa. Ao meu pai, que me enche de carinho e incentivo. À minha avó Alci, que quando comecei este projeto estava lutando pela sua vida e estava longe de mim, como grande parte da minha criação ocorreu em seus cuidados, também tenho o alívio e a alegria de ter terminado esta tese ao lado dela. Ao meu irmão, que é um grande companheiro. Às minhas amigas, tias, avós, prima e irmã mais nova, que tanto me cercam, falam e ensinam sobre o feminino. Às amizades tão fortes que construí em Portugal e as que me acompanham desde o Brasil. Ao Doutor Jorge Gravanita, que como meu analista me escutou de maneira excepcional, investiu em mim, ajudou-me a me autorizar e conhecer os meus desejos.

Resumo

O presente estudo foi feito na abordagem qualitativa e endereçado às questões referentes à melhor compreensão de como se dão os processos de resiliência de mulheres migrantes forçadas em Portugal. Buscou-se, a partir do entendimento deste fenómeno construído socialmente, descobrir quais seriam as adversidades e recursos utilizados pelas participantes para significarem os seus próprios processos de resiliência. Além do mais, também foi parte de nossa investigação, acessar quais seriam os significados de recursos e adversidades associadas à especificidades sobre o seu gênero. Para isso, foi utilizado o instrumento de relatos auto-biográficos para as mulheres discorrerem sobre assuntos referentes aos seus processos de migração, resiliência e gênero. Utilizou-se a análise de conteúdo para melhor compreender estes relatos de biografia. Desta forma, os resultados sugeriram que às áreas mais ligadas às adversidades, foram: trabalho, religião, política, violência e questões financeiras, situação jurídica, habitação, saúde e educação. Nos campos mais significados por recursos, estavam: trabalho, política, família, segurança, saúde, finanças, religião, integração e suporte institucional. Em relação às questões de gênero, as adversidades ligadas mais especificamente a este fator, foram aspetos da ausência de suporte social, à relação com o masculino e dificuldades com a maternidade. Contudo, entre os recursos ligados ao feminino, estavam o suporte entre mulheres, familiares, transgeracionais e a importância da figura materna. Às questões financeiras e de trabalho, foram os únicos campos representados tanto no país de origem, como no de acolhimento, o primeiro ligado às adversidades e o segundo com aos recursos, respetivamente.

Palavras-chaves: resiliência, mulheres, migração forçada, gênero, psicologia

Abstract

This is a qualitative research that addresses the questions regarding how the processes of resilience in forced migrant women occur and can be understood in Portugal. This study aimed to perceive in a social constructive way, which adversities and resources can be used by the participants to signify their own processes of resilience. In addition, it was also part of our investigation, to access what the meanings of resources and adversities associated with the specificities about their gender. For this, the instrument of self-biographical interviews was used on these women to discuss issues related to their migration, resilience and gender processes. Content analysis was used to better comprehend these biographical speeches. Furthermore, the results suggested that the areas most related to adversities were: work, religion, politics, violence, financial issues, legal situation, housing, health and education. Resources were related to: work, politics, family, security, health, finance, religion, integration and institutional support. Regarding gender issues, the adversities were related more to the aspects of social support, relationship with the males and difficulties with motherhood. However, among the resources related to the feminine, were the support between women, family and transgenerational holder and the importance of the maternal figure. Financial and labor issues were the only fields represented both in the home country and in the host country, the first one linked to adversity and the second one with resources, respectively.

Keywords: resilience, women, forced migration, gender, psychology

Índice

| | |
|--|-----------|
| Agradecimentos | IV |
| Resumo | V |
| Abstract..... | VI |
| Índice..... | VII |
| Índice de tabelas..... | X |
| Introdução..... | 1 |
| CAPÍTULO I - Estado da Arte | 4 |
| Processos de Resiliência | 4 |
| Migrações Forçadas..... | 8 |
| Dados Gerais sobre Migrações Forçadas..... | 13 |
| Processos Psicológicos nas Migrações Forçadas..... | 15 |
| Gênero e Migrações Forçadas..... | 20 |
| CAPÍTULO II - Método..... | 25 |
| Instrumentos..... | 25 |
| Participantes..... | 26 |
| Procedimento..... | 28 |
| CAPÍTULO III - Resultados | 31 |
| As adversidades no país de origem..... | 31 |
| Finanças: ganhos insuficientes e preocupações com a sobrevivência | 33 |

| | |
|---|-----------|
| Trabalho: precarização e dependência | 35 |
| Religião: alterações dos princípios e abuso..... | 36 |
| Os conflitos e divergências políticas..... | 37 |
| Violência e a ameaça à integridade física..... | 39 |
| Os recursos no país de origem..... | 41 |
| O valor e a satisfação no trabalho..... | 42 |
| Envolvimento e ativismo político..... | 42 |
| As adversidades no país de acolhimento..... | 43 |
| Dificuldades e necessidades de saúde pessoal e familiar | 45 |
| Condições e insatisfações na habitação..... | 46 |
| Educação fragilizada..... | 47 |
| Finanças, preocupação econômica e baixas remunerações..... | 49 |
| Interações Sociais: diferenças e dificuldades..... | 49 |
| Dificuldades de integração e adaptação..... | 51 |
| Situação jurídica: burocracias e dificuldades na legalização..... | 51 |
| Feminino(s): ausência de suporte, relação com o masculino e maternidade..... | 52 |
| Recursos no país de acolhimento..... | 54 |
| Família: características, auxílio e acolhimento..... | 56 |
| Perceção de Segurança..... | 58 |
| Ausência de dificuldades na Saúde..... | 59 |
| Recursos financeiros disponíveis..... | 59 |
| Trabalho: aspiração e dedicação profissional..... | 60 |

| | |
|--|----|
| Religião: Valores e práticas religiosas | 60 |
| Integração: atitude positiva e persistência | 62 |
| Suporte institucional: apoio material e psicossocial | 62 |
| Feminino(s): autonomia e suporte | 63 |
| CAPÍTULO IV - Discussão | 63 |
| Adversidades | 67 |
| Adversidades no país de Origem: Trabalho, Religião, Política e Violência Trabalho | 67 |
| Religião | 68 |
| Política e Violência | 69 |
| Adversidades no país de acolhimento: dimensões características e relações sociais | 70 |
| Situação jurídica | 70 |
| Habitação | 70 |
| Saúde | 71 |
| Educação | 72 |
| Interações Sociais, representações sociais e integração | 72 |
| Adversidades nas Finanças: do país de origem ao país de acolhimento | 73 |
| As adversidades e o feminino(s) | 75 |
| Recursos | 76 |
| Recursos no País de Acolhimento | 76 |
| Família | 76 |

| | |
|---|----|
| Segurança, Saúde e Suporte institucional | 77 |
| Finanças | 79 |
| Integração | 79 |
| Religião | 80 |
| A Política como recurso no país de origem | 80 |
| Trabalho como recurso: do país de origem ao de acolhimento | 80 |
| Os recursos e os femininos | 81 |
| Resiliência, género e migrações forçadas; implicações e limitações | 82 |
| Referências Bibliográficas | 85 |
| Anexos | 93 |

Índice de tabelas

| | |
|---------------|----|
| Tabela 1..... | 32 |
| Tabela 2..... | 41 |
| Tabela 3..... | 44 |
| Tabela 4..... | 55 |

Processos de Resiliência e Gênero: Narrativas auto-biográficas de mulheres no contexto de migrações forçadas em Portugal

“Uma mulher que vai ser como uma rocha no leito do rio, suportando (...) Uma mulher cuja generosidade, longe de ser contaminada, foi forjada pelas turbulências que se abateram sobre ela” (Hosseini, 2007, p.57).

O meu interesse pela temática de migrações forçadas foi representado por este trecho de um livro, que fez parte da minha adolescência. Assim como este relato, outra história também me marcou, em "Sobrevivi para contar", uma mulher de Ruanda, descreveu como fugiu do genocídio de seu povo. Esta mulher falou sobre o seu trajeto, neste caso não-ficcional e igualmente difícil, em busca da sobrevivência. Ainda não consigo compreender muito bem todo esse fascínio por caminhos como estes. Porém, também há o feminino, que me encanta a cada novo encontro com mulheres que admiro e desde que “me conheço por gente” questiono o que é ser mulher. Mas também acredito vir da minha relação com os feminismos e pelo meu interesse no sagrado feminino. Ativismos e saberes, muitas vezes, não científicos, mas que às vezes podem traduzir e representar algumas questões que já me inquietaram ou que ainda me atravessam.

Para além de aspectos pessoais, penso que estas duas áreas de estudo, as migrações forçadas e as questões de gênero, podem estar ligadas a pesquisas sobre outro conceito, os processos de resiliência. Nesta pesquisa, estes processos serão considerados como processos construídos socialmente, passíveis de navegação e negociação, dinâmicos e relacionados às adversidades e recursos, que os próprios indivíduos podem significar. Desta forma, através de relatos de mulheres migrantes forçadas em Portugal, usando as narrativas auto-biográficas procurou-se responder a duas questões de pesquisa: (1) quais os significados que mulheres em contexto de migração forçada em Portugal atribuem aos recursos e adversidades nos seus processos de resiliência?; (2) quais as especificidades relativas ao gênero associadas a estes processos?

PROCESSOS DE RESILIÊNCIA E GÊNERO: MULHERES EM MIGRAÇÃO FORÇADA

A presente dissertação contou com 4 capítulos que foram divididos em Estado da Arte, Método, Resultados e Discussão. No final foram apresentadas as conclusões e implicações deste estudo. Sobre o Estado da Arte, referiu-se a contextualização dos processos de resiliência, ou seja, o seu histórico dividido em vagas. Primeiramente, tinham um caráter abordado pelas ciências naturais, usados em sistemas físicos e ecológicos. Já como conceito psicológico e em uma primeira vaga, nos primeiros estudos neste campo, tentava-se estudar suas implicações em jovens e crianças, com o objetivo de se encontrar fatores protetores para tipos de situações traumáticas.

Ainda no mesmo capítulo definiu-se os processos de migração forçadas, apresentando um breve histórico da construção deste campo acadêmico, bem como as definições e implicações das distinções entre migrações “voluntárias” e involuntárias. Apresentaram-se os números oficiais de instituições que trabalham com estas populações, em contexto de migrações forçadas. De seguida, foram referidas as implicações psicológicas observadas nestes tipos de migrações. Relatou-se o que foi primeiramente, uma época destinada a entender os efeitos das migrações forçadas por via de estudos mais psicopatológicos, associados ao trauma e ao *déficit* destas experiências, para prosseguir com a apresentação de outros modelos de compreensão destas mudanças, através de estudos culturais e etnopsiquiátricos.

No que se refere aos estudos de género em contextos de migrações forçadas, questionou-se como têm sido abordados, nomeadamente, o facto de não colocarem as mulheres como personagens principais e ativas destes estudos. Referiu-se ainda a caracterização de fatores protetores e de risco como importantes para contextualizar os fatores que podem interferir nos processos de migração forçada destas mulheres.

No seção do Método descreveu-se os instrumentos utilizados para a presente pesquisa (eg. questionário sociodemográfico e guião de entrevista narrativa), uma breve caracterização das participantes e os procedimentos adotado no estudo. Destacou-se ainda as dificuldades em recrutar participantes para este estudo.

PROCESSOS DE RESILIÊNCIA E GÊNERO: MULHERES EM MIGRAÇÃO FORÇADA

Os Resultados foram divididos em 4 partes, onde se destacaram os aspetos de recursos e adversidades das participantes: “Os recursos do País de Origem”, “As adversidades no País de Origem”, “Os recursos no País de Acolhimento” e “As adversidades no País de Acolhimento”. Estas seções também puderam ser melhor descritas em 4 figuras, que mostraram as categorias iniciais, intermediárias e finais usadas para a análise destes dados.

Na parte da Discussão, apresentou-se os resultados encontrados para o que foram os significados de recursos e adversidades, para as mulheres participantes deste estudo. Por fim, foram apresentadas as principais contribuições do estudo acima referido, evidenciando as características que ajudaram o entendimento dos processos de resiliência em mulheres migrantes forçadas. Por último, debateu-se as implicações principais para instituições, coletivos, meios clínicos e comunitários para os quais este estudo pode contribuir. Para além de serem mostrados aspetos das limitações deste estudo.

CAPÍTULO I - Estado da Arte

Neste primeiro capítulo foi apresentada a contextualização teórica deste estudo, ou seja, as teorias e autores que embasaram o modo como a presente pesquisa foi realizada. Assim, percorreu-se teoricamente a formação e desenvolvimento do que se considera atualmente como processos de resiliência. Além de terem sido destacadas as vagas e o histórico das investigações deste fenômeno, dentro dos quais foi selecionado o modo como consideramos e definimos estes processos.

Outro campo de estudo importante de ser caracterizado diz respeito às Migrações Forçadas, através da discussão dos diversos tipos e aspetos. As participantes deste estudo não foram classificadas ou rotuladas conforme o tipo de migração pelo qual passaram, mas foi feita a reflexão sobre quais características que cada migração poderia ter assumido, de forma a perceber o impacto que estas poderiam ter nas mulheres migrantes. Assim, apresentou-se um pouco do histórico do conjunto de investigações nesta área, diferenças de terminologia nas migrações, e dados gerais sobre estes movimentos, como por exemplo, a quantidade de pessoas que se deslocam e as origens destas populações.

Foram destacados os aspetos psicológicos referentes às Migrações Forçadas, primeiramente, num viés psicopatológico já muito estudado, tipicamente associado ao estresse e ao trauma. Todavia, buscou-se também considerar outras dimensões de estudo em uma linha de estudos culturais. Outro fator destacado foram os estudos nestes campos, também ligados às questões de gênero. Assim, constatou-se a importância de uma interseccionalidade entre estes campos de estudo, respectivamente, Processos de Resiliência, Migrações Forçadas e Gênero. Para além de terem sido apresentados os fatores protetores e de risco em vários tipos de estudo relacionados com às questões de gênero.

Processos de Resiliência

Os estudos sobre resiliência são datados há cerca de meio século. O termo foi utilizado inicialmente por Thomas Tredgold em 1818, para descrever como determinados tipos de madeira poderiam ter a capacidade de suportar, sem quebrar, uma carga forte e súbita (McAslan, 2010). Em sua origem, também era entendido como: recuo, mola, recuperar ou

saltar. Somente após muitos anos é que o conceito de resiliência nos campos da física e engenharia foi usada também por cientistas do desenvolvimento e ecologistas. Este uso foi feito a partir de uma metáfora sobre quanto um sistema (e.g. comunidade ou família) poderia ser capaz de sobreviver, responder a desafios e ter continuidade na sua prosperidade (Gunderson & Holling, 2002; Masten & Obradovic, 2008).

Ao longo de 30 anos, a investigação e desenvolvimento em torno do conceito de resiliência tem se expandido. No início, os estudos eram em suas essências mais atentos aos jovens e crianças em ambientes de risco. Nestes estudos notava-se que, apesar de experiências adversas, várias crianças demonstravam um desenvolvimento positivo e eram nomeadas como: resilientes, sobreviventes e invulneráveis. Isso significa que apresentavam, no decorrer do processo de crescimento, a capacidade de ultrapassar desafios em relação aos processos de desenvolvimento, económicos, ambientais e emocionais (Brooks & Goldstein, 2005).

Esta linha desenvolvimental, onde as pesquisas se centravam em descobrir uma série de factores protectores que poderiam actuar e se processar como reguladores do desenvolvimento é considerada como a primeira vaga de estudos sobre resiliência (Luthar, Sawyer & Browns, 2006).

Porém, na atualidade, é demonstrado que há baixa evidência científica sobre um traço resiliente ou de resiliência e além do mais, por parte dos estudiosos que pesquisam o tema, há uma significativa depreciação desse ponto de vista (Wright, Masten & Narayan, 2013). Atenta-se que esta utilização do conceito pode ser perigosa, pois corre-se o risco de culpabilizar as “vítimas”, pressupondo que deveriam ter um “traço de resiliência” e que poderiam superar uma situação difícil ou extremamente adversa (Garbarino, 2005).

Na segunda vaga de estudos sobre a resiliência, esta é entendida e afirmada entre investigadores como um resultado. Assim, poderia ser consequência de uma grande conjunção de factores que propiciavam o seu aparecimento, diante factores de risco (Fletcher & Sarkar, 2013). Na perspectiva de dar resposta a uma aplicação mais prática do fenómeno, em relação particularmente ao planeamento de políticas sociais, o desenho experimental era buscado de forma que possibilitasse a avaliação das formas mais adequadas relativamente à

implementação de programas de intervenção precoce e prevenção (Weissberg, Kumpfer, & Seligman, 2003).

Assim, também surge uma análise multi-nível, que foi influenciada pelo desenvolvimento da neurociência e biologia, interagindo muitos fatores em níveis de análise, iniciando-se de uma perspectiva individual, celular e biológica, encontrando-se com os níveis, comunitários, familiares, contextuais até ao nível cultural (Luthar, 2006). Como resultado deste esquema, está o interesse em investigar os fatores protetores em relação as variações da sua influência; bem como os seus efeitos preventivos e variáveis mediadoras, por meio de abordagens multi-nível e estatísticas (Cicchetti, 2013).

Na última e terceira vaga, através da concepção de processo, muitos autores procuraram definir a resiliência como um processo bi-direccional, em que a exposição a fatores de vulnerabilidade ou risco, que também podem ser cumulativos e múltiplos. O indivíduo se vê envolvido nas tarefas de adaptação ao ambiente e de auto-regulação, de forma que obtenha o ajustamento positivo como resultado. A abordagem central passa por reconhecer que a adaptação individual é um processo dinâmico, não absoluto (num determinado contexto e momento pode-se desenvolver em um processo de resiliência, mas quando modificadas as condições, tal pode não acontecer) e alterado ao longo do tempo (Luthar & Cicchetti, 2000).

Afastado de uma orientação teórica da Psicologia positiva e de maior tradição Norte-Americana, o teórico francês Boris Cyrulnik desenvolveu uma concepção sobre a resiliência, considerando o paradigma psicanalista. Este referiu-se a resiliência como um processo onde o indivíduo faz uso de recursos internos em um contexto cultural, afectivo e social que podem elaborar determinados traumas psíquicos (Cyrulnik, 2001). Concentra-se, desta forma, no desenvolvimento infantil e em vivências que podem ter sido traumáticas na infância, dando evidência, portanto, ao vínculo infantil em idades precoces e a resiliência. Deste modo, crianças que construíram uma boa vinculação têm maiores chances de ter no seu desenvolvimento situações de resiliência, mesmo quando adultas (Cyrulnik, 2004). O “*tricot*” é usado pelo autor como uma analogia, uma metáfora para exemplificar o fenómeno, onde haveria uma “lã desenvolvimental” e uma “lã afetiva e social”, que são atadas pela resiliência

formando uma malha, mas que ao mesmo tempo, também como uma teoria de vida que pode desatar-se e atar-se continuamente, assim, não pode ser objetivada (Cyrulnik, 2006).

Atualmente tem sido frequente o uso do conceito pela linguagem popular e por profissionais, contudo com uma determinada percepção simplista de entendimento, mencionando-o como uma bem-sucedida capacidade de adaptação em relação a adversidades significativas. Por isso, ou por também ser um conceito que passa por um processo de consolidação, é considerado um tema que está em constante debate (Kaplan, 2005).

Em suma, a partir da fundação epistemológica, da perspectiva e psicologia positivistas, ascende o conceito de resiliência. As investigações nesse contexto têm buscado classificar a maneira com que as pessoas acedem a certos recursos diante as adversidades. Contudo, existem perspectivas diferentes em relação à compreensão da resiliência, tratando-a como resultante de um processo ou como um traço de personalidade. Porém, uma possibilidade na investigação empírica é considerar a resiliência como um processo, onde é evidenciada uma adaptação positiva do indivíduo quando há a ação de fatores promotores ou protetores face às condições ou situações adversas, podendo este processo ser circunstancial e dinâmico (Luthar, Cicchetti & Becker, 2000).

A maioria dos estudos quantitativos sobre a resiliência utiliza esta última compreensão apresentada, que está relacionada com o poder preditivo dos fatores que fazem parte do conceito, na procura de relações de causalidade. Todavia, para um afastamento de uma posição positivista, neste estudo adotamos a designação de adversidade e recursos, o conceito desenvolvido por Ungar (2004, 2008, 2015) que concebe a resiliência como uma construção social, cujas relações entre adversidades e recursos são socialmente diversas, politicamente contextualizadas, culturalmente organizadas, e individualmente caóticas e complexas.

Assim, os processos de resiliência são entendidos como a capacidade dos indivíduos navegarem e negociarem pelos recursos disponíveis, para inclusive os providenciarem e experienciarem, em caminhos culturalmente significativos para eles próprios. Entre os componentes desses processos estão os recursos e também as adversidades, que se relacionam e possuem características socialmente construídas e diversas (Ungar, 2015). Para Yunes

(2003), os significados nos processos de resiliência podem funcionar como uma experiência individual, ou seja, atribuídos de forma subjetiva por cada indivíduo.

Além do mais, utilizando a definição acima referida é importante definir os conceitos de navegação e negociação para entender os processos de resiliência. A navegação refere-se à capacidade das pessoas procurarem os recursos de que necessitam, mas também à disponibilidade que estes apresentam. Uma vez que os recursos são limitados a vários níveis, estes apenas poderão ser usados na medida em que estão disponíveis num determinado momento e contexto. A negociação destaca o modo como as pessoas podem individualmente apropriar-se dos recursos que sejam culturalmente relevantes, e adequados ao contexto adverso a que se encontram expostas (Ungar, 2008).

Migrações Forçadas

A presente pesquisa também se insere no campo de estudos das migrações forçadas, portanto é importante a descrição e compreensão de como esse fenómeno vem sendo abordado na literatura. Contudo, o objectivo deste estudo não será classificar a população entrevistada segundo os aspetos ou categorias que as migrações forçadas podem assumir. Pretendemos problematizar / refletir sobre os interesses e limites da categorização das migrações e o impacto social e individual que a mesma tem, quer nas políticas migratórias, quer nos próprios migrantes. Esta pesquisa priorizou as narrativas auto-biográficas de mulheres em situação de migrações forçadas, de forma que elas mesmas destacaram a percepção de suas trajetórias de vida e os significados atribuídos aos seus processos de resiliência e as suas relações com especificidades de seu género.

Como contribuição para o início deste debate, situamos a questão depois de massivas desapropriações e deslocamentos de populações devido a I Guerra Mundial na década de 1920. Nesta altura Fairclid (1925) fez uma primeira distinção entre conquista, colonização, invasão e imigração no meio académico. Posteriormente, seguimentos de escolas teóricas estruturaram diferenças referentes a movimentos de migrações populacionais voluntárias e involuntárias. As primeiras eram caracterizadas por serem formadas por trabalhadores permanentes, temporários e sazonais, além de pastores nómadas. Já as movimentações

involuntárias constituíam-se de pessoas que fugiam da guerra, violência ou pressão política (Price, 1969).

Hansen e Oliver-Smith (1982), propuseram a ideia de que as migrações voluntárias e involuntárias não deveriam ser vistas como dicotômicas, mas como fenômenos distintos num *continuum* do movimento populacional. Ou seja, onde há uma espécie de continuidade entre categorias de migrações, que entre as categorias de migrações voluntárias e involuntárias poderiam existir diversas categorias variantes entre si. Através dessa possibilidade, outros pesquisadores (Cernea, 1993; Hein 1993) elaboraram mais categorias que descreviam e consideravam fatores, como: políticas de migração, o ambiente natural, aspirações, liberdades e movimentos sociais.

Posteriormente, em *Global Apartheid*, Richmond (1994), constatou que a maioria das teorias se concentravam na migração voluntária e que fatores econômicos eram predominantes em determinar o movimento de pessoas em escala global. Além de destacar que, a maioria das migrações no mundo são de pessoas que se deslocam de regiões mais pobres para as mais ricas. Da mesma maneira, Chatty (2013) diz que mesmo no campo de estudos específico sobre a migração involuntária, como no caso do asilo, é reconhecido que há uma relação entre fatores econômicos e políticos nas decisões tomadas para se mudar ou permanecer em um país. Assim, torna-se difícil a separação entre fatores políticos e econômicos, em uma situação de migração involuntária.

Com efeito, o que se deve reconhecer é o caráter e o peso descritivo em relação à compreensão conceptual da diferença entre migração voluntária e forçada. Assim, consideraremos a definição de grandes “movimentos de refugiados” ou da migração forçada como: originários de guerras ou revoltas civis, terrorismo, revolução, agitação política, expulsão de minorias étnicas, conflito comunal, ética religiosa ou em regimes estatais opressivos das violações de direitos humanos em grande escala (Chatty, 2013).

Segundo Erdal e Oeppen (2017), o termo “voluntário” foi atribuído a algo ou alguém que agiu por escolha, sem compulsão ou por livre arbítrio e que, de forma regular, é utilizado para denotar um tipo de migração. Os mesmos autores reconhecem que existem pessoas que

podem migrar para terem algum tipo de aventura ou para conhecerem o mundo. Porém, a maior parte das pessoas pode migrar por acreditar que, se mudar fisicamente para outro lugar poderá ter melhores condições de vida para eles(as) mesmo(as) ou para familiares. Olsaretti (1998) demonstrou que uma escolha é voluntária quando é feita no contexto de alternativas aceitáveis para o indivíduo, ou ainda se a falta de alternativas é aceitável para a pessoa que faz a escolha.

O significado de “melhorias” de condições de vida pode assumir várias funções (e.g. estar próximo à família, um trabalho melhor, viver em um clima meteorológico mais agradável ou fugir de uma zona de guerra, etc.) Pode-se perguntar até que ponto estas mesmas pessoas, sem migrar poderiam desfrutar de uma qualidade de vida razoável. Desta maneira, é possível considerar uma migração menos voluntária quando a resposta para a última pergunta for “nada” ao invés de “em certa medida”. (Erdal & Oeppen, 2017).

Após a II Guerra Mundial, milhões de europeus foram deslocados e obrigados a buscar reassentamento em países terceiros. Assim, em 1951, instituiu-se a Convenção de Genebra, que tem como seu título oficial “Convenção das Nações Unidas Relativa ao Estatuto de Refugiados” (UNHCR, 2007) e também a constituição do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR). Este, possui a particular função de caracterizar o conceito de refugiado, além de supervisionar as obrigações dos Estados que assinaram esta convenção, de maneira que não fique restrita a prestar-lhes ajuda apenas em aspetos políticos ou de caridade (Chatty, 2013; Santinho, 2011).

Desta maneira, o estatuto de refugiado é determinado por esta definição (dada pela Convenção), usado pelas Nações Unidas e adotada por muitos países na determinação da elegibilidade para admissão naquele Estado. Baseia-se no requerente individual “fora do seu próprio país, devido a um receio fundado de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, filiação a um determinado grupo social ou opinião política” (UNHCR, 2007 [1951]).

Em relação ao asilo, mesmo em casos extremos, fatores económicos, sociais e políticos são interdependentes (Chatty, 2013). Para exemplificar esta questão, Zolberg et al.

(1986) mostra que os movimentos de refugiados estruturam padrões diversos associados a transformações políticas, como, por exemplo: a criação de estados-nação, o colapso e desmembramentos de antigos impérios coloniais e, por isso, não podem ser considerados uma série de eventos aleatórios.

Segundo Dowty (1987), pode-se dizer que “os chamados migrantes económicos” também podem responder frequentemente tanto às privações materiais quanto à repressão política e em algumas situações, a distinção entre “económico” e “político” pode perder o sentido. Alguns exemplos podem ser dados, como é o caso dos refugiados etíopes que fogem da guerra e da fome, os refugiados do Haiti onde o subdesenvolvimento económico e a repressão política andam de mãos dadas (Chatty, 2013) e o recente caso da Venezuela, que em uma crise política e económica, acompanhada do aumento de taxas de crime, desencadeou um deslocamento generalizado de venezuelanos (Mahlke & Yamamoto, 2017). Alguns autores (e.g. Chatty, 2013) sobre a distinção entre migração voluntária e involuntária, consideram que esta serve de base para que os países ocidentais possam recusar ou permitir o asilo. Assim, um refugiado dentro das determinações da “Convenção” pode obter asilo em outro país. Porém, nos processos de concessão de asilo pelo estado, os “migrantes económicos” enquadrados por ele nesta categoria são excluídos frequentemente, de muitos países ocidentais, sendo enviados para o país de onde vieram.

Por sua vez, Hathaway (2007) realça aquilo que considera importante na diferenciação dos estudos nos campos de migração forçada e asilo. Ele atenta para o facto de que outras populações podem ser incluídas nas migrações forçadas, como é o caso dos deslocamentos internos, nomeadamente, os migrantes internos. Por isso, ele salienta que a questão do requerente de asilo, ocorre e só pode ser feita por pessoas que estão fora do seu próprio país. O autor destaca que não é que a comunidade internacional deva ignorar pessoas seriamente em risco, ainda dentro de seu próprio país, mas salienta que existe uma diferença fundamental entre as circunstâncias daqueles que estão fora de seu próprio país e aqueles que ainda estão dentro dele, a saber, a capacidade não-qualificada da comunidade internacional para assegurar que a proteção seja provida ou para fornecer uma resposta para essas situações internas.

Esse mesmo autor defende que os estudos sobre refugiados têm sido centrados mais na investigação das próprias pessoas, já os estudos de migração forçada têm se concentrado na análise do fenômeno de um modo geral, não centrado especificamente no individual. Uma solução que abranja os dois campos de maneira própria, seria empreender uma compreensão mais flexível nos estudos de migração forçada, que ao invés de uma substituição dos estudos de refugiados por estudos migrantes / migratórios e vice-versa, poderia ampliar-se o guarda-chuva dos estudos de migração forçada.(Hathaway, 2007).

O autor (Hathaway, 2007) reconhece que as preocupações de proteção dos refugiados frequentemente se sobrepõem às dos outros migrantes forçados e até mesmo dos migrantes em geral. Porém, observa que migrantes forçados internos estarão em fuga por muitas das mesmas razões que os refugiados. Além de que os migrantes transfronteiriços, sejam eles refugiados ou não, todos enfrentam as restrições sistêmicas do regime internacional de migração. As condições para um significativo diálogo acadêmico estão, portanto, em vigor, pois apesar das diferenças fundamentais que distinguem os refugiados de outros migrantes forçados, e forçados de migrantes não coagidos, ainda há sobreposição suficiente para garantir a partilha e comunicação. O autor propõe a criação e existência de um fórum de diálogo desse tipo destinado aos estudos de migração forçada.

Além de uma perspectiva econômica e política, os cientistas sociais, especialmente psicólogos, abordam a questão da motivação e da decisão de agir das pessoas, no contexto de conflitos armados ou agitações políticas. Assim, o principal questionamento gira em torno do porquê algumas pessoas escolhem permanecer, esconder, arriscar sofrer tortura, morte ou prisão política, enquanto outras, movem-se. A relação entre restrições sociais e políticas e a escolha individual é importante no estudo da migração forçada. Esta relação reúne a questão do livre-arbítrio em oposição à determinação comportamental por forças sobre as quais o indivíduo pode não ter controle (Chatty, 2013).

Da mesma maneira, Richmond (1994) refere que existem alguns outros pontos-chave a serem considerados em relação às decisões de migração. Ele introduz dois novos termos para a literatura, “migração proativa” e “migração reativa”, em grande parte como substitutos para

os termos “voluntário” e “involuntário”. Através dessa definição, pretendeu-se identificar a complexidade tanto da migração proativa quanto da reativa e ligá-las também em um *continuum*.

As escolhas que os migrantes proativos enfrentam incluem: mover-se, quando mover-se, até onde ir e atravessar uma fronteira internacional. Essas decisões tendem a ser motivadas por considerações socioeconômicas. O migrante reativo, por outro lado - uma pessoa ou grupo de pessoas expulsas de suas casas, um apátrida ou um trabalhador forçado - tem pouco controle sobre o seu ambiente, e o grau de escolha sobre quando e onde fugir é severamente restrito (Richmond, 1994).

A decisão de se mudar ou fugir será, na maioria das vezes, motivada por uma combinação de pressões econômicas, sociais e políticas, exercendo ao mesmo tempo, algum elemento de escolha para determinar onde e quando se mudar. A eclosão da guerra, revolução, limpeza étnica, atividade terrorista ou outro conflito violento resultará em uma fuga súbita e em larga escala de pessoas. Quando as pessoas sentem que elas e suas famílias correm sérios riscos, que seu suprimento de alimentos, moradia ou meios de subsistência estão ameaçadas iminentemente, elas migrarão de forma reativa. Quando as “perdas” acumuladas se tornam tão grandes, a decisão de mover-se pode superar a pressão de permanecer (Chatty, 2013). Nesta relação, outro fator importante é o facto de que não são as pessoas sem recursos ou mais pobres que migram, pois os custos para a migração são elevados e existem obstáculos para o recebimento de crédito, mesmo se as barreiras nas fronteiras fossem frágeis, no sentido de possuir pouca vigilância e ser de fácil travessia (Abramitzky, Boustan e Eriksson, 2012).

Dados Gerais sobre Migrações Forçadas

As pesquisas e dados referentes ao migrantes forçados, nos quais incluem-se os refugiados, não representam a totalidade do que é a população em Migração Forçada, por isso é importante destacar essa diferenciação terminológica. Deste modo, no ano 2000, as entidades envolvidas na proteção internacional específica de refugiados, referiam que estes correspondiam a 22 milhões de pessoas no mundo. Estima-se, em dados do ano de 2016, que mais de 65 milhões de indivíduos estão nessa condição e que, nesse mesmo ano a Europa foi

confrontada com o maior contingente de refugiados desde a Segunda Guerra Mundial, com mais de um milhão de sírios e de outras populações vindas de outras regiões do Médio Oriente (UNRA, 2016).

Globalmente, a população deslocada à força aumentou em 2,9 milhões, em 2017. Até o final desse ano, 68,5 milhões de pessoas foram deslocadas à força em todo o mundo como resultado de perseguição, conflito ou violência generalizada. Como resultado, a população desalojada do mundo permaneceu novamente em um recorde de 25,4 milhões de refugiados, 40 milhões de pessoas deslocadas internamente e 3,1 milhões de requerentes de asilo. O Líbano continuou a abrigar o maior número de refugiados em relação à população nacional, onde 1 em cada 6 pessoas era um refugiado sob a responsabilidade da UCRH. A Jordânia (1 em 14) e a Turquia (1 em 23) ficaram em segundo e terceiro lugar, respectivamente (UCRH, 2018).

Como resultado, a população global de pessoas deslocadas à força aumentou para 68,5 milhões, em comparação com 65,6 milhões em 2016. Destacaram-se novos deslocamentos significativos, atingindo milhões de pessoas, bem como, o deslocamento devido à crise síria. A última década viu um crescimento substancial na população global de pessoas deslocadas à força. Em 2007, essa população somava 42,7 milhões; nos últimos 10 anos, esse número aumentou mais de 50%. Atualmente, 1 em cada 110 pessoas no mundo está deslocada, em comparação com 1 em 157 uma década atrás, com grande parte desse aumento tendo ocorrido nos últimos cinco anos. Embora o conflito sírio tenha contribuído significativamente para esse aumento, ocorreram outros grandes deslocamentos em todo o mundo nos últimos cinco anos, notadamente do Burundi, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Iraque, Mianmar, Sudão do Sul, Sudão, Ucrânia e Iêmen (UCRH, 2018).

Os estatutos de proteção, em que são fundamentadas as concessões em Portugal estão articulados especialmente com o acervo de instrumentos jurídicos da União Europeia, nomeadamente, o Sistema Europeu Comum de Asilo, a Constituição da República Portuguesa e a Convenção de Genebra de 1951. A instituição que é responsável pela aceitação e decisão de pedidos de proteção internacional em Portugal, é o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

(SEF). Este serviço é responsável pela instrução dos processos de concessão deste tipo de proteção, pela determinação do Estado responsável pela análise dos pedidos e pela execução da transferência para outro Estado Membro (SEF, 2017).

Segundo o SEF, em 2017, mantiveram-se os fluxos massivos vindos do Mediterrâneo que atravessam os Balcãs até ao centro e norte da Europa. A resposta desse órgão foi feita essencialmente no apoio, colaboração e gestão dos fluxos da Grécia e Itália. Além do reconhecimento da responsabilidade de acolher requerentes de proteção internacional no quadro das figuras de reinstalação e recolocação. Desta maneira, de um ponto de vista quantitativo, contactou-se o acréscimo significativo do número de pedidos de asilo face ao ano anterior (+19,1%), registando-se 1.750 pedidos, com o reconhecimento de 119 estatutos de refugiado e a concessão de 381 títulos de autorização de residência por proteção subsidiária (SEF, 2017).

Destaca-se, os pedidos apresentados por cidadãos africanos (711), para os nacionais do Congo RD (158), de Angola (121), da Eritreia (67), do Congo (58) e da Guiné (42). Dos pedidos de proteção internacional apresentados por cidadãos de origem asiática (803), realce para os nacionais da Síria (426), do Iraque (283), do Afeganistão (32), do Paquistão (21) e do Irão (18). Do total de pedidos, a maioria foi apresentada em território nacional (SEF, 2017).

Em termos de caracterização demográfica, o grupo etário, situa-se entre os 19 e 39 anos. Por género, 61,2% dos requerentes de proteção são do sexo masculino (SEF, 2017). Ou seja, apenas, 38,8 % são mulheres, que representam o número de 679 requerentes. Esses são números oficiais, porém não se tem uma estimativa para situações para as mulheres que são migrantes forçadas e não apresentam o pedido de asilo.

Processos Psicológicos nas Migrações Forçadas

O século XX viu uma onda de migração forçada, de pessoas deslocadas, desenraizadas e forçadas a sair de espaços que haviam ocupado por décadas, ou há séculos. Contudo, destaca-se que foram os efeitos psicológicos peculiares decorrentes do estatuto de refugiado prolongado que atraiu os estudos e melhoria da preocupação (Chatty, 2013). As primeiras tentativas de documentar os efeitos de trauma, perdas e as privações associadas ao

deslocamento em massa e o reassentamento após a II Guerra Mundial, demonstrou, nas concepções que apresentaremos a seguir, que a migração forçada pode aumentar o risco de problemas de saúde mental para as comunidades que vivem esse fenômeno. Além, de também ser defendido, amplamente, através da pesquisa psiquiátrica, que refugiados correriam maiores riscos de apresentar transtornos mentais (Steel & Steel, 2011).

Pesquisas de Murphy (1955), Eitinger (1959) e de Krupinski e colegas (1973) também apoiaram o diagnóstico de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), além de contribuir com o seu delineamento, que foi considerado como um dos principais desenvolvimentos nas histórias interseccionais de migração forçada e saúde mental (Steel & Steel, 2011). O TEPT e o modelo moderno de trauma também surgiram durante o período de maior desenvolvimento internacional na promoção dos direitos humanos (Steel, Bateman-Steel, & Silove, 2009). Esses estudos constituíram um campo crescente de uma epidemiologia psiquiátrica focada no trauma e foram importantes porque permitiram destacar a importância de como a experiência da migração forçada afeta o bem-estar mental (Steel & Steel, 2011). Mesmo nessa fase inicial, no entanto, surgiram preocupações referentes a constelação de TEPT, que poderia não ser suficientemente abrangente para explicar toda a gama de sintomas experimentados pelos sobreviventes de tortura (Petersen, 1989).

Dessa forma, passou a ser questionado até que ponto a exposição cumulativa a estressores pós-migração causada pelo processo de asilo, estava associada a resultados negativos na saúde mental. Assim, estabeleceu-se colectivamente a importância do ambiente de recuperação pós-migração como um fator importante significativo na recuperação psicossocial de populações em busca de asilo. Isso ajudou a avançar no entendimento do processo de recuperação entre as populações refugiadas, bem como a estabelecer uma base de evidências para defender políticas mais humanas para o processamento dos pedidos de requerentes de asilo (Steel & Steel, 2011).

Esta situação levanta uma importante nota de advertência para o psicólogo que fornece evidências no processo de determinação de refugiados. Embora, o valor de documentar os resultados psicológicos tenha sido demonstrado como um instrumento poderoso de defesa na

determinação do asilo, uma dependência excessiva de sequelas psicológicas para demonstrar o impacto das violações dos direitos humanos, também pode ser vista como prejudicial para aqueles cujos efeitos dos abusos não se manifestam como sintomas psicológicos (Steel et al., 2009). Isso significa que pode haver uma ampla gama de respostas ao trauma e há um perigo potencial na dominância excessiva dos conceitos médicos ocidentais ao abordar a validade das alegações de perseguição (Bogner, Herlihy, & Brewin, 2007). Deve-se ter muita cautela para respeitar o mundo pessoal, cultural e social de cada indivíduo, a fim de compreender suas próprias respostas às violações dos direitos humanos. Do mesmo modo, a ausência de sintomas de “trauma psicológico” não deve levar automaticamente a suposições de que os abusos não ocorreram (Steel & Steel, 2011).

Por isso, é importante chamar a atenção para a crescente crítica que tem cercado o ganho de ascendência do modelo de trauma na literatura psiquiátrica e sua aplicação particularmente entre as populações não-ocidentais. A preocupação comumente atestada é que a aplicação acrítica de um modelo psiquiátrico derivado do Ocidente, com seu foco no indivíduo e no “trauma”, pode minar premissas nas quais muitas sociedades são construídas, por exemplo, com uma noção coletivista de sofrimento e recuperação (Breslau, 2004).

Argumentou-se que pontos de vista e experiências de angústia entre sociedades culturalmente diversas podem diferir substancialmente, invalidando construções diagnósticas concebidas e pesquisadas principalmente em sociedades ocidentais. Em relação ao modelo de trauma, por exemplo, os críticos argumentam que o próprio conceito de trauma e, em particular, a categoria de TEPT pode não ter validade ou equivalência de significado universais (Bracken, Giller & Summerfield, 1995). Com isso, Miller, Kulkarni e Kushner (2006) identificaram a necessidade de uma compreensão que vá para além de um enfoque epidemiológico.

Entretanto, os estudos fora de uma abordagem que foque no *deficit* têm sido pouco frequentes (Utsey, Giesbrecht, Hook & Stanard, 2008). A necessidade de se avançar, em relação ao foco no *deficit* é algo que a investigação sobre os processos migratórios e de

resiliência possuem em comum (Seaton, Caldwell, Sellers, & Jackson, 2010), na procura de entender quais recursos e estratégias, em contexto de adversidades, são utilizados pelos migrantes. Além do mais, estes diagnósticos também são questionados por não considerarem, por exemplo, o significado da expressão cultural do “sofrimento psicológico”, como Moro (2015) e Hinton e Kirmayer (2016) apresentam, em outras propostas em linhas transculturais e etnopsiquiátricas.

Na prática, isso não impede a aplicação de métodos psiquiátricos ocidentais, mas exige um processo complementar ou integrativo de incorporação de entendimentos e abordagens locais que busquem uma síntese de conhecimento consistente com o contexto histórico, cultural e político. A forma que isso vai tomar dependerá em parte de cada contexto social. Esses tipos de abordagens podem oferecer maneiras criativas para pesquisadores e clínicos destacarem o sofrimento e advogarem pelos afetados, ao mesmo tempo também cuidar da questão mais ampla de proteger o tecido social e cultural, muitas vezes, frágil que é vital para a recuperação. Um importante desafio contínuo para o campo está relacionado à necessidade de pesquisadores e clínicos de origem ocidental valorizarem e privilegiarem o conhecimento tradicional e as crenças das comunidades de refugiados em seus trabalhos (Steel & Steel, 2011).

Outra concepção de grande importância para a compreensão dos processos de resiliência e suas interfaces com as migrações forçadas, diz respeito à cultura. Existe uma necessidade em estabelecer teorias referentes à etiologia. Este termo está relacionado com a melhor compreensão das teorias culturais, ou seja, sobre as quais cada pessoa pode se fundamentar para sobreviver à experiências que não consegue dar sentido imediato, ou em que sente dor (Zempléni, 1985 citado por Moro, 2015). Na situação de exílio, os referentes culturais do migrante, seus modos de cuidar e de tratar os problemas, podem ser desqualificados pela sociedade de acolhimento (Moro, 2015). Assim, mesmo com os cortes com um passado, em muitos casos, violento (Silva & Bucher-Maluschke, 2018), pode existir uma grande violência também no contato com o país de acolhimento. Isto pode-se dar através de exclusão social ou rejeição nas relações (Cicognani, Christopher, Sonn, Albanesi & Zani., 2018).

Assim, a relação que os migrantes fazem da cultura e da sua própria condição, algumas vezes, podem estar vinculadas a discursos, representações da sociedade dominantes e das instituições que os acolhem. Nestas ligações, a nossa compreensão sobre o ajustamento cultural passa ao invés de um processo de adaptação aos valores e normas dominantes da sociedade de acolhimento, para outro em que os migrantes podem procurar o seu lugar específico na sociedade (Davids e Van Driel, 2005).

Uma representação importante para discutir o ajustamento cultural é a “aculturação”, que pode ser definida como um processo dinâmico e multidimensional que engloba mudanças de características da vida do indivíduo migrante. Estas, podem incluir a identidade étnica e cultura, a linguagem, valores e atitudes, relações sociais e costumes, padrões alimentares, papéis de gênero, comunicação e expressões artísticas (LeMaster et al., 2017). O processo de Aculturação pode acontecer em percursos, como por exemplo, primeiramente a pessoa que migra aprende a nova língua. Posteriormente, com a participação mais intensa na cultura anfitriã, o migrante também pode passar por modificações comportamentais. Em uma visão cultural, poderão acontecer algumas transformações ligadas ao contexto do país de acolhimento, como configurações relacionadas à escola ou trabalho. Contudo, características associadas à cultura do país de origem, podem permanecer. Ou seja, a aculturação pode se referir a existência e dinâmica de ambas as culturas (do país de origem e de acolhimento) ao mesmo tempo, podendo proporcionar acesso aos recursos no processo de migração (Kane et al., 2016). Contudo, o migrante não é livre de riscos relacionados a aculturação, como é o caso da existência do choque cultural, que pode ser considerado uma experiência estressante, multidimensional e resultante do contato com uma cultura diferente, em um novo ambiente e de um estilo de vida não conhecido (Winkelman, 1994)

Dhamoon (2009) relatou que os migrantes podem viver diferentes formas de relação com a aculturação. O autor usa a construção de identidades para se referir às formas dinâmicas de negociação para a exclusão ou inclusão social do migrante. Contudo, alerta para que, muitas vezes, há o envolvimento do racismo cultural neste processo. Para ele, este último fenômeno se refere à algumas práticas simbólicas que podem classificar alguns grupos, como: incompatíveis, estranho, ou fora da concepção da moral de uma comunidade.

A American Psychological Association (APA) reconheceu uma fase de grande movimentação migratória e considerou este fluxo como decorrente de transformações polissêmicas, que podem ter parte em condições políticas, ou em crises econômicas e em instituições culturais. Em 2012, houve uma publicação pelo grupo presidencial de trabalho sobre migrações, de um relatório nomeado “*Crossroads: The Psychology of Immigration in the New Century*” (APA, 2012) que instrui para o uso de uma abordagem psico-socioecológica (Bronfenbrenner & Morris, 2007)

No mesmo sentido, anteriormente ao relatório da APA, a European and North American Clinical Psychology também executou estudos científicos que abordavam a adaptação cultural e a aculturação de migrantes (Berry, 2004; Phinney, 2004). Assim, a interdisciplinaridade é percebida como um aspecto importante para a compreensão das diferentes abordagens teóricas e metodológicas da migração. Deste modo, levamos em consideração para a realização deste estudo, a possibilidade do refugiado(a) ou migrante forçado delimitar desde componentes do seu processo de resiliência, até mesmo o que para ele(a) significaria o ajustamento cultural.

Gênero e Migrações Forçadas

A experiência de migração pode ser entendida através de vários aspetos, entre eles os contextos demográficos, adaptação e contato cultural. Assim, estas esferas possuem características importantes que podem ser analisadas, como: estatuto socioeconómico, duração da residência, etnia, vizinhança, local de nascimento, idade e gênero (Ward, Bochner, & Furnham, 2001).

Em várias comunidades, através de indicações interculturais, o gênero pode ser considerado como um fator muito importante na atribuição de um significado social (Stockard & Johnson, 1992). Ou seja, o gênero por meio da construção social, pode estar relacionado, aos comportamentos, direitos e deveres que determinada cultura acredita serem apropriados para mulheres e homens adotarem (Wade & Tavris, 1999). Os fenómenos sociais podem ser entendidos através de categorizações sociais, uma delas, que foi tida como essencial para os compreender, é a identificação de um indivíduo com o gênero (Stangor, Lynch, Duan, &

Glass, 1992). No entanto, em uma análise de gênero, devemos reconhecer que os atributos sociais, expectativas e oportunidades relacionadas a mulheres e homens se alteram, no tempo e espaço. Portanto, esta dimensão também pode ser influenciada pelo processo de aceleração de mudanças sociais, como é o caso dos conflitos e deslocamentos (Fiddian-Qasmiyeh, Loescher & Sigona, 2014).

Em todo o mundo, cerca de metade da população de migrantes forçados é composta por mulheres (UN, 2013). As motivações e condições da migração feminina mudaram consideravelmente, com um número crescente de mulheres migrando independentemente dos cônjuges e dependentes familiares (Samuel, 2009). Nos últimos 50 anos, a proporção de mulheres e homens migrantes foi quase igual (Drywood, 2014).

No que diz respeito à literatura acadêmica, Boyd (1986) relatou que as primeiras pesquisas sobre migração internacional se concentravam principalmente nas experiências de migrantes do sexo masculino. Os estudos, geralmente, não separavam as refugiadas, de migrantes voluntárias ou forçadas e tratavam as experiências de saúde dos migrantes forçados como um todo, sem diferenças de gênero (Shishehgar et al, 2017). De forma mais genérica foi somente nas duas últimas décadas que estudos, dentro do campo de ciências sociais, foram realizados sobre as migrações femininas, ou ainda, de que maneira o gênero se relaciona com as vivências migratórias (Brettell & Simon, 1986). As Escolas feministas argumentaram que existem muitas informações sobre as mulheres mas, frequentemente vêm de perguntas feitas por homens sobre suas esposas, filhas e irmãs e não das próprias mulheres. A informação dos homens é muitas vezes apresentada como a realidade de um grupo e não, apenas, parte de um todo cultural. Muitas vezes as mulheres e seus papéis são encobertos, sub-analisados ou são ausentes de todas ou partes das descrições (Brettell & Simon, 1986; Reiter 1975).

Alguns acadêmicos e profissionais que trabalham com migrações forçadas representaram as mulheres refugiadas como fracas, vítimas apolíticas e invisíveis (Boyd, 1986; Malkki, 1996). Frequentemente também são reproduzidas representações da propensão "natural" das mulheres para cuidar de populações afetadas pela violência. A partir disso, críticas extensas têm auxiliado a desconstrução da naturalização dos papéis das mulheres

inerentemente como vítimas, cuidadoras ou pacificadores (Fiddian-Qasmiyeh, Loescher & Sigona, 2014). Durante a última década, um corpo de literatura em desenvolvimento sobre mulheres refugiadas e migrantes forçadas e suas necessidades de saúde giraram predominantemente somente em torno de sua saúde reprodutiva e pré-natal (Robertson et al., 2006). Além de que, em um sistema opressivo e patriarcal, representações de uma posição “inata” dos homens relacionadas à violência, têm sido combatidas (Fiddian-Qasmiyeh, Loescher 2014).

Reconhece-se, cada vez mais, que as experiências de deslocamento das mulheres diferem das masculinas. Alguns relatos muitas vezes reduziram essas experiências à vulnerabilidade das mulheres, ou à violência sexual, em vez de explorar os motivos pelas quais as mulheres foram vitimadas e perseguidas. Ou ainda, podendo reconhecer que as mulheres deslocadas poderiam ser simultaneamente vitimadas, porém, permanecerem ativas e agentes merecedoras de respeito, e não simplesmente de pena (Hajdukowski-Ahmed, Khanlou e Moussa, 2008). Contudo, existem fatores de risco reais que permeiam as experiências nas migrações forçadas de mulheres e que não podem ser deixados de lado, quando o assunto é compreender o contexto que experienciam. Em particular, as realidades de adaptação a um novo país e idioma, combinadas com os estressores que resultam dos desafios sociais e econômicos que as refugiadas encontram no exílio, podem contribuir para o agravamento da saúde mental das mulheres refugiadas (Pumariega, Rothe, & Pumariega, 2005). Além do mais, isolamento social, solidão, falta de amizade e de apoio é um tema comum entre todas as mulheres migrantes (Falah- Hassani et al, 2015) .

Assim, ao mesmo tempo que inúmeras mulheres podem ganhar maior independência e empoderamento através da migração, riscos específicos podem surgir, como violência física e sexual, incluindo tráfico para trabalho sexual forçado (Smith et al., 2007). Durante a guerra, as mulheres correm um risco maior de agressão sexual (Cockburn, 2001) e são mais vulneráveis a ataques ou agressões sexuais quando realizam tarefas específicas de gênero, como trabalho agrícola, cuidar de outras pessoas ou tarefas domésticas (Hynes & Cardozo, 2000). A experiência de fugir da guerra é também muito mais difícil para as mulheres, que são novamente mais vulneráveis do que os homens à agressão sexual e à exploração por forças

armadas, guardas de fronteira e funcionários do campo de refugiados. Além disso, os campos de refugiados costumam ser pouco amigáveis para as mulheres e podem não ter as necessidades de gênero em mente (Hynes & Cardozo, 2000).

Mulheres migrantes vulneráveis descrevem fatores de risco adicionais, incluindo atitudes hostis da comunidade local (Mulvey 2010). Por exemplo, num estudo canadiano, existem acusações sobre estas mulheres de produzirem 'bebês âncora' para obter cidadania (Vanthuynne et al, 2013). Ou outro exemplo, em que dimensões de racismo e discriminação são prolíficas em estudos qualitativos que exploram as experiências de mulheres migrantes vulneráveis (Balaam et al, 2013). Os estressores situacionais, que são mais instáveis por natureza, incluem percepções de discriminação e um clima anti-migrante, preocupações com o bem-estar da família e apoios sociais limitados (Grzywacz et al., 2010).

Atualmente, a UNHCR reconhece que *"historicamente, a definição de refugiado foi interpretada através de uma estrutura de experiências masculinas, o que significou que muitas reivindicações de mulheres e homossexuais não foram reconhecidas"* (UNHCR 2002, p.1). De acordo com Fiddian-Qasmiyeh, Loescher e Sigona, (2014), existe o esforço no campo de estudos das migrações forçadas, em melhorar o entendimento das múltiplas posições das mulheres em situações de conflito e deslocamento, além de reconhecer o arbítrio feminino, em vez de representarem as mulheres como vítimas "não-agentes".

Assim, uma nova perspectiva advoga em *"colocar as mulheres no centro, como sujeitos de investigação e como agentes activos na coleta de conhecimento"*, para tornar *"visíveis as experiências das mulheres"* e assim revelar *"os preconceitos sexistas e as suposições tacitamente masculinas do conhecimento tradicional"* (Stacey & Thorne, 1985, p. 303). Fiddian-Qasmiyeh (2010) também apontam que existem múltiplos desafios individuais, familiares e coletivos ao negociar experiências e expectativas de gênero no presente e no futuro. Contudo, a integração em um estado de acolhimento, estado de reassentamento ou país de origem pode levar igualmente a formas novas ou repetidas de exclusão e marginalização. Como exemplo, referimos as mulheres refugiadas muçulmanas, cuja identidade religiosa pode ser particularmente visível se estiverem veladas, podem experimentar novas formas de

discriminação, como islamofobia e racismo, além de uma continuação de estruturas patriarcais de opressão em países de asilo ou reassentamento (Fiddian-Qasmiyeh, 2010).

As experiências de refugiados e de requerentes de asilo buscam uma vida segura e digna através do asilo e são enquadradas por marcadores identitários sobrepostos, como sexo, idade, religião e orientação sexual, mas também, por estruturas, como: o patriarcado, a xenofobia e homofobia. Os principais desafios conceituais, teóricos e práticos permanecem em reconhecer e apoiar indivíduos e grupos deslocados, garantindo simultaneamente que as experiências de perseguição de todos os indivíduos sejam "legíveis" para os tomadores de decisão e que políticas para oferecer proteção significativa não sejam nem paternalistas, nem patriarcais em si e por si mesmos (Pittaway e Bartolomei, 1991). Além disso, reconhece-se que as experiências de gênero devem ser analisadas em um contexto sociocultural mais amplo, incluindo critérios como classe, sexualidade, raça/etnia, nível de pobreza e idade (Fiddian-Qasmiyeh, Loescher & Sigona, 2014). Assim, o cruzamento destas várias dimensões é importante para compreender maneiras distintas de diferenciações sociais e de desigualdades. Deste modo também fazem parte de uma experiência interseccional. Existe portanto, a necessidade de desenvolvimento de uma análise e prática baseadas no facto de que, as formas de opressão podem estar entrelaçadas (Henning, 2015).

Quando se quer conhecer os percursos e significados da migração forçada feminina, torna-se indispensável privilegiar metodologias de análise as quais tomem os indivíduos como peritos das suas experiências (Morse, 1994). Desta forma, neste estudo, foi priorizado uma abordagem e análise dos fenómenos citados, em que os indivíduos, nesse caso, as mulheres em seus contextos de migrações forçadas foram as principais autoras na definição do que constituíram os seus processos de resiliência, assim como as questões de gênero que atravessaram os seus processos.

CAPÍTULO II - Método

A escolha da metodologia qualitativa foi associada, epistemologicamente, a uma compreensão sobre os processos de resiliência, considerados como socialmente construídos e diversos. E, ainda, possibilitados pelo entendimento dos seus significados, que podem ser atribuídos pelos próprios indivíduos participantes desse fenômeno (Ungar, 2015), neste estudo, mulheres migrantes em contexto forçado. Recorreu-se a narrativas auto-biográficas (Apitzsch & Siouti, 2007) e à técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011), para investigar quais seriam os significados de recursos e adversidades para estas mulheres e suas relações com o gênero.

Instrumentos

Utilizou-se como instrumentos e recursos metodológicos, as narrativas autobiográficas (Apitzsch & Siouti, 2007) com participantes que se identificaram como mulheres em contexto de migração forçada. Como material de apoio, também foi elaborado um guião (Anexo A) de condução das narrativas, para abordar mais profundamente algum tema, ou trabalhar alguma questão que não tivesse ficado clara durante o relato das participantes, durante ou após a finalização de cada narrativa. As perguntas que fizeram parte deste guião foram elaboradas com recurso a literatura referente aos fatores de risco, proteção e estudos referentes às mulheres em contexto de migração forçada. Investigou-se, nomeadamente, o contexto da migração forçada sob aspetos de ajustamento cultural, com a finalidade de se compreender melhor os fatores de adaptação ou não adaptação relacionados ao país de origem e ao de acolhimento (Davids & Van Driel, 2005). Outros fatores que foram destacados como importantes no guião de entrevistas, também estavam associados ao suporte familiar (Grzywacz et al., 2010; Le Espiritu, 2001), fatores de segurança (Smith et al., 2007), cuidados e preocupação com a saúde (Pumariega, Rothe, & Pumariega, 2005), situação educacional e profissional (Sulaiman-Hill & Thompson, 2012), autonomia financeira (Sandell, 1977; Laban, 2010), suporte entre mulheres (Collins, Zimmerman & Howard, 2011; Stapleton, Murphy, Correa-Velez & Steel, 2013) espiritualidade e religião (Sossou, Craig, Ogren & Schnak, 2008).

Foi ainda aplicado um questionário socio-demográfico (Anexo B) elaborado com a intenção de se conhecer melhor os contextos de cada uma das participantes, respectivamente: a idade, profissão, estado civil, nível escolar, país de origem, zona, partilha e tipo de habitação, com quem migrou e se já esteve em algum outro país de acolhimento, antes de Portugal. Todas as participantes foram devidamente informadas dos objetivos do estudo, tendo sido garantido o anonimato e a confidencialidade e a livre participação no mesmo. Nesse sentido foi assinado o termo de consentimento (Anexo C). A comunicação entre a pesquisadora e as participantes foi realizada em português, inglês e em espanhol.

Participantes

O processo para encontrar participantes neste estudo foi muito exigente. É importante frisar as formas como as narrativas foram realizadas e as grandes dificuldades encontradas neste percurso. As participantes deste estudo foram contatadas inicialmente através da técnica da bola de neve, através de instituições e pessoas que a pesquisadora tomou conhecimento que trabalhavam com esta população.

Assim, foi pedido aos ativistas, estudiosos e pessoas que representassem estas instituições que indicassem alguém da comunidade de refugiadas ou de migrantes, ou seja, mulheres que já estivessem em Portugal, em condição de migração forçada, pelo menos há um ano, que compreendessem e falassem o português, inglês ou espanhol. Os contactos incluíram: professores universitários que estudavam o tema “migrações”, instituições de apoio aos refugiados e migrantes, projetos que também abrigavam esse público, um restaurante que contratava mulheres refugiadas, ativistas, presidentes de associações, universidades e câmaras municipais, psiquiatras e psicólogos.

Os contactos com todas estas pessoas foram feitos de forma pessoal, via e-mail ou por ligações telefônicas. Por correio eletrónico foi elaborado também um pedido formal, que foi enviado a diversas instituições. As tentativas não abrangeram somente a cidade de Lisboa, mas o Seixal, Penela, Covilhã e a região do Algarve. Nestes esforços foi alcançada a colaboração de três mulheres migrantes forçadas.

PROCESSOS DE RESILIÊNCIA E GÊNERO: MULHERES EM MIGRAÇÃO FORÇADA

De forma mais individual, a própria pesquisadora tentou abordagens mais diretas, nomeadamente através da participação em 3 eventos que trataram sobre migrações forçadas, em um deles a pesquisadora teve acesso a uma participante. Nesse contexto, outras 2 mulheres foram contatadas diretamente, que a princípio aceitaram participar do estudo, porém posteriormente desistiram. Foi tentado o contato direto em uma instituição governamental, onde mulheres passavam horas esperando atendimento, 3 mulheres foram abordadas, porém nenhuma aceitou o convite de participação.

De modo geral, as tentativas de ajuda para este projeto à realização deste estudo esbarraram nas adversidades da demora e rigor burocrático institucional, além de algumas pessoas relatarem a saturação deste campo de estudo, onde as mulheres e migrantes forçadas, geralmente se viam cansadas de participarem de entrevistas e estudos. Apesar das dificuldades relacionadas com a captação de participantes foi possível realizar o estudo com quatro mulheres. As narrativas biográficas deste estudo, as informações das entrevistas e questionários sociodemográficos foram fornecidos por elas. Sendo mulheres com pelo menos um ano em Portugal, que podiam compreender e falar o português, espanhol ou inglês (línguas que a pesquisadora dominava).

As participantes tinham idades entre 29 e 67 anos e escolaridade do ciclo básico até o pós-doutoramento. Em relação a atividade profissional, as participantes exerciam funções em trabalhos como dona-de-casa, estudante, professora universitária e também participou do estudo, uma mulher desempregada. O objetivo foi o de analisar de forma profunda o discurso subjetivo e específico destas 4 participantes, que nomeamos como: M., M.L., A. e I., de modo a ser mantido sua confidencialidade.

Suas idades eram de 36, 67, 29 e 55 anos, elas eram da Venezuela, de Portugal (retornada da Venezuela), Guiné Bissau e Líbano, respetivamente. I. era ortodontista e pós-doutorada, seu estado civil era separada, vivia em uma zona urbana e tinha sua própria casa no país de origem, tinha uma filha de 17 anos que havia migrado juntamente com ela, além do seu primeiro destino, ter sido a Jordânia antes de Portugal. A. estava desempregada, seu estado civil era viúva, sua educação era até o primeiro ciclo, no país de origem vivia em uma

zona rural e em uma habitação arrendada, migrou sozinha, porém tinha duas filhas, uma de 5 meses e outra de 6 anos e seu primeiro país de migração foi Portugal. M. era casada, também possuía formação escolar até o primeiro ciclo completo, era dona-de-casa, tinha 2 filhos (6 e 17 anos) e estava grávida de uma terceira criança, Portugal foi o seu primeiro país de acolhimento, em seu país de origem vivia em uma zona urbana e em uma habitação arrendada e migrou com 1 de seus filhos. M.L. também era casada, possuía formação até o primeiro ciclo, era dona de casa, havia migrado com 25 anos para a Venezuela e retornado à Portugal com 66 anos com o seu marido, ela tinha 6 filhos, vivia em uma zona urbana e em sua casa própria no país de origem.

Procedimento

Na definição clássica empregada por Schutze (1983), utilizámos as definições teóricas sobre os procedimentos de como dirigir a entrevista. Portanto, evita-se o uso de perguntas pré-determinadas ou de “porquês”, tornado possível ter uma narrativa espontânea definida pela ordem que configura a experiência individual de cada participante e com os próprios motivos das narradoras. Este mesmo autor recomenda que a narrativa auto-biográfica se inicie com uma questão introdutória, que possibilite a narradora contar a sua própria história de vida de forma espontânea.

As entrevistas que foram dirigidas pela investigadora deste estudo foram cumpridas conforme as referências teóricas citadas acima. Desta forma, a pergunta aberta indicada, foi apresentada como: “Conte-me a história de vida, com todos os eventos e experiências que se lembra. Tenha o tempo que quiser”. Foram feitas algumas questões semi-estruturadas em um guião, como forma de esclarecer o conteúdo relatado, como alguma informação contraditória, hesitações, lacunas ou ambiguidades (Apitzsch & Siouti, 2007).

O encontro e o desenvolvimento das narrativas decorreu nos locais eleitos e sugeridos por cada participante. Assim, algumas narrativas decorreram em instituições que participavam estas mulheres, cafés frequentados pelas mesmas ou destinados para este fim. Nos encontros com cada participante do estudo, foi apresentado o objectivo deste, além das características de ser uma participação voluntária, como a garantia de anonimato, bem como a protecção da

confidencialidade no tratamento da informação. Da mesma maneira era solicitado o consentimento informado e esclarecido de cada mulher participante, a respeitar, assim, os princípios do código de ética dos psicólogos em Portugal.

As narrativas foram conduzidas pela autora deste estudo e gravadas em formato áudio. Posteriormente, esta informação foi transcrita pela mesma investigadora, tendo a informação áudio sido novamente usada no processo de análise das narrativas, em simultâneo com o texto das transcrições. As narrativas tiveram uma duração variável, entre 26 minutos e 6 segundos até 54 minutos e 36 segundos, após a transcrição integral de cada entrevista e respectivas anotações, seguiu-se o método de análise de conteúdo.

O conteúdo das narrativas foi analisado através da análise de conteúdo (Bardin, 2011), que consistiu em uma pré-análise dos relatos transcritos, depois a exploração do material por meio de operações de codificação considerando os recortes dos textos em unidades de registro. Definiu-se uma classificação e agregação das informações em categorias simbólicas e temáticas. Estas categorias foram feitas, primeiramente ao definir categorias iniciais, depois temáticas e após isso finais. Estas últimas categorias foram alocadas dentro de outros dois grandes grupos que interessavam para este estudo, nomeadamente, país de acolhimento, país de origem, assim como outros dois grandes grupos: adversidades e recursos. O conteúdo das entrevistas foi organizado em tabelas que serão apresentadas a seguir nos resultados. Procurou-se a discussão do material categorizado através da participação de outra investigadora, levando à re-categorização e sucessivas alterações até alcançar um consenso.

CAPÍTULO III - Resultados

Neste capítulo foram alocados os resultados obtidos nesta pesquisa, de forma que dentre as transcrições realizadas foi possível partilhar excertos que configuraram as narrativas das participantes e fizeram parte do material para posterior discussão. As informações presentes foram divididas em quatro secções, em “As adversidades no país de origem”, “Os recursos no país de origem”, “As adversidades no país de acolhimento” e “Os recursos no país de acolhimento”. Nestas encontram-se os significados que foram dados para os recursos e as adversidades nestes contextos, pelas mulheres em migração forçada participantes deste estudo.

Na primeira secção, as adversidades estiveram presentes em cinco grandes áreas, que foram: finanças, trabalho, religião, política e violência. Já os recursos no país de origem foram associados apenas a duas áreas, nomeadamente: trabalho e política. Na segunda secção, fizeram parte dos significados dados às adversidades no país de acolhimento, nove áreas, entre elas: saúde, habitação, educação, finanças, interações sociais, representações sociais, integração, situação jurídica e características do feminino(s). Os recursos que estiveram presentes no país de acolhimento, também estavam em nove áreas, que foram: família, segurança, saúde, finanças, trabalho, religião, integração, suporte institucional e feminino(s). Segue-se a descrição dos componentes específicos de cada grande área.

As adversidades no país de origem

Destaca-se, o que foi referido como adversidades no país de origem, a começar pela área financeira, no trabalho, na religião, na política e em formas de violência. As participantes dentro destes campos, referiram-se a ganhos insuficientes, preocupação com a sobrevivência, trabalho precário e dependente, abuso e alteração dos princípios religiosos, conflitos políticos, regimes políticos e ameaça à integridade física.

Tabela 1 - Categorização dos resultados sobre adversidades no país de origem

| País de origem | | | |
|-----------------------|-----------------------------|---|---|
| Adversidades | Categorias Finais | Categorias Intermédias | Categorias Iniciais |
| | Finanças | Ganhos insuficientes | - Desemprego - Remuneração baixa - Falta de Aposentadoria - Desvalorização da moeda do país |
| | | Preocupações com a sobrevivência | - Dificuldades de sobrevivência - Aumento do desemprego e fome |
| | Trabalho | Trabalho precário e dependente | - Trabalho no cultivo - Trabalho de mulheres - Trabalho com o marido - Dificuldades no negócio familiar - Ganhos insuficientes com o trabalho - Falta de direitos e trabalho informal para mães sozinhas |
| | Religião | Abuso e alteração dos princípios religiosos | - Dependência do marido por via religiosa - Religião como controle político - Extremismo na religião |
| | Política | Conflitos políticos | - Conflitos macro políticos - Divergências políticas - Manutenção dos conflitos no país |
| | | Regimes políticos | - Regime político ditatorial - Regime político |
| Violência | Ameaça à integridade física | - Violência física e insegurança pessoal - Homicídios - Violência física e perseguição política | |

Finanças: ganhos insuficientes e preocupações com a sobrevivência. Em relação às questões financeiras foi considerado, primeiramente, a preocupação com ganhos insuficientes, estes foram referentes a falta de emprego, às baixas remunerações, falta de pensão/aposentadoria e desvalorização da moeda do país. Outro fator observado como adversidades financeiras foram as preocupações com os meios de sobrevivência, nos quais nomeou-se: as dificuldades de sobrevivência e uma delas, especificamente, em meio à fome.

Sobre a falta de emprego, uma das participantes, A., relatou a insatisfação com o desemprego e como se sentia mal com este facto (...) *“Sei lá... eu to só sentada aqui, não to fazendo nada. Eu sinto mal, né? Eu quero fazer alguma coisa.*

Outro fator preocupante, que se referia às baixas remunerações, foi o que A. descreveu, desta forma: *“(...) já tou a precisar, né?”*. Apesar de ter comentado que *“(...) tava a poupar algum dinheiro...”*, não tinha *“(...) como pagar babá ainda”*, para ficar com as suas filhas, enquanto ela trabalhava. Ainda sobre uma remuneração baixa, a participante M.L. relatou a condição de seu irmão, contou que ele era médico e disse que mesmo quando trabalhava na Venezuela, seu ordenado não alcançava para se alimentar. *(...) mi hermano es médico y ya el dinero que entraba de su salario non alcanzaba para comer.*

No que, ainda se relaciona aos ganhos não suficientes e a falta de pensão ou aposentadoria, M.L. disse que havia tentado receber uma pequena pensão referente ao seu trabalho com bordados a partir dos 12 até 25 anos. Porém, o direito à pensão foi negado pelo governo, por seu marido trabalhar: *“Solamente que pensava que podia ganhar uma pequena pensão, por...me la negaram. Negaram por que...por que não descontei para o governo (...) Por que quando trabalhei, trabalhei hasta 25 anos. Dos los 12 anos a la 25 já bordava. Pero nesse tiempo, no havia descuento. Después que eu imigrei, que cambiou de governo. A quem passou essa lei, pelas mulheres a quem os bordados...também descontaram e tenia-se pensão. Entonce...eu esperava que me desse, que era a pensão...de velhos. Pero non, me la negaram, né? Se vá hacer? Se posso fazer mais nada”*.

Outro problema relatado, em relação aos ganhos insuficientes, foram ligados à desvalorização da moeda do país de origem, M.L. contou que já pensara em comprar algo em Portugal, como uma casa. Porém, disse que ninguém quer comprar as posses da família na Venezuela e também que considerava que mesmo se vendesse algo, o dinheiro que iria chegar para sua família não alcançaria para nada. Assim, considerou que a solução seria se esquecer um pouco do passado e seguir em frente. *“Se poder a vender e pudera comprar ‘alguito’ aqui era muy bom, pero non. Uno que ninguém quer comprar e outro que o dinheiro lá chega aqui e não dá para nada. O dinheiro da Venezuela no...no tiene valor. Se eram em euros, sim. Pero, ahora hay que se olvidar un pouco, que é passado e seguir pra adelante, aqui sim”*.

Ligados às finanças e as preocupações com a sobrevivência, foram citadas como adversidades às dificuldades de sobrevivência no país de origem, principalmente, associadas à fome. M.L. descreveu a situação da Venezuela como muito má, difícil, afirmou que não tem como as pessoas sobreviverem no país: *“(...) como lá a Venezuela tá tão mal, tão mal. (...) tá muito difícil ahora. Já não pode se sobreviver lá*. Assim, com a situação da Venezuela descrita, M.L. refere que a falta de comida no mesmo sítio: *“Não, não se pensa em regressar. Não, por que lá cada vez tá mais mal e, mais mal e mais mal. (...) se ouve dizer que lá cada vez pior, também já não quero mais regressar pra lá assim como tá. Por que se vá volver para lá, o que se vá comer?”*. Além do mais, descreveu como sua cunhada via as pessoas em situação de desnutrição e fome: *“A minha cunhada disse, que as pessoas tão ficando fraquinhas e morrendo. Há aí meninos desnutridos de dar dolor, a ver esses meninos desnutridos. Que passam fome... os mais pobres...”*.

M. do mesmo país de origem, relatou mais dificuldades, disse que antes as pessoas conseguiam trabalho, contudo, estas agora precisavam migrar em busca de melhores condições em países como Equador, Chile e Peru. M. também citou que seu irmão havia deixado a Venezuela: *“Si, pero ya es muy difícil, para horita es muy difícil. Antes no, era todo que tu conseguías trabajo en cualquier lado, horita no. Toda la gente tiene que migrar, y migrar y migrar. Yo tengo un amigo en Ecuador, en Chile, en Peru y en Colombia. Tiene expandido por que tienes sus hijos y el dice que no puede estar en Venezuela o el niños van morir de hambre, es muy difícil”*.

Trabalho: precarização e dependência. Outro fator que ligou as adversidades associadas aos fatores de trabalho foi o acesso a trabalhos precários e que envolviam algum tipo de dependência das mulheres em relação a outras pessoas. Entre os tipos de trabalho foram citados, o trabalho no cultivo e com o marido, serviços específicos destinados às mulheres, dificuldades no negócio familiar, ganhos insuficientes com o trabalho e a falta de direitos e trabalho informal para mães sozinhas.

Sobre o trabalho no cultivo em seu país de origem, A. disse, como sua família trabalhava para conseguir recursos: *"(...) Lá na África a gente tem caju, campo de caju. O meu pai tinha muito, aquilo ajuda a gente lá muito. A gente cultiva lá também amendoim..."*. Destacou-se o fato de que o trabalho do campo era feito por homens e mulheres, quando foi perguntado se as mulheres trabalhavam juntamente com os homens, A. respondeu: *"(...) Sim, junto com os homens"*.

Em relação ao trabalho específico das mulheres, A. destacou: *"(...) e tem o trabalho de mulher também. Como fazer arroz..."* e ao ser questionada se fazia algum trabalho em casa, A. respondeu: *"(...) Em casa, não, só trabalho de casa"*. Ao perguntar-lhe se em seu país via alguma dificuldade por ser mulher, A. respondeu que não, contudo, sobre ser mulher no seu país de origem, disse: *"(...) Mas lá, as vezes depende dos pais. Pai e mãe fica preocupado"*.

Sobre o trabalho juntamente com o cônjuge, relacionado às dificuldades no meio do trabalho, M.L. disse que construiu tudo com seu marido relatou ter sido ela, que ajudou seu marido até na construção da casa, mesmo ele sendo pedreiro, ela também o ajudava a construir a casa que tem juntos, colocando até mesmo pedras e cimento. *"(...) construímos todos juntos e fizemos tudo juntos. La casa, eu trabalhei com o meu marido e ele é pedreiro. E eu só com ele e meus meninos pequeninos e só mais ele é que fomos construindo la casa. E botei la pedra, lo cimento e lotes e passava a ele. Juntos os dois fomos construindo a la casa"*.

M.L. relatou também, dificuldades que passou pelo negócio familiar, ela disse que trabalhava em uma loja que vendia alimentação e descreve os itens que vendia. Além de, também ter descrito que concomitantemente também cuidava de seus filhos e disse que foi muito difícil. *" (...) Trabalhava na loja. A loja, é...bem, vendia comeres...Sim, vendia massa,*

arroz e verduras...frutas. Vendia assim de todo (...) Eu cuidava dos meus meninos, é...e trabalhava na loja. (...) Eu trabalhava na loja e de meus 5 meninos. Foi muy duro, foi muy duro”.

Já, M., descreveu como os ganhos, mesmo com vários tipos de trabalho, eram insuficientes. Ela descreveu que trabalhava em uma loja que vendia e realizava serviços para cães, trabalhava também no preparo de comida para esses animais, e trabalhou ainda na venda de produtos alimentares, em lavadeiras, como assistente de cabeleireiro e em um serviço informal, no qual atendia chamadas em um escritório de advocacia: “(...)yo tenia un puesto donde vendía todo lo que era para ‘cachorros’, para peros. Todos los granos y preparaba comida (...) Después de ahí, un puesto de vender chucherías, después trabaje en lavandería, trabaje como asistente en peluquería, trabaje este, atendiendo las llamadas en un ‘bofe’ de abogados. Outros trabalhos relatados por M., foi vender em sua casa produtos de limpeza, verduras e frutas. “(...)Y después cuando conocí mio marido trabajaba en mi casa vendiendo productos de limpieza, vendiendo verduras, que se tomate, cebolla, batata, este banana pinto, esas cosas, todas esas cosas y yo me ayudaba com esto.

No que diz respeito, à falta de direitos e trabalho informal para mães sozinhas no país origem de M., ela citou que mesmo com denúncias não é garantido pensão financeira do marido ou pai dos filho(s), que se tem algum provisão financeira, ainda é pouco e não é suficiente. Assim, as mães, segundo M., têm que buscar maneira de trabalhar e citou exemplos de ofícios, como na limpeza ou lanchonetes. M. destacou as mulheres que não possuem estudos, que precisam trabalhar com o que tem como oferta. “(...) ya, no ha ya eso, sigo a denuncia pero nunca te dan la mitad del pago del marido, te dan muy poco, poco demasiado que non alcanza e ya las mujeres tienen que buscar la manera trabajar, siendo en limpieza, empanadería.. que son lo que tu no has estudiado tiene que hacer lo, lo que te venga, como com que te dice localmente: ‘Lo que venga tiene que hacer’”.

Religião: alterações dos princípios e abuso. Características relacionadas às adversidades encontradas no campo religioso foram a alteração e abuso de princípios da própria religião, que foram referidos como a dependência do marido por uma via religiosa, a religião se assumir como um controle político e a existência de extremismos na religião.

Em decorrência de uma concepção de dependência conjugal por via religiosa A., afirmou que: *"(...) A gente é muçulmano (...) as mulheres da minha religião elas dependem mais do marido, né? Depender de uma pessoa é bom, ela te faz o que ela quer. Eu acho bom. (...) Eu não dependo de ninguém. O que eu posso fazer, eu faço.*

Sobre o controle político que a religião pode exercer, I. citou que algumas pessoas usam a religião para o controle populacional, que estas também roubam e são oportunistas: *"This is the problem that they use the religion to control people. (...) they steal, they are opportunists"*.

Já sobre o extremismo na religião, I. relatou que sua sociedade de origem, era uma sociedade de homens, que já havia segregação antigamente mas foi intensificada como resultado da ditadura e injustiça. I. citou que acredita que as pessoas têm que se apoiar em algo e por vezes escolhem a religião extrema. *"It is a man...a man society. There is a segregation even before...it was not like that. I think that is a result of dictatorship and the injustice. So people need have to rely on something so they become extreme in religion"*.

Os conflitos e divergências políticas. A política foi uma área citada, na qual encontram-se aspetos relacionados às adversidades, que foram vinculados aos conflitos e regimes políticos. Os conflitos políticos podem fazer parte de uma ordem macro, ou ainda estarem relacionados apenas às divergências políticas e com a manutenção destes mesmos conflitos políticos no país de origem. Outra esfera política ligada à adversidade são os regimes políticos, notadamente os regimes ditatoriais.

I. disse que acreditava que todos os países queriam resolver seus problemas na II Guerra Mundial, que a Europa e os estados tomaram decisões em que não os colocariam em guerra novamente. Contudo, para I., eles se retiraram do Oriente Médio, porém deixaram traidores para os governar. *"(...) the problem is that all the countries wanted to solve their problems at the World War II. Europe and states took decisions that they would never go to war in their countries. They withdraw from the middle east but they left the traitors to rule us.* Além do mais, os conflitos gerados por outros países afetam na imagem negativa sobre os muçulmanos, assim, I. questiona quem são as verdadeiras vítimas e declarou que todos querem resolver problemas que dizem respeito a terra dela e de seus conterrâneos *"(...) It is*

their war not our war. Also for Israel to be unbounded in the middle east it is a foreign body and it is causing a lot of problems. And what is happening in all the area it is for Israel benefit without losing penny, destroying all Arabic countries (...) But this gives, of course, very bad picture about Muslims. But who are the victims? Everybody wants to solve the problems in our land”.

Sobre divergências políticas e como porta voz de um movimento político, I. considerou este papel como um dever e também seria um dever para os outros, pois era uma ocupação do ditador. *“I found that was my duty and the duty of others. Because the society it was hearing the rumors, for that...and people who were in the spots that usually Gaddafi “speaks”. So this was embedded in their background of the people. So “What is she doing this for?”, “Why is she doing that?” “What will she benefit?”, “Oh, that means she has a conspiracy and she wants to rule and she wants...” No. It’s the kids of time, this mentality”.*

Com manutenção dos conflitos no seu país de origem, I. relatou que sabia que poderia levar um longo tempo até poder voltar ao seu país de origem e que tinha esperança. Porém, após 1 ano que havia começado o processo de asilo ficou claro para ela que a situação em seu país não seria resolvida: *“I knew that...could take a long time but always that was hope. But after 1 year, we... it was clear that it won’t...be solved”.*

Sobre regimes políticos ditatoriais, M.L. também questionou como ficaria a lei do governo quanto ao patrimônio da família e citou o que achava do estado : *“(…) mas não sei, a lei del governo como vá ser daqui a diante. Por que, eles falam que se as casas tiver sós...que eles vão tomar conta das casas, parece...não se sabe, com esse governo se espera de todo”.*

Contudo, M.L. citou que suas amigas disseram que não têm muita esperança no governo atual: *“Não há muita esperança por que...por que o governo disse que já tá ganhado, que já ganhou”.* Ainda, M.L. disse que quando o governo atual entrara ocorreu uma ditadura completa e para ele é incerto o que vai ocorrer com ele a partir de agora: *“Pero, alguns anos, acerca depois que entrou esse governo, una ditadura completa (...) e não se sabe, não se sabe, o que vai passar”.*

Além disso, I. também relatou que havia muita pressão, crueldade e ditadura em seu país de origem. Era Gaddafi o maior ditador, segundo I., que não se importava com seu país e seus soldados e considerava que a maior parte dos ditadores consideram seus países como

suas casas, porém para ele era diferente pois ela odiava a população de seu país de origem e mandava as pessoas dali embora. *“So, of course, there was pressure, there was cruelty... dictatorship. One of the worst dictatorship Gaddafi, because he didn't care about his country, he didn't care with soldiers because most dictators think that their countries is their houses, he didn't have that, he hated us. He was ruling us and hating us (...) 'Go out this country! What you want to stay?'”*.

I. disse que o ditador dizia que não ele mesmo não iria criar o “terrório”, mas um continente inteiro de terror. Assim, I. citou que este queria dinheiro, destruição, corrupção, tirar as propriedades das pessoas, matar, etc. I. citou que em 2 horas, este ditador foi capaz de matar 1.200 prisioneiros políticos. *“He...He wasn't developed it at all. He loved to make people suffer. Even we were a healthy country with only 6 million and a half, a huge country. What he... just he always he was saying that “I wasn't created "terrodio, I was created terror continent”. So, he was looking low, he wanted only the money. “Yeah”. He destroyed everything even he...in the way...verbally legalization of corruption, verbally legalization of...taking others persons properties, killing people. In one...two hours he killed 1.200 political prisoners”*. Outra situação descrita por I. foi que o ditador também enforcou professores no meio de universidades, para as pessoas ficarem em choque e não se oporem a ele: *“(...) he brought people...professors and hanged them in the middle of universities or in the middle of very places, so people get shocked and exclude opposing him. So, he was our shame”*.

Violência e a ameaça à integridade física. As preocupações referentes à violência, foram associadas às formas adversas de passagens pelos processos migratórios, estas foram ligadas à ameaça quanto à integridade física pessoal e familiar, em um contexto em que ou a violência física ocorreu e/ou que a segurança pessoal foi violada, ou ainda homicídios que aconteceram, em um dos casos, por posição política.

M. L. contou sobre o dia em que se marido foi sequestrado por 4 homens, no qual eles o prenderam em um barril e ainda roubaram o veículo dele: *“Mas, um dia, meu marido foi para o terreno e eles tava lá, quatro malandros, o amarraram, ele até tentou...um barril, veio-se abaixo e deixaram-no lá amarrado. Depois se fueron e levaram la camioneta”*. M.L.

disse que havia pensado que os criminosos queriam matar o seu cônjuge, mas relatou que não o mataram, contudo pediram muito dinheiro, pela camionete, como descreveu a seguir:

“Então, se...lo queriam matá-lo. Pero non mataram, se non pediram muito dinheiro, de camioneta”. Contudo, M. L. contou que seu marido conseguiu voltar para casa, porém ela disse que ele estava assustado e com medo e que esta não era a primeira vez que havia sido assaltado: “(...) pero meu marido ficou assustado, tinha medo. É... o que tinha sido roubado muitas, muitas vezes”.

M.L. também descreveu como ocorria o funcionamento de sua loja, que já haviam sido assaltados e que os ladrões armados costumavam ir até o caixa retirar-lhes o dinheiro: *“(...) na caixa, entonces eles sacavam o dinheiro e saíam e já apontaram a arma na cara”.* Dessa maneira, M.L. contou que seu marido tomou algumas medidas, como colocar ferros no local de atendimento, para os ladrões não conseguirem passar. Assim, M.L. trabalhava presa do lado de dentro da loja e as pessoas só lhe passavam o dinheiro por uma janela pequena, além dela mesma ter comentado, que na Venezuela, as pessoas trabalham dessa maneira agora nas lojas, como se fosse uma prisão. *“Pôs o ferro assim, na...aqui a mesa da loja, dos ferros hasta...já, os malandros já não podiam passar mais pa dentro. Já se trabalhava e era assim, as pessoas foram e eu lá dentro, e se passava o dinheiro por uma venta... por uma janelinha assim pequenina e se trabalhava-se assim. E todo mundo trabalha assim agora lá. Agora lá é como seja uma prisão, em todas as lojas”.*

Da mesma forma, a entrevistada também relatou que antes os criminosos apenas roubavam e quase nunca matavam. Contudo, segundo M.L., com o atual governo, deram liberdade aos criminosos e que agora as mortes são recorrentes. *“(...) É. Muita violência. Por que lá sempre havia violência, pero non tanto como ‘despois; que entrou este governo. (...) Por que antes eles roubaram, pero quase que não matavam. (...) Sempre havia algum morto, mas agora não senhora. Eles matam as pessoas por nada, em pleno dia, assim, eles passam e eles matam. (...) Este governo deu como...liberdade a ladrões”.*

M.L. ainda deu um exemplo de um evento, que tomou conhecimento, em que um rapaz foi assassinado em frente a sua casa: *“(...) e na minha casa una vez, na frente a minha casa, tinha uma bicicleta, um rapaz com uma bicicleta, fugindo del otro. E el otro deu um tiro e "le" mato aí”.* Além, de ter contado como eles assaltam as casas a noite, M.L. disse como é

difícil essa situação e como acredita estar cada vez pior: (...) eles se metem em las casas de noite, amarram as pessoas e roubam tudo o que tá dentro. Levam um caminhão com todo los móveis, com todo. É que é muito difícil. Agora, cada vez pior, cada vez pior”.

Sobre as questões de homicídios, por causas políticas, I. relatou que sua irmã havia continuado o trabalho voluntário através da reconciliação de paz em seu país de origem, por ela ser advogada especializada na área de Direitos Humanos. Porém, após 3 anos de trabalho, I. descreveu que sua irmã fora assassinada em sua casa no dia das eleições e que o cunhado de I. havia sido sequestrado. Além de ter relatado, que na noite anterior do assassinato, I. e sua família também foram ameaçados de morte. *“My sister continued...hm... in voluntary work and building peace reconciliation and...because her speciality is...she was a lawyer, an human rights lawyer. This was in 2011, 2014 my sister was assassinated... in her house at the day of elections. And her husband was kidnapped in our spot. And we were...the evening before that we were threatened then she was threatened as well”.*

Os recursos no país de origem

Os recursos relatados pelas participantes tiveram relação com o trabalho e à política,. Principalmente em relação ao valor que foi dado ao trabalho e sua satisfação com ele e em relação à um ativismo político ou um envolvimento político, tanto pessoal, como familiar. Assim, na Tabela 2, a seguir, pode-se representar os significados para recursos no país de origem:

Tabela 2 - Categorização dos resultados sobre recursos no país de origem

| País de origem | | | |
|-----------------------|--------------------------|-------------------------------|--|
| Recursos | Categorias Finais | Categorias Intermédias | Categorias Iniciais |
| | Trabalho | Valor do trabalho | - Satisfação com o trabalho |
| | Política | Ativismo político | - Envolvimento político - Ativismo político individual e familiar |

O valor e a satisfação no trabalho. A satisfação e o valor do trabalho pode ser observado, através do discurso de I., que contou que, Após a revolução, voltou ao seu trabalho na universidade como professora, pois acreditava que tudo começava pela educação: *“So, after that...the revolution, I turned back to my work. Because I think at the university and professor at the university that I was...because I thought and still think that everything starts with education”*. I. comentou que como povo eles tinham que tomar a iniciativa para uma revolução, assim, para ela o seu papel era muito importante, por que ela falava inglês e sabia como era a mentalidade ocidental. Dessa maneira, a primeira vez que assumiu essa função, I. relatou que estava engajada com os jornalistas, entrevistas e traduções: *“But we felt people at the time that we have to take the initiative. For me my role it was very important because I speak English, I know the western mentality... So, my first time I was engaged with the journalists, with the the broadcastings and I was releasing interviews, and translating and is how I became the spokesperson. Ok? So, ‘yeah’”*.

I. disse que estava pronta quando o momento surgiu, para ser a porta-voz e que ela atirou-se nesse dever. Ela descreveu que tentou fazer a diferença e cumprir seu dever para seus país, seus estudantes e para a nova geração: *“So, it is just...I was ready but...and the moment came. Ok? So, I just threw myself in it. Trying to make a difference and to do my duty, to my country, and students, and young generation. Yes. And that is it, that was how I see it”*.

Envolvimento e ativismo político. Sobre um Ativismo e envolvimento político I. citou que considera haver oportunismo nas revoluções, que alguns querem lugares de destaque, contudo considerou que para sua família a política sempre tomou grande parte nas discussões, estudos e leitura. Assim, mantinham-se atentos ao que ocorria no país. I. constatou que a política poderia ser considerada para ela como pessoal e profissional, assim, quando pensa que há um dever a ser feito, algo que ela pode fazer para ajudar, ela o faz. *“You know in revolutions opportunistic they want the places (...) Politics to our family always sticks, big part, always we discuss, we study, we read, we...So, we are aware what is going on. So, it is personal and professional, both. This is me. This role is me and this is still me. That I have... when I have a duty, whatever, when I can do something I do it”*.

I. declarou ter feito parte da revolução de 2011 em seu país de origem, além de ter cumprido o papel de porta voz neste movimento. Além dela, I. citou que sua irmã, marido,

cunhado e toda família dela participaram da guerra desde o primeiro dia: *“I was part of the revolution, 2011, and yeah, I was the spokesperson... me and my sister, my husband, my brother-in-law, all the family was in the war since the first day”*. I. também relatou que o seu marido também estava envolvido com a revolução e que sua mãe a ajudava, no cuidado de sua filha e de seus sobrinho. O trabalho era feito de manhã até a noite, eram feitos em uma corte, em forma de protesto. *“My husband was involved but my mother...because me and my sister, my daughter...and my sister have 3 sons, so they were all with my mother and we were involved. It was from 8:30 in the morning until night. Because of the demonstration, the protests started there. So, the court become the symbol of revolution and it became the center at that time. When we go back we also stayed with my mother at home because we didn't go out to our place for long time”*.

As adversidades do país de acolhimento

Foram referidas como adversidades no país de acolhimento às áreas de saúde, habitação, educação, finanças, interações e representações sociais, integração, situação jurídica e feminino (s). Estes fatores foram relacionados à: dificuldades na saúde, Insatisfação com as condições de habitação, escolaridade reduzida, dificuldade no reconhecimento de habilitações, remuneração baixa, diferenças nos códigos sociais e culturais, dificuldades nos relacionamentos interpessoais, imagem negativa dos migrantes forçados, dificuldades de integração, dificuldades na organização do processo legal, ausência de suporte social, relação com o masculino e dificuldades no exercício da maternidade.

Tabela 3 - Categorização dos resultados sobre adversidades no país de acolhimento

| País de acolhimento | | | |
|----------------------------|--------------------------|--|--|
| Adversidades | Categorias Finais | Categorias Intermédias | Categorias Iniciais |
| | Saúde | Dificuldades de saúde | - Necessidade de tratamentos médicos - Dificuldades de saúde - Dificuldades de saúde na família |
| | Habitação | Insatisfação com as condições de habitação | - Insatisfação com a co-habitação familiar - Insatisfação com o contrato de arrendamento |
| | Educação | Escolaridade reduzida | - Baixa escolaridade - Finalidade dos estudos |
| | | Dificuldade no reconhecimento de habilitações | - Problemas com o comprovativo de habilitações académicas - Dificuldades com a equivalência académica - Grau académico |
| | Finanças | Remuneração baixa | - Preocupação económica |
| | Interações Sociais | Diferenças nos códigos sociais e culturais | - Diferenças de classes sociais |
| | | Dificuldades nos relacionamentos interpessoais | - Sociedade mais fechada - Relacionamentos interpessoais |
| | Representações sociais | Imagem negativa | - Imagem negativa da cultura de origem - Preconceito em relação aos refugiados - Imagem negativa dos refugiados - Importância de uma imagem positiva atribuída refugiados |

PROCESSOS DE RESILIÊNCIA E GÊNERO: MULHERES EM MIGRAÇÃO FORÇADA

| | | | |
|--|-------------------|---|---|
| | Integração | Dificuldades de integração | <ul style="list-style-type: none"> - Dificuldades de adaptação à chegada - Perceção de não adaptação - Dificuldade de integração devido à idade |
| | Situação jurídica | Dificuldades na organização do processo legal | <ul style="list-style-type: none"> - Situação legal no país de acolhimento - Situação legal de migração - Processo legal de migração - Questões burocráticas do processo de migração - Dificuldades burocráticas |
| | Feminino(s) | Ausência de suporte social | <ul style="list-style-type: none"> - Ausência de suporte - Ausência de atividades sociais |
| | | Relação com o masculino | <ul style="list-style-type: none"> - Negligência paternal - Diferenças na legislação em relação à paternidade - Relação com a poligamia |
| | | Dificuldades no exercício da maternidade | <ul style="list-style-type: none"> - Ser mãe solteira - Sem planeamento familiar - Problemas da gravidez |

Dificuldades e necessidades de saúde pessoal e familiar. Na área da saúde, foram evidenciados problemas com a saúde pessoal e familiar e necessidade de tratamentos médicos.

Sobre as necessidade de tratamentos médicos A. descreveu que um dos fatores para a migração foi uma questão de tratamento de saúde, pois havia sofrido um acidente de carro que lhe custou uma complicação na região renal. *"O que me trouxe cá, é... foi... acidente... de carro. Tava eu e me apanhou no rim. Mas graças a Deus eu já fiz tratamento e correu tudo bem."* Sobre as dificuldades com a saúde, A. afirmou que não tinha problemas, somente após

o tratamento que sentia algumas dores, porém que se mantém atenta, com cuidados e visitas recorrentes, "(...) *Saúde também, eu não tinha nada de problema de saúde. Depois do tratamento, eu só sinto só dores. Costas, assim. Pulmão, sentia. Como eu já tive alta, às vezes eu vou só pra consulta...compro remédios, depois passa, depois volta de novo*".

No que diz respeito à sua saúde, M.L. considerou que não estava boa, que teve a indicação para fazer exames, disse ainda que tem hipertensão e artroses nos joelhos. Essa última complicação, já havia sido tratada há 7 anos atrás, com uma cirurgia. Porém, mesmo nessas condições que considera piores do que antes, não tão graves, como estar de cama, por exemplo, como ela citou: "*A minha saúde, não tá muito boa. Ontem eu fui ao doutor e o doutor me mandou fazer exames, já tem a marcação para os exames. Mas, que se pertence a la tensión...eu subo muito a tensão. Sou hipertensa. E também tem de artroses nos joelhos. Pero, graças a Deus se anda bem. Sim. (...) Sim, isso já tenho hace muitos anos. Hace 7 años fiz uma cirurgia no joelho. Pero, claro, agora tá pior, pero tava sentando....Mas, enquanto eu tiver assim, tamos bem. É. Mal é quando tá na cama ou com enfermidades muy graves, pero no... Muy mal*". Além do mais, M.L. falou sobre o uso de remédios, que os ingere para dores, na cabeça, estômago e artroses, da mesma maneira, o seu marido, segundo ela: "*Que tomo muchos remédios, tomo para la cabeza, tomo para lo estômago e tomo para las artroses .. e meu marido também*".

M. demonstrou-se preocupada com as dificuldades de saúde na sua família relatou que sua mãe estava doente: sofria de tensão e tinha um problema em um seio: "(...) *y bueno ya esta mi familia, mi madre esta enferma. Este, sufre de la tensión, tiene un problema en un seno*".

Condições e insatisfações na habitação. M. relatou sobre algumas insatisfações de co-habitação familiar, que viveu quando chegou ao país de acolhimento, ela citou que eles fizeram sua vida fatal e que se sentia mal, disse que foi expulsa da casa pela mulher de seu cunhado, por M. ter pedido um favor ao filho dela: "*Y me hicieran la vida fatal (...) Cuando estaba ya, que me tiene mala en la casa. Por que, tuvo un problema ay, com la esposa de mio cuñado. Ella prácticamente me echo, me echo es correr, no se como se dice aquí. Ella me corrió, por que yo pedí un favor a lo filho del ella*".

Em relação à insatisfações ligadas ao processo de arrendamento de habitações, I. contou sobre como o contrato havia sido feito, não quis comprar ou ter um longo compromisso com a moradia no país de acolhimento. Ela justificou essa posição, pois alegou não saber se a migração iria funcionar. Assim, fez o compromisso com o aluguer por 1 ano e comentou que esse tipo de acordo era muito difícil de realizar. *“I didn't want to buy, I didn't want also a long commitment. Because I didn't know if it was going to work or not. I came, just tell them "ok (...) I rent the place, I want 1 year commitment". And this is very hard here, you can't do it”*.

Educação fragilizada. M. relatou, suas dificuldades em avançar, para ter uma escolaridade mais elevada, assim, contou que fez o bacharelado e disse que estudou também à noite no secundário. Também disse que quando era mais nova não terminou prontamente os estudos, porém quando voltou a estudar fez o primeiro semestre de auxiliar de pré-escolar e engravidou nesse período: *“Yo, este...estudió sin bachiller, este...cuando yo me gradué, le bachiller, yo me gradué la, hace como...como mi pareja, yo estaba estudiando de noche, una secundario pero de noche. Por que cuando yo estaba muchacha era muy vaga y no termine de estudiar, este...y van pasar en el primero semestre de auxiliar de preescolar y salí embarazada”*.

Sobre os graus acadêmicos, A. referiu-se à sua educação quando falou sobre como vivia antes da morte do pai de sua primeira filha, *“ (...) Ah, a minha vida tava bem. Eu tava a estudar. Eu tava no décimo ano”*. Em relação a sua formação acadêmica, I. citou que tinha estudado Química e depois havia terminado seu mestrado e doutoramento na Inglaterra: *“(…) and also my scholarship is Chemistry then I finished my master and P.h.D, P.h.D in England”*.

Sobre um contexto educacional, I. citou que não estudou tanto por uma questão pessoal, e fez questão de destacar qual era a finalidade de seus estudos. Citou que mesmo que obtivesse qualidade de vida, por receber financeiramente por sua profissão e de sua família, estudou para as pessoas, para seus alunos e seu país: *“So, it was hard time for me...I studied not for personal, more...even it's, of course quality of life...but for me I was a professor. I have my income, my family had, I had, they had very well fund...But I studied for the people, for the students, my students, for the country”*.

Em relação aos problemas com o comprovativo de habilitações académicas, M. disse que ainda não foi buscar o seu título de bacharelado e que estava requerendo-o. Porém disseram a ela que ela mesmo, pessoalmente, teria que ir buscá-lo, para continuar seus estudos como assistente do pré-escolar. Contudo, ainda não havia conseguido e questionou como poderia continuar esse processo. *“Pero mi titulo de bachiller, yo no lo fue a buscar y lo estoy pidiendo y me dicen que tengo que estar personalmente yo en Venezuela para que me lo puedan trocar, y lo puedo andar. (...) Pero de aquí, como yo va a la Venezuela?”*

I. também relatou sobre a dificuldade em registar equivalências académicas, que ela precisou ir a vários sítios e que estes não tinham diretrizes claras sobre como realizar esse procedimento, mesmo que I. possuísse a qualificação dentro da União Europeia, até mesmo como professora. *“And I suffered also, it was a...very hard for me to start my equivalences, going from place to place there is no clear guidelines even who I go... because I’m already qualified in the European Union and teaching stuff (...)”*

I. relatou ter experiência negativas com uma universidade, contudo conseguiu por outra sua equivalência de diploma. Porém, mesmo nesta última encontrou dificuldades, pois as pessoas que trabalhavam ali não conseguiram a enquadrar em nenhum critério. I. relatou ter pago o ano inteiro de estudos, para poder realizar a equivalência e citou que outros migrantes não poderiam fazer esse registo, pelo preço que pagou ter sido alto. *“So I had very bad negative experiences with the U.L., then when I went to E. M. it worked it. But also they did know what they are going to do with me, because I not fit in any criteria. I paid the whole year, which is many people...I paid 7.500. It is just to enroll, so others immigrants can’t do that”.*

I. também contou que considerava as pessoas agradáveis, porém não as via como pessoas com mente aberta e citou como exemplo, pessoas que a trataram de maneira rude e difícil, quando ela quis fazer sua equivalência, mesmo quando possuía muitas publicações internacionais: *“(...) Also...people here are nice, but they are not open minded. For exemple, when I wanted to do my equivalence here they were very rude, very tough, even when I have many international publications (...) But they were very tough. Everything, you know, even because you come... everything is difficult, every step takes time and they don’t make the guidance where to go. So, it is tough problems”.*

Finanças, preocupação econômica e baixas remunerações. M. destacou preocupações em relação à sua situação econômica, disse que gostava de crianças, porém que haviam determinados momentos em que pensava como conceder igualmente meios de sobrevivência para dois filhos, por exemplo. Questionou-se sobre a situação em que algum de seus filhos lhe pedisse algo e ela não pudesse dar-lhes, como iria fazer. Assim, M. revelou que passou quase 14 anos sem ter outro filho, além do seu filho mais velho, contudo tivera mais um filho e estava grávida de mais um. Todavia, quando era mais nova pensava em ter apenas um filho. *“Yo tengo una cosa, a mi me gusta lo niño, pero hay determinado momento que no tiene que pensar que se tu tiene uno as veces no tiene para lo otro. Yo siempre pensaba en eso, por que se a mañana mi hijo... te quiero esto, yo no tengo, mi me va hacer, no dar le? Lo que me esta pidiendo? Y no se, yo digo que, mira en 14 años sin yo tener hijos nadie mas que mi solo ‘filho’, después cuando se hace mi pareja, todo mis crianzas y ahora que viene la bebe que es una bendición. Pero de verdad que yo por mi mente, no pasaba a tener más niña, no, yo me decía, uno solo”*.

Interações Sociais: diferenças e dificuldades. Relacionadas aos códigos sociais e culturais, I. citou que diferenças entre classes sociais podem dificultar o relacionamento com suas amigas : *“Specially, when you come from above, you know? They don’t accept”*. A dificuldade nos relacionamentos interpessoais nos relacionamentos sociais no país anfitrião, também foram relatados caracterizando esta sociedade como mais fechada:

I. declarou achar o país de acolhimento atual como um local amável, que foi uma boa escolha, porém era uma sociedade fechada. I. citou que pensava que para países que o país de origem havia ocupado anteriormente ou que mantinham relações históricas, ele era mais aberto, do que ao Médio Oriente. *“Even Portugal is a lovely place, was a good choice but it is a closed society. More open to countries which were...they occupied before. Or had relations, historical relationship more than the Middle East”*.

Sobre os relacionamentos interpessoais com as pessoas que convive em Portugal, M.L. disse que as tratam bem, contudo destacou a importância de fazer novas amizades e enquanto isso ainda mantem o contato com as amigas na Venezuela: *“(...) as pessoas me tratam bem, é...aqui, de Passo. Vejo que tudo mundo me é tratado bem. Hm..aonde vai, trata bem as*

peessoas. (...) agora sim, os anos aqui tenho que arranjar amigas, velhas amigas, por isso que eu ainda lá chamo”.

A representações sociais, associadas às adversidades podem ser em função de uma imagem negativa da cultura de origem, como I. citou que considerava que para sua filha de 17 anos, a sociedade do país de origem também era diferente. Relatou que para sua filha, fora difícil também, em razão da imagem negativa que os árabes tinham na TV e das guerras que ocorriam em sua país de origem. *“And for my daughter also in a different society. Now she is nearly 17, (...) So, it was hard for her, is a different society and the negative image on the TV about arabs, and about Libyans and the war going there”.*

Da mesma maneira, ocorria o preconceito em relação às pessoa refugiadas, I. contou que em uma visita que realizou em uma cidade próxima a que vivia no país de acolhimento, soube de muitos casos de violência que passaram, de traumas e denunciou que estavam em um sítio em que eles não eram bem-vindos e onde a pessoas pensavam que viriam para pegar o dinheiro delas.

“They had to come, why...even when I went to Mirando do Corvo, many of them they lost their fathers, they were shot in front of them, brothers. So, they are traumatized. They come in a place that they are not welcome, they think of them that they come here to take their...money or whatever”.

Ainda sobre uma imagem negativa, I. descreveu que enxerga a situação dos refugiados, como se muitas pessoas tivessem percepções equivocadas sobre eles, viam-os como se quisessem tirar benefícios da Europa. I. acredita que muitos vêem os refugiados como se a maioria deles fosse pessoas pobres e más e essas características eram uma imagem negativa. *“It is difficult. It is embedded in the people’s thoughts that refugees is that what they are seeing, fleeing, coming to Europe to take the benefits of Europe. And they are coming from places...many of them are bad people, poor people, so it is all negative image”.*

Assim, I. destacou como seria importante aumentar a atenção sobre os processos de migração e dar às pessoas imagens positivas, argumentou ao dizer que muitos refugiados tem uma vida digna, que tornaram-se pobre porém tinham suas posses. Dessa forma, considerou, que estas pessoas perderam tudo o que tinham e podiam estar traumatizadas. *“That is why is very important to raise our awareness about that and to give positive pictures, many of them*

have decent life. They, all of suddenly they became poor but people there they have properties, they have the money, they have everything and they are traumatized as well, they lost everything". Integração

Dificuldades de integração e adaptação. As dificuldades de adaptação à chegada foram relatadas por M.L., que citou como era difícil quando chegou à Portugal, principalmente por ter deixado o trabalho de uma vida, contou que estranhava muito e passava noites sem dormir, descreveu que enquanto seu marido e filhos iam trabalhar ela precisava ficar sozinha e nessa época ainda não tinha suas filhas e seus netos por perto: *“No ano passado, quando cheguei... é, a senhora sabe que é muito difícil deixar todo o que eu tinha trabalhado, todo uma vida...e...e chegue aqui eu estranhava mucho, não podia dormir, passava a noite sem dormir. É...passava na casa sozinha que, os meus filhos iam trabalhar e o meu marido. E as minhas filhas estavam lá e os meus netos todos... ah... sofri muito”*.

Em relação à sua idade, I. também disse percebeu uma dificuldade em se integrar no país de acolhimento. Ela relatou que tentou realizar trabalhos voluntários em ONGs, contudo, ela se considerou velha e disse que achava que pessoas com a idade dela não iriam querer fazer amigos novos, pois já tinham seus círculos de amizades estabelecidos. Além de ter comentado, que uma possibilidade de ser integrar com as pessoas, seria em um trabalho. *“ (...) And of course... also in my age it is hard to integrate, I try to volunteer, I tried to go to many NGO but...because i'm old, I'm not young, when you are young still you want to make friends but people in my age the establish their lives, they establish their friends (...) So for me was harder and it still hard to integrate, it is very hard to integrate. Maybe if I start to work at least”*.

Situação jurídica: burocracias e dificuldades na legalização. Sobre a situação legal no país de acolhimento A. Disse em seu relato que não estava como migrante com documentos legais em Portugal, *“(...) como eu não tenho papelada...”*. Sobre as dificuldades nos processos legais de migração M.L. relatou sobre suas documentações, que busca pela sua autorização de residência, que precisava trocá-la pela situação que pessoas de seu país de origem passavam. Provavelmente, teria que trocar o tipo de permissão para migração, que esse processo seria em Julho e que para isso já podia contar com a ajuda do órgão de migração. *(...) estoy a procura de mi...de mis... como chama esto? De mi residencia, pero la*

tengo que trocar, por que mi gente siente penales... Entonces, tengo que trocar, será para Julio y ya tengo que ir a inmigración, que, 'por a eles' que están me ayudando, en ese proceso, tengo ir a inmigración”.

Em relação ao processo migratório relacionado ao processo legal de migração, M. também considerou que todos que passam por isso tem que esperar, disse não ser fácil, contudo, que pouco a pouco pode-se ter os papéis. No seu caso, disse que teria que esperar por 5 anos para ter um cartão de residência, por isso teria que haver paciência: *“Bueno, el proceso del migración este, todos que venimos de otro país tenemos que este esperar, por que no es fácil, pero poco a poco este uno tiene sus papeles aquí, después hay que esperar 5 años para obtener el cartón, hay que tener paciencia, el lo que puedo decir de mi parte, es el que poso decir te”.*

Sobre questões burocráticas do processo de migração, I. também citou que sua ida ao país de acolhimento foi realizada, primeiramente, com um visto normal. Além, de ter confessado que não tinha certeza se iria funcionar no princípio, porém resultou e havia feito 2 anos que já estava no país de acolhimento: *“ (...) but I came with a common visa, normal. And I'm still here and it worked out. I was not sure if it will work. I arrived 1st of March. Tomorrow it is going to be two years”.*

Outra dificuldade burocrática que I. relatou foi em relação ao seu documento fiscal no país de acolhimento, ela não tinha conta bancária e disse que os bancos não tinham parâmetros para poder resolver questões burocráticas. I. disse que era um ciclo, teve que o percorrer por meses e que isso a enlouqueceu. Pois, segundo I., para garantir um local para morar, dar-lhes o dinheiro apenas não era o suficiente. *“The other think I didn't have Fiscal number, NIF, I didn't have bank account, they didn't have parameters. And you need...it was a circle, I was going in this circle for few months and it drove me crazy. Because there is no... How could I go out of that? To find the place, the guarantee it is not enough to give the money. Specially here for renting you have cues, ok? So it was really tough tough time for me. One of the most toughest time here”.*

Feminino(s): ausência de suporte, relação com o masculino e maternidade. I., queixou-se de uma ausência de atividades sociais, disse que achava agradável sair para almoçar ou jantar às vezes, uma de suas amigas, quando tem algum evento, chama-a. I.

também relatou que costuma ir ao cinema duas vezes ao mês, revelou que sente falta destas atividades, pois sente que não tem uma vida social. I. contou que sua filha tem amigas e estas tem suas mães, porém não citou se chegava a ter contato com elas. I. atribuiu a falta de contato social por ainda não ter um trabalho profissional. *“It was nice to go sometimes for dinner, for lunch, when there is an event she will tell me about it. Sometimes we go twice a month to cinema. I miss those things, you know? I don't have social. I have also one... my daughter have friends, their mothers...all women. Because I don't have professional work so that how it works”*.

Sobre o âmbito, em que as mulheres participantes se relacionavam com seus companheiros, maridos ou pai(s) dos seus filhos, M. disse acreditar que são as mulheres que têm que trabalhar para que consigam sustentar seus filhos e que os homens não se sentem responsáveis pelos seus filhos, em seu país de origem. *“hay mujeres que tienen su marido, verdad. Aja, hay una manía que los hombres tienen que non vean por los hijos, son muy poco los hombres, entonces la mujer tiene que salir a trabajar, tiene que costear por el su bebe, o sea, por que hay hombre que no se siente responsable por lo ‘filho’”*.

M. comparou as leis relacionadas a paternidade entre seu país de origem e o de acolhimento, citou que no segundo, se o marido a deixa com os filhos poderia denunciá-lo e ele teria que dar metade de seu ordenado aos filhos, por ser direito deles: *“No es como aquí, aquí hay una ley, ‘conta’ que se mi marido se aleja de mi, aquí yo voy a...lo pongo un denuncia e el tiene que me dar la mitad de su pago, por que ya lo son dos filhos (...)”*.

Outra adversidade observada foi a relação com o masculino, associada ao contexto de poligamia, com o pai de sua primeira filha, A. comentou que com o pai da sua segunda filha havia gostado dela e que estava em uma relação com ele, porém, encontrou dificuldade ao descobrir que este companheiro tinha outra mulher, que escondeu este fato dela e que ainda havia trazido esta outra mulher para Portugal. *“Depois, quando eu cheguei cá, eu tá numa com o pai de R. Diz que gostou de mim, eu expliquei pra ele, né? Por causa do...o que eu passei lá por causa do pai de D. Mas ele não me contou que ele já tem mulher. Depois, para o meu espanto ele já trouxe mulher dele pra cá...‘bué das difícil’”*.

As dificuldades relacionadas ao exercício da maternidade, especificamente o que se referia a ser mãe solteira, M. relatou que foi forte e difícil cuidar de seu primeiro filho mais

velho, pois ela o criou e trabalhou sozinha, para sustentá-lo: *“Pero fue muy fuerte por que, este mi hijo, que yo lo crié sola por que el papa nunca obvia por el, mi filho lo crié sola, sola, yo, yo, trabajando, e eso me pego demasiado (...)”*

Outro fator agravante associado à maternidade foi o não planejamento familiar, M.L. descreveu como foi ser mãe quando chegou à Venezuela e a sequência e temporalidade que tivera o restante dos filhos: *“Desde que cheguei a Venezuela ... veio um menino, depois teve uma menina e eu ‘despois’ em quatro anos eu teve quatro”*. A participante também relatou que quando havia migrado não sabia sobre métodos contraceptivos e disse que foi o médico que receitou medidas para isso e continuou destacando quando nasceram os seus filhos *“Entonce, como eu não sabia nada de lá...eu cheguei lá, eu não sabia nada. Entonce, depois é que o médico me deu algo para eu não ter... então, a los (...) seis anos...eu tive uma menina. E depois de los seis anos mais, eu tive outro menino, e foi este”*.

Sobre sua gravidez, e os problemas decorrentes dela, M.L. também relatou que não podia deixar de estar tranquila ou sofrer pois pensava que poderia contagiar a criança. *“(...) ahorita que yo estoy mas tranquilla por el embarazo que no puedo, ... ella no puede...ella, por que eres ‘menina’. Ayer ya se sabíamos que es menina, este...este no sufrió tanto por que la contagia a ella, le pega a ella”*. Pois, já havia passado por maus momentos durante a gravidez, quando estava com 5 semanas foi levada até a urgência por uma amiga e a doutora que a atendeu disse que poderia intervir para fazer um aborto, pois não se via o feto. *“(...) yo empezó a me sentir me mal, com el embarazo, no dormía bien, estaba preocupada (...) pero bueno... de embarazo, que no principio fue muy malo, mi embarazo, muy malo, malo, malo... Por que a las 5 semanas, me sacaran una urgencia (...) Este, me hicieran analices de todo, después cuando tenia las 8 semanas, me volverán a intervenir por que la doctora que me vio ha las 5 semanas dijo que tenia que intervenir para hacer un aborto. Por que no se veía. Estaba, no había nada, mio embarazo pero no se veía, no se veía el embrión, no se veía el feto, no se veía nada”*.

Recursos no país de acolhimento

Os recursos citados no país de acolhimento incluíram as áreas da família, segurança, saúde, finanças, trabalho, religião, integração, suporte institucional e o(s) feminino(s). Estes campos envolviam, às seguintes questões: características específicas da família, auxílio no

PROCESSOS DE RESILIÊNCIA E GÊNERO: MULHERES EM MIGRAÇÃO FORÇADA

processo migratório, acolhimento familiar, percepção de segurança, ausência de dificuldades de saúde, recursos financeiros individuais e familiares, aspirações profissionais de futuro, valores e práticas religiosas, atitude positiva, apoio psicossocial, autonomia relativa aos homens, suporte transgeracional e geracional entre mulheres.

Tabela 4 - Categorização dos resultados sobre recursos no país de acolhimento

| País de acolhimento | | | |
|----------------------------|--------------------------|---|---|
| Recursos | Categorias Finais | Categorias Intermédias | Categorias Iniciais |
| | Família | Características específicas da família | - Visão positiva da família sobre o país - Nacionalidade portuguesa de familiar - Origens favorecidas |
| | | Auxílio no processo migratório | - Decisão familiar de migração - Ajuda no reagrupamento familiar |
| | | Acolhimento familiar | - Suporte dos familiares - Ajuda transgeracional - Bem-estar emocional |
| | Segurança | Percepção de segurança | - Percepção de segurança |
| | Saúde | Ausência de dificuldades de saúde | - Ausência de doenças |
| | Finanças | Recursos financeiros individuais e familiares | - Economias monetárias - Património familiar - Envio de remessas para o país de origem - Dinheiro disponível |

PROCESSOS DE RESILIÊNCIA E GÊNERO: MULHERES EM MIGRAÇÃO FORÇADA

| | | | |
|--|-----------------------|---|--|
| | Trabalho | Aspirações profissionais de futuro | - Dedicção profissional - Oportunidades de emprego |
| | Religião | Valores e práticas religiosas | - Práticas religiosas - Crença em Deus sobre a maternidade - Valores religiosos |
| | Integração | Atitude positiva | - Positividade e pró-atividade - Persistência |
| | Suporte institucional | Apoio psicossocial | - Suportes social nas instituições - Apoio social nas instituições - Suporte psicológico e social - Apoio social nas instituições |
| | Feminino(s) | Autonomia relativa aos homens | - Maior autonomia |
| | | Suporte transgeracional e geracional entre mulheres | - Suporte entre mulheres da família - Importância da figura materna - Suporte transgeracional - Suporte a outras mulheres - Suporte de mulheres do país de acolhimento |

Família: características, auxílio e acolhimento. Sobre características familiares, M. L. declarou uma visão positiva da sua família sobre o país de acolhimento, que suas filhas e netos não conheciam Portugal, porém disse que se encantaram e se sentem felizes no país, além de sua família estar toda reunida e isso também a deixa feliz: *“As minhas filhas se sentem muito felizes aqui (...) por saber que...(…) a minha família tá toda junta aqui”*.

Sobre um de seus filhos, M.L., contou sobre os benefícios da nacionalidade portuguesa, na família, disse que ele possuía um cartão de cidadão de Portugal, por seu marido ser português, portanto o filho possuía também duas nacionalidades: portuguesa e venezuelana. *“Mío filho que esta aquí, si tiene su cartón de ciudadano de a ca, por que ‘meu’ marido es portugués. Tiene 2 nacionalidades: venezolano, porto”*. Outro fator de favorecimento em relação às origens, I. declarou ser de origem libanesa e ser de uma família privilegiada: *“I’m Libyan. I’m from a gifted family (...)”*

Sobre o auxílio no processo migratório através de uma decisão familiar conjunta M.L. declarou que, até o momento da entrevista, pouco a pouco todos os filhos migraram para Portugal: *“Então, agora de pouco a pouco, já vieram todas”*. A. contou que seus irmãos tiveram participação em sua mudança para Portugal, *“ (...) Os meus irmãos me trouxe pra cá, fazer tratamento, é por isso que cheguei cá”*. Além de contar com a ajuda de um irmão, o mais velho, que já estava em Portugal há mais tempo, desde os anos 90, *“ (...) Por que quando eu cheguei o meu irmão tava aqui, eu não preocupava nada. Ele fazia tudo, só quando mudou pra França, que eu comecei a desajustar”*.

Em relação à ajuda familiar para o processo de reagrupamento familiar, M.L. disse também que esse ano o seu filho mais velho irá se graduar na secundária na Venezuela e depois da graduação esperava trazê-lo para Portugal, além de contar com sua irmã, para ajudá-la com as documentações necessárias. M.L. relatou que há muito tempo pede a Deus para que resolva rapidamente seus papéis para que ela possa trazer seu filho. *“Bueno, el está ya, este año hay que se graduare en secundaria, que aquí secundaria desde el quinto año en Venezuela, ya fines, quita y bueno espero traer-lo antes de Agosto, Setiembre...trago para ca (...) Ella está me ayudando com los papeles y todas esas cosas. Muy lejos ya yo, yo pido a Dios que saca mis papeles rápido para traer a mi hijo”*.

No que diz respeito ao suporte e acolhimento dos familiares no processo de migração forçada, A. contou que seus irmãos tiveram participação em sua mudança para Portugal, *“ (...) Os meus irmãos me trouxe pra cá, fazer tratamento, é por isso que cheguei cá”*. Além de contar com a ajuda de um irmão, o mais velho, que já estava em Portugal há mais tempo, desde os anos 90, *“ (...) Por que quando eu cheguei o meu irmão tava aqui, eu não*

preocupava nada. Ele fazia tudo, só quando mudou pra França, que eu comecei a desajustar”.

Além de ter citado, que havia uma ajuda transgeracional entre familiares: *”Por que... la familia tem que se ajudar uns aos outros. Se não, quem mais? (...) Aqui, como todos unidos. Minhas filhas, minhas netas, mis genros, todos nos queremos, todos ajudavam uns aos outros”.* Em relação a migração da família, disse que não eram todos que tinham optado por fazê-la, que alguns tinham ficado na Venezuela, porém os que vieram não tinham o próprio sítio para ficar, assim permaneciam, no começo, com a família em Portugal, mesmo que os últimos tivessem tantas condições de ajudar: *(...)por que vierem uns e ficaram outros. foram vindo, por que não tinha... por que quando chegaram não tinha para onde ir. (...) Entonce, os que tão aqui ajudaram os que tão chegando(...).*

Contudo, M.L. relatou uma sensação de bem-estar emocional que depois que mais membros de sua família vieram à Portugal a situação melhorou, ela dissera que ficou mais tranquila e que o importante é estar onde está a família. Além do mais, destacou que para ela, quando a família está separada, ela sempre ficava pensando em sua família, contudo, quando estavam perto, ela ficava tranquila e podia apoiá-los. *“Mas despues que veio uma, veio outra, veio outro, agora já to mais melhor. Já, já to mais...graças a Deus já to mais tranquila, por que o mais importante...é onde tá la familia, verdad? Por que se não tá aqui e a familia tá em outra parte, tão sempre pensando na familia e assim, se tá aqui, todos, já não tá mais, tá mais tranquilo que já...já temos a familia, a quem apoio, tudo assim”.*

Sobre questões referentes à família, como o suporte entre os membros M.L. disse que a família era muito unida e feliz: *“Pero também bem, quer somos todos unidos. Somos felizes, como se diz...Sim”.*M.L. já se refere à família de seu marido sendo sua própria família no país de acolhimento, além de ter dito que conta com a ajuda de sogras e cunhadas. Contudo, afirmou que não teria nada no país de acolhimento, somente o seu filho. *(...) por que yo no tengo familia aquí, mi familia son ellos. Este, mi suegra (...) que yo cuento. Y mis acuñaadas, pero yo no tengo nada, nadie aquí. Solamente mi filho, mi crianza (...).*

Percepção de Segurança. Em relação a sua própria percepção segurança, A. afirma, que achava que estava segura em Portugal e também afirmou que considera a África segura: *“Eu acho que to segura aqui. Na África, eu acho que lá também é seguro”.* Também, em relação à

sua segurança I. relatou não ter fobia, disse que isso poderia ser algo muito dentro dela, que ela era muito pragmática, realista, não buscava os “ses” e que vivia a vida conforme ela se apresentasse: *“I’m not phobic. I don’t have that phobia. Maybe this is something inside me, you know? It is deep inside me. But I am very pragmatical and realistic. So, I don’t... what...if what, if what, I what...I’m not this kind of person. I leave life as it comes”*

Ausência de dificuldades na Saúde. Sobre a percepção de sua saúde, e ausência de dificuldades nela e de doenças, M. disse que estava bem, que não tinha problemas com a tensão e que esperava o resultado de uma análise que havia feito, porém que todas as análises anteriores indicavam que ela estava bem. *“Gracias a Dios estas bien, mucho bien. No tengo problema de tensión, estoy esperando una analice, pero todas las analices que me ha hecho, ha salido bien, todo bien”*.

Recursos financeiros disponíveis. A. comentou, sobre suas economias monetárias, que a subsistência na casa se dava através de um dinheiro que havia poupado com o seu trabalho e foi isso que possibilitava que todos estivessem a viver ali na casa, enquanto seu irmão mais novo ainda não tinha trabalho, por ter migrado novamente a Portugal em um período recente (há cerca de 3 meses atrás, em relação ao período que foram coletados os dados desse estudo). Ao ser questionada de como convivia na casa, respondeu *“O dinheiro que eu tinha, o meu irmão que acabou de chegar ainda não começou trabalho”*.

Além disso M. L. descreveu, o patrimônio familiar, como começou a construir seus bens materiais com o seu marido, através de uma loja que havia sido comprada: *“Depois apareceu uma loja para comprar, era fiada, pero pagando de mês em mês. Entonce aí começamos”*. M.L. avaliou a situação atual de sua família, também contabilizou as posses alcançadas por ela e sua família: *“Pero, ‘tamos’ bem. Hm...fizemos una casa, eu e o meu marido. Fizemos uma casa, grande. Depois tinha uma loja, trabalhava-se na loja...hm... después o meu marido tinha pedaço de terreno”*

Este mesmo irmão ofereceu a casa para A. morar, *“(...) Ele comprou essa casa, onde a gente tá”*, com as filhas, mais dois sobrinhos (um de 17 e outro de 18 anos de idade) e recentemente com seu irmão mais novo. Portanto, citou que *“(...) não paga renda, só paga despesas, luz e água...”*.

Sobre o envio de remessas para o país de origem, M. contou que em Venezuela não podia mais se estar, assim era seu marido que enviava dinheiro para ajudar o seu filho e irmão que permaneceram lá. *“Por que en Venezuela non puede estar, Todavía, mío marido era que mandaba dinero para mío filho y ayudar a mío hermano (...)”*. Além do mais destacou que o envio de dinheiro era intermitente, conforme sua possibilidade em relação aos gastos que tinha no país de acolhimento e definiu a situação como caótica: *“(...)y hay que, as veces puedo, as veces no puedo, mandar-le dinero, por que se no hace posible pelos los gastos que tengo aquí, pero es caótico”*.

Em relação a ter dinheiro disponível destacou que as coisas haviam sido muito difíceis para ela, mesmo que ela pudesse se sustentar por ela própria. Disse que dinheiro não foi um problema para ela, de forma alguma, mas mesmo assim, havia sido muito difícil: *“So... things... they were very tough for me. Even I, thankfully, I can support myself. So money wasn't I issue for me at all. But still it was very very tough”*.

Trabalho: aspiração e dedicação profissional. No que diz respeito à dedicação profissional, I. citou que foca-se no que pode fazer e faz, o que irá resultar disso, ela considera que não está em suas mãos. Assim, I. disse que faz o que a deixa relaxada, se o que fez funcionou ou não, ela soube que fez o melhor. I. relatou que acha que é difícil para todas, mas que ela estava grata por poder se auto-sustentar. (...) *What I do always I focus on what I can do and I do it. The outcome it is not in my hands. So, I do what makes me relax. After that if things worked ok, if didn't work I know that I did my best and that is hard, tough time for everybody and I think grateful and lucky that I can support myself”*.

Além do mais, I. contou que foi oferecida a ela uma oportunidade de emprego, não seria para trabalhar como membro efetivo da equipa de ensino pois não havia terminado sua equivalência, porém considerou que iria valer a pena. Além, de ter citado que estava a trabalhar em sua preparação para este trabalho. (...) *but I'm very fortunately that they got an offer from them to work. To work not as fully staff member because I did not finished my equivalence. But it is coming and also it is worth. So, yes, I 'm working to be prepare”*.

Religião: Valores e práticas religiosas Sobre as práticas religiosas, M.L. destacou que era da religião católica, que sua santa preferida era Nossa Senhora de Fátima, mas que também lhe agradavam todos os santos: *“Sim, eu sou muy católica. É, de pequenina eu era*

muito católica a Nossa Senhora de Fátima. E, olha, todos los santos, pero, a nossa senhora de Fátima era a minha preferida”.

M.L. também disse que estava contente por sua casa ser perto de uma capela, que em todos os domingos juntamente com o marido vão à missa e disse que isso a faz feliz. Além de dizem que ela e a família confiam em Deus e acredita que ele ajuda-os e dá-lhes saúde. *“E bueno, to contenta por que eu vivo aqui no apartamento e a capela é aqui. Ah, perto. Perto. Todos los domingos eu venho até aqui a la missa, mais meu marido. E isso é o mais me hace feliz, é ter uma igreja perto da minha casa. Para ver sempre a missa. Nós confiamos em Deus, a que Deus nos de saúde e nos ajude”.*

Ainda sobre a crença em Deus, mas relacionada à maternidade M. demonstrou acreditar em Deus, destacou-se no que disse respeito à sua saúde durante a gravidez, relatou que depois de ter passado por momentos difíceis nela, em um atendimento no hospital, a médica responsável lhe disse que foi um milagre de Deus o bebê estar vivo, por poder ouvir as batidas do coração. M. disse crer que Deus sabe por que faz as coisas e que também era pela graça dele, que o bebê estava melhor: *“La sorpresa que nos llevamos fue cuando a las 8 semanas yo voy a lo hospital y la doctora me dise: ‘Este es un milagro de Dios, se le siente el corazón, el latido’ y yo, bueno, Dios sabe por que hace las cosas (...) Como que encaminando el embarazo, ya esta mejor, gracias a mi Dios”.*

Já os sobre os valores religiosos em outra religião, I. disse que era muçulmana, mas atribuiu essa característica mais a sua cultura e contou que a religião estava em todo o lugar, para as pessoas de sua cultura. Contudo, para I. ela relatou considerar os princípios da religião e seu cerne, disse ser uma pessoa boa e ensinar isto a sua filha, pois estes eram os valores centrais. I. declarou que a religião não deve ser considerada como há 100 anos atrás e que conseguia encontrar muitas coisas boas no islão. *“Yes, muslim (...) Religion it is...what we have is the culture not religion. The culture is even the people born liberal or...we have the same culture. Religion is everywhere is how you get it. For me I take the soul of religion, which is the soul of all the religion that it is be yourself, try to be a good person that what I am telling my daughter also. That those are the values of the core. Other things they are not*

the same, of the same importance. So, we stick to the core and the other things...if we can do, why not to? It is great and also we shouldn't interpret the religion as it is one thousand and hundred years ago (...) I find many many good things in Islam (...)”.

M. disse que veio de uma família cristã, que seu pai era cristão e que ela cresceu com o cristianismo, desde criança. Além de referir que acreditava que havia o bem e o mal, porém que acreditava primeiramente em Deus: *“Vengo de una familia cristiana, mi padre era cristiano, crecí com el cristianismo. Pero, así como se tiene el bien, se tiene el mal, también creo en el mal, que...alrededor hay muchas cosas males, pero primeramente Dios. Vengo, desde crianza, de lo cristiano”*.

Integração: atitude positiva e persistência. Para uma boa integração, I. relatou que se considera uma pessoa positiva, que tenta tirar os benefícios para cuidar de sua filha e se tem a possibilidade de fazer algo por seu país, ela ama fazê-lo. Além de ter relatado que estava a tentar participar em mais eventos que dizem respeito aos refugiados e estava aberta também a qualquer trabalho voluntário. *“I don't have everything but I consider myself, always... I'm a positive person. This is... my attitude is positive always as well and I try to get the most benefits to raise my daughter and if I can do something for my country, I love to do that. And even here, slowly I'm trying to participate in events concerning refugees and I'm open to do any volunteer work as well”*.

No que diz respeito a uma persistência como posicionamento em relação às dificuldade sem seu processo de migração, I, citou que não desiste e que isso era muito importante. I. declarou que não considera que não é algo pessoal, quando as portas estão fechados, que vida seria assim, o que poderia crer era que não teria outra opção a não ser se mover: *(...) I just don't give up. So this is very important. Always I think it is not personally, when the doors are close or things they don't go... this is life. I have to...I have no other choice just to move, move on”*.

Suporte institucional: apoio material e psicossocial. Sobre uma rede de apoio relacionado a profissionais e instituições e dos benefícios de se ter esse contato, A. relatou,

que: *"(...) eu comecei a vir ali, falar com a Dra. ali. Ela também me ajudou muito, dão de alimentos, dão roupas, até para R (...) É só aqui, né? (instituição em que foi feita a entrevista). Desde que a gente começou a vir, por que antes eu não saia de casa, eu só ficava em casa. E desde que eu comecei a vir aqui eu me sinto mais bem, né? Ah, eu pensava muito, que eu não tava a trabalhar...o que que eu vou fazer? Desde que eu comecei a vir aqui... alegrou muito"*

M.L. declarou que recebeu apoio social das instituições, ajuda das profissionais e de uma psicóloga do bairro em que vive, que são parte de um projeto que ajudam a população no local onde a participante mora: *"Pero, también vivienda, saúde aqui...tem me ajudado muito (...) buscaram ajuda de toda a freguesia (...) conseguiram, assim, alguns "corotes" pa...alguns móveis para la casa. Sim. Me ajudaram"*.

Sobre um dos projetos, em que a pesquisa foi realizada, M. citou como havia sido ajudada pelas pessoas que trabalhavam nele, contou que a ajudaram com mobílias e utensílios para sua casa. Relatou que a instituição ajudava pessoas necessitadas de recursos e que ela era parte desse grupo: *"(...) 11 días que mude sola y ellas están me ayudando aqui com lo que es mesa, este, com utensilios, me entiende? Por que yo no tenia nada del esto, y aqui estar me ayudando, com esto, que es como todos que ayudan aquellas personas mas necesitadas, yo soy una dese grupo, necesitada de recursos. Bueno, poco a poco ellos están ayudando, gracias a Dios"*.

Feminino(s): autonomia e suporte. No país de acolhimento, A. relatou uma visão mais autônoma, relativa aos homens, pelo fato de ser mulher: *"(...) Aqui, eu sinto mais independente, né? Por que eu trabalho e faz a despesa. O que eu gasto eu pago (...) mas aqui... eu sinto mais... responsável"*.

A. contou sobre o suporte que possui entre mulheres da família, pois precisou deixar sua filha de 8 meses em África com sua irmã, depois que sofreu o acidente de carro, *"(...) eu deixei ela lá com 8 meses. Eu deixei com a minha irmã.* Citou que sua irmã a apoiou, quando disse a A.: *"(...) não preocupa, ela vai ficar bem, vai cuidar dela como a mãe dela"*. Além do mais, relatou que havia conseguido reencontrar com sua primeira filha, através, também de sua irmã, que providenciou a documentação para que D., com a idade de 6 anos, conseguisse

vir até Portugal, “(...) *Eles fez tudo o papel cá...ele fez cá tudo e eu mandei pa minha irmã. Ela fez lá também*”.

M. relatou ter um filho mais velho, de 16 anos, chamado D., que não é de seu atual marido. Também disse, que este filho está com uma prima próxima, pois não pode ficar com seu irmão, que recentemente havia ido para Calcutá. “*Tengo un 'filho', que no es de mio marido, que es actualmente horita. Este que tiene 16 años, llama Daler. Esta com una prima, por que mio hermano se fue hace 2 días para Calcuta*”.

Sobre a importância da figura materna, ou seja, suporte dado especificamente pelas mães das mulheres migrantes, M.L. considerou que ela a ajudava, que ia até a casa de M.L. pelas tardes, que a ajudava com as crianças e que era muito feliz ao lado dela, contudo, também disse que sua morte ocorreu há 19 ou 20 anos atrás. “*A minha mãe, que me ajudava. Ela vivia em casa de uma irmã minha, mas todos los dias vinha para minha casa después de meio dia hasta la tarde ela me ajudava. Com os meninos e também o nosso meio. Era feliz com a minha mãe. A minha mãe morreu...hace 20...19 anos. Sim. Pero, sim, ela me ajudava muito também*”.

Outra questão, que preocupava A. era sua volta ao trabalho, que na visão dela, só seria possível com a ajuda de sua mãe, “(...) *Eu pedi para ele vir, para eu poder trabalhar*”. Esta, até quando a narrativa foi feita, vivia em França e estava a terminar um tratamento de saúde, A. descreveu, que: “(...) *quando acaba tratamento, ela vim pra cá, pra tomar conta de mim... dos pequenos. Por que se não, eu não vou conseguir trabalhar*. Porém, A. não tinha uma data prevista, apenas o comprometimento da mãe, com quem falava frequentemente, “(...) *Ela me prometeu que vai vir*”.

O suporte transgeracional foi exemplificado por M.L., no começo de sua adaptação na Venezuela não tinha amigas: “*Nesse tempo eu não tinha amigas (...)*” Porém, contou como era a rotina de sua loja, onde vendia-se alimentos às pessoas, que quando o transporte de comida chegava, havia muita gente para comprar: “*Entonce se vendia ao público. Mas quando chegava o camião, já as pessoas se punham a fora. Muita gente. Muitas pessoas, pa fazerem su fila pa, receberem seu comer*”. Assim, descreveu como conseguia ajudar algumas pessoas, entre elas as mais velhas, como uma senhora, M.L. então guardava os alimentos para essa senhora, se não, esta não conseguiria enfrentar a fila de pessoas que estariam antes dela,

para comprar alimentos. *“Então, as pessoas mais velhas...eu sempre lhe guardava... parte. Quando leva a senhora maiores não podia tar assim, então eu ia lá e ajudava mucho. É, sempre guardava o seu comer. Havia uma amiga lá que me dizia que comia por que eu lhe guardava. Se não, que não podia conseguir”*. Contudo, M.L. lamentou que a loja já estava fechada e isso não poderia mais ocorrer: *“Pero, bem, se a loja tá fechado já não vem mais”*.

Em relação ao suporte a outras mulheres, M. disse que se precisassem de sua ajuda ela ajuda com muito prazer e também deixava ser ajudada por outras mulheres. Considerou que pode ajudar assim como demonstrou querer ser ajudada. *“Bueno, se precisan de mi ayuda, si, las ayudo com mucho placer e gusto y también deajo ayudar me otras mujeres. És algo normal, en mío”*.

Sobre amizades que conseguiu fazer e ao suporte de mulheres do país de acolhimento I. destacou que conheceu a secretária de uma amiga e tornou-se sua amiga também. I. relatou que a ajuda era mais psicológica, por que se considerava independente (...) quando precisava de alguma assinatura, que contava com esta nova amiga. *“For example, when I get the place, she sign. She is responsible for me, for example.(...) As I told you. A.G. she is my rock, you know? If anything happen I know that I have somebody to call or to stand for me. Also, M., she is her secretary but we developed a relationship, a friendship (...) I knew A.G. that was a person that I...that was a clicked between us”*.

Estes foram os dados obtidos pelos relatos auto-biográficos das mulheres participantes, seus excertos foram selecionados, de modo que pudessem figurar, o que cada categoria inicial, ou unidade de análise representou, em suas falas. A seguir, os dados serão contrapostos, com estudos já realizados, que pode se associar à discussão com o presente estudo.

CAPÍTULO IV - Discussão

Esta dissertação teve como principais objetivos compreender os processos de resiliência em mulheres migrantes forçadas, através dos significados que cada participante designou para os configurar neste fenómeno. Havia sido proposta, a questão referente aos significados, que estas mesmas mulheres, atribuiriam aos recursos e adversidades, características constituintes da resiliência (Ungar, 2008). Além desta, outra pergunta, que objetivou este estudo foi em relação às quais especificidades do seu género estariam ligadas e relacionadas por estas mesmas mulheres, aos seus processos de resiliência, respetivamente, aos significados dados para as adversidades e para os recursos. Deste modo, através dos resultados procurou-se contribuir com a ampliação do conhecimento e intervenção, com mulheres em situação de migração forçada em Portugal.

Recorreu-se à literatura para melhor nos situarmos e compreendermos os processos migratórios, de género e resiliência, das mulheres migrantes forçadas participantes. Além do que investigar o que os estudos de género propuseram em aspectos principais, para o campo das migrações forçadas de mulheres. Utilizamos as narrativas auto-biográficas (Apitzsch & Siouti, 2007) e à técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011), para formar a presente pesquisa, que contou com 4 participantes, com características diversas em relação à classe social, idade, escolaridade, profissão, visões políticas e de género. Apresentamos os resultados, de forma a destacar excertos que exemplificaram as categorias de análise e agora apresentaremos a discussão, evidenciando as maiores contribuições e comparações com a já existente literatura.

Portanto, procurou-se uma não homogeneização dos processos migratórios, valorizando a especificidade individual, com destaque para as dimensões de género nas mulheres migrantes forçadas (Ungar 2014). De uma forma geral, os significados dados pelas mulheres neste estudo, aos seus processos migratórios, em síntese foram relacionados às questões económicas, familiares, de saúde, segurança, habitação, educação, trabalho, religião, política, violência, habitação, interações sociais, representações sociais, integração, situação jurídica e suporte institucional. Todas estas grandes áreas, foram relacionadas, nesta discussão com algum aspeto em relação ao género ou situações de migrações forçadas já estudadas,

contudo, destacamos um campo, com relações ainda mais específicas ao gênero e denominamos como uma categoria chamada Feminino(s).

As adversidades atribuídas, genericamente se referenciavam ao país de acolhimento ou de origem, Os recursos citados, pelas participantes, foram menores em números de categoria, porém não deixaram, por este motivo, de serem significativos, pois o objetivo do estudo estava relacionado a saber quais eram. Por exemplo, no país de acolhimento, existem muitas adversidades mas simultaneamente a possibilidade de fazer uso de bastantes recursos.

Adversidades

Nesta seção, foram apresentadas as adversidades atribuídas pelas participantes que foram relacionadas, de forma geral, tanto ao país de acolhimento quanto no país de origem, às seguintes áreas: trabalho, religião, política, violência e questões financeiras, situação jurídica, habitação, saúde e educação. Ao final desta parte, incluímos as adversidades significadas pelas participantes, mais especificamente, em relação com o gênero, no ítem “As adversidades e o(s) feminino(s)”.

Adversidades no país de Origem: Trabalho, Religião, Política e Violência

Trabalho. No que foi relacionado às questões de trabalho, foram significadas adversidades que incluíram questões referentes ao trabalho precário e dependente, estas associações podem ser comparadas ao que Martin (1991), observou sobre as mulheres. Estas podem desempenhar um papel significativo nas economias dos países em desenvolvimento, além dos papéis principais como chefes de família e cuidadoras. Esta importância também foi observada, neste estudo, em seus trabalhos nos países de origem, no meio rural juntamente com a família, trabalhos no comércio e/ou com o marido, além da dupla jornada de trabalho, dos quais eram parte o trabalho doméstico/em casa e o cuidado sem a partilha igualitária com companheiros ou marido, dos filhos (Sandell ,1977).

As condições precárias e de extrema dependência nas relações de trabalhos destas mulheres, também podem estar ligadas com os estudos pioneiros de Ravenstein (1885), sobre mulheres em migração e trabalho. Desde aquela época, já se podia notar importantes características de mudança quanto aos tipos de trabalhos migrantes femininos, pois foi observado que as mulheres migrantes estavam começando a se concentrar nas regiões de

oferta de mão-de-obra fabril, enquanto a migração masculina era maior em regiões de atividades siderúrgicas ou carvoeiras. Diferenças que são interessantes de se contrapor, pois refletem questões referentes às diferenças de trabalhos entre os gêneros migrantes.

Corroborando, com este último estudo, Samuel (2009) relatou sobre uma feminilização nos processos migratórios. Ele refere-se à novas condições e características de mudanças, não apenas direcionadas pelo trabalho, mas pelas inéditas formas que as mulheres passam a migrar, independentemente, ou seja, sem a presença de cônjuges ou dependentes familiares (eg. filhos). Estas marcantes mudanças nos processos migratórios, segundo o autor, são remetidas e feitas, através da procura por oportunidades de trabalho, com a consequente baixa qualificação e provável e baixa remuneração.

Religião. Outro aspeto estudado foi a relação das participantes deste estudo com a religião, os significados mencionados ligados às adversidades no país de origem, foram: dependência do marido por via religiosa, religião como controle político e extremismos na religião. Sobre a interferência da religião com aspetos ligados às adversidades para as participantes notou-se o caráter prejudicial que a religião pode assumir.

Segundo Isgandarova (2017), o papel do islamismo tem impacto na vida das mulheres. Neste estudo, os dados foram diretamente relacionados ao Islão e que podem contribuir para a discussão de como esta religião, pode interferir na vida das mulheres migrantes, mesmo no país de origem e sem ainda não terem entrado em um contexto migratório.

Foi relatado que a maioria de seguidores muçulmanos não são praticantes, correndo o risco dos saberes e escritos islâmicos poderem ser mal interpretados. Este mal uso ou não uso dos ensinamentos islâmicos podem preservar unidades familiares hierárquicas e tradicionais. Estas, por sua vez, podem perpetuar a violência contra mulheres. Há casos (Isgandarova, 2017), que uma má interpretação do Alcorão, pode ser usada para incentivar mulheres a realizarem auto-sacrifícios a favor de manter a família unida, ou para beneficiar a reputação de seus maridos diante da sociedade ou da família. A autora ainda usa o exemplo do ritual islâmico chamado *kabin*, que se refere ao contrato de casamento, que é usado para tornar normalizado o casamento de raparigas ainda menores de idade. Esta também considerada uma forma extrema de utilizar a religião.

Questiona-se quais papéis o islamismo pode assumir também dentro do controle político e quais suas relações com as esferas públicas relativas ao gênero, não somente à contextos domésticos, como os que foram apresentados. De qualquer modo, é importante, segundo Abu-Lughod (2015) problematizar que as mulheres muçulmanas não necessitam ser salvas de suas próprias culturas, ou seja, não podem ser vistas apenas como mulheres dominadas pela religião, incapazes de refletir ou serem submissas. Da mesma forma, no presente estudo, que consideramos mulheres migrantes muçulmanas e de outra religião, capazes de relacionar e negociar com os recursos, em meio à adversidades.

Política e Violência. Outras significações para fatores de adversidade foram relacionados a conflitos macro-políticos, divergências políticas, manutenção dos conflitos no país, regime político ditatorial, perseguição política. Estas, foram percebidas como agravantes dos problemas internos do país de origem e consequentes adversidades relacionadas ao processo migratório. Assim, outra relação, quanto às adversidades, foram as formas de violência no país de origem, como por exemplo, violência física, insegurança pessoal e homicídios. Lischer (2014) constatou que na maioria de situações de crise e conflito, as mulheres, crianças, idosos e doentes encontram-se em maior risco e maior condição de vulnerabilidade, a resposta comum é a tentativa de fuga. Nas últimas décadas, o número de requerentes de asilo e refugiados aumentou drasticamente em todo o mundo devido à guerra, conflito político e opressão (UN, 2009)

Os tipos de conflito que podem gerar a busca por asilo podem ser classificados, como: guerras anticoloniais, guerras interestaduais, conflitos étnicos, conflitos não-étnicos e trajetórias de regimes autoritários e revolucionários, segundo Weiner (1996). Podemos considerar que em nossa pesquisa, os conflitos políticos e que geraram violência para mulheres em condição de migração forçada, foram relacionados aos regimes autoritários, porém com a participação política também em revoluções.

Contudo, a forma como estes conflitos são estudados, passa por focalizar as características do conflito no país de origem e as condições sob as quais elas levam à migração forçada, com hipóteses subsequentes buscando explicar uma ampla gama de fenômenos, de amplas determinantes dos fluxos de refugiados em geral, até às decisões individuais em conflitos específicos (Sarah, 2014).

As violências políticas que causam o deslocamento, assim como os níveis variáveis de intensidade na violência podem variar de opressão política violenta, a guerra civil em grande escala. Tal relação sobre estas formas de violência pode causar deslocamentos, quando as pessoas fogem de suas casas em resposta ao conflito. Os homens estão habitualmente mais relacionados com a violência e perseguição política mas no presente estudo também se encontrou mulheres com estas características (Sarah, 2014).

Adversidades no país de acolhimento: dimensões características e relações sociais

As adversidades que foram observadas no país de acolhimento, foram relacionadas às características, de: dificuldades de saúde, insatisfação com as condições de habitação, escolaridade reduzida, dificuldade no reconhecimento de habilitações educacionais, remuneração baixa, diferenças nos códigos sociais e culturais, dificuldades nos relacionamentos interpessoais, imagem negativa, dificuldades de integração e dificuldades na organização do processo legal.

Situação jurídica. Às questões que se associaram com as adversidades referentes à situação legal e questões burocráticas nas migrações forçadas no país de acolhimento, podem ser relatadas, como fatores que afetam de maneira substancial a vida social e econômica de migrantes forçados (Steel & Steel, 2011). Assim, a preocupação demonstrada pelas mulheres participantes em relação a dificuldades na organização de seus processos legais corroboram com a evidência apresentada no estudo citado salientam esta dificuldade.

Esta problemática legal, também pode gerar acesso limitado ao apoio social, médico, direitos trabalhistas e moradia. Países que recebem, frequentemente, fluxos intensos de migrações forçadas, colocam uma série de restrições, aos pedidos, por asilo ou visto (Silove, Austin, & Steel, 2007). Assim, infere-se que os processos de esferas jurídicas, podem se refletir também às adversidades em outras áreas na vida das mulheres migrantes forçadas.

Outro fator agravante para a imagem da migração forçada é sua associação com a criminalidade, que tem ocorrido em regiões abrangentes, particularmente porque os(as) migrantes recorrem cada vez mais aos serviços dos contrabandistas sob condições marcadas pelo fechamento de opções migratórias legais (Castles 2007, Khosravi 2007).

Habitação. No contexto das adversidades no país de acolhimento, foram destacados as seguintes categorias relacionadas com a habitação: insatisfação com a co-habitação

familiar, dificuldades para arrendamento de moradia. A literatura demonstra que mulheres refugiadas enfrentam muitos desafios para garantir moradias seguras e acessíveis. Dificuldade em obter moradia é indicado como um estressor pós-migração que dificulta o reassentamento. As dificuldades incluem a percepção dos corretores de imóveis que os locatários migrantes forçados podem não ser capazes de pagar o aluguel ou que vários filhos podem danificar as propriedades (O'Mahony & Donnelly, 2013).

Não ter acomodação conveniente e segura é uma experiência de migração estressante que não deve ser negligenciada pelos profissionais de saúde que visam melhorar a saúde e o bem-estar das mulheres migrantes (McMichael, 2003). Assim, como foi visto na nossa pesquisa, sobre a preocupação das condições de suas habitações, por parte das mulheres migrantes forçadas.

Saúde. Problemas de saúde, dificuldades de saúde como fator “motivador” para migração e problemas de saúde na família foram relatados pelas mulheres participantes deste estudo, como adversidades relacionadas à saúde. Do ponto de vista da política de saúde pública, uma dicotomia importante é entre migrantes "documentados" versus "irregulares" e "forçados". Indivíduos que viajam através de meios legais com a documentação exigida (eg. trabalhadores altamente “qualificados”), provavelmente encontrarão menos riscos à saúde e terão melhor acesso ao serviço do que migrantes "irregulares" (Health, 20). De fato, Willis e Nkwocha (2004) argumentam sobre os problemas de saúde física, que este fator pode ser um impedimento significativo no reajuste dos refugiados, porque doenças e outras condições de saúde podem interferir em seu emprego e capacidade de acessar recursos de forma eficaz.

Diferenças de gênero na saúde mental foram observadas através das culturas (Draguns & Tanaka-Matsumi, 2002). As preocupações com a saúde também dizem respeito às mulheres em migração forçada estas muitas vezes enfrentam vários desafios de saúde. As mulheres refugiadas que não se sentem confortáveis ou familiarizadas com os cuidados médicos disponíveis podem recorrer à automedicação ou aos remédios populares, para evitar atrair atenção desses serviços quanto à sua situação como migrante (Jentsch, Durham, Hundley, & Hussein, 2007). Contudo, no contexto da nossa pesquisa, os problemas referentes à saúde, foram relacionados mais a membros da família e às condições do país de origem, pois as entrevistadas neste estudo, consideraram-se saudáveis no país de acolhimento.

Educação. As adversidades relacionadas à educação relatadas, foram: as interrupções nos processos educacionais, problemas com a certificação e comprovação escolar/ equivalência acadêmica, dificuldades na garantia de trabalho pela falta de comprovação escolar. A maioria dos estudos existentes sobre a migração tem se concentrado nas remessas económicas, não se tem dado atenção suficiente às políticas sociais e especialmente às políticas educacionais para aqueles afetados pela migração, segundo Lesley, Rodríguez e Oliveira (2015).

Contudo, uma comparação com os homens, mostrou que as barreiras linguísticas impedem mais frequentemente o acesso das mulheres à educação, oportunidades de emprego, serviços de cuidados de saúde e fatores que podem facilitar o ajustamento e a adaptação (Deacon & Sullivan, 2006; Robertson et al., 2006). Dona e Berry (1999) estudaram alguns dados referentes à educação na população migrante de mulheres, como as competências na língua do país anfitrião e na educação formal. Estas competências foram descobertas como fatores que facilitam o ajuste bem-sucedido dos refugiados à vida, no reassentamento. Esta transição, então, pode ser particularmente difícil para as mulheres, que frequentemente têm menos educação formal e habilidades com línguas estrangeiras mais fracas do que os homens.

Interações Sociais, representações sociais e integração. As adversidades mais detalhadamente relacionadas ao país de acolhimento, foram: sociedade mais fechada, relacionamentos interpessoais, imagem negativa da cultura de origem, preconceito em relação aos refugiados, imagem negativa do refugiados, importância de uma imagem positiva atribuída aos refugiados, dificuldades de adaptação à chegada, percepção de não-adaptação e dificuldade de integração devido à idade.

Um fator importante para entender o modo como as mulheres podem experienciar o processo de adaptação à um novo país e cultura é o choque cultural. Este já foi referenciado por mulheres refugiadas pela expressão de se sentir como "caindo da lua para a terra" (O'Mahony & Donnelly, 2013). O choque cultural, que pode fazer parte da adaptação, pode ser considerado como uma experiência estressante e multidimensional, que estaria ligado a um estilo de vida que ainda não é conhecido, ou um novo ambiente, e o próprio contato com uma nova cultura (Winkelman, 1994). Segundo, Nilsson, Brown, Russell e Khamphakdy-Brown (2008) as mulheres refugiadas neste contexto, conseqüentemente,

podem se tornar socialmente isoladas, um fator que pode afetar negativamente o seu processo de integração.

Outra característica agravante, pode ser a falta de proficiência na língua dominante do país anfitrião, como foi o caso de duas das participantes desta pesquisa. Esta relação foi dada, por interferir com a redução das chances das mulheres refugiadas compartilharem experiências e sobrecargas. Baid (2012) e Hashimoto-Govindasamy & Rose (2011), também citaram que esta falta de partilha pode aumentar o risco de baixa autoestima, solidão e depressão.

Pesquisas relacionadas à idade podem ser ambíguas. Alguns estudos relataram que pessoas mais jovens lidaram melhor com as transições, enquanto outras concluíram que os idosos têm menos problemas (Church, 1982). No entanto, alguns estudos realizados entre adolescentes mostraram uma relação positiva entre idade e nível de depressão. Por exemplo, Turjeman, Mesh e Fishman (2008) descobriram que, para os ex-imigrantes da União Soviética em Israel, a idade estava positivamente relacionada aos estados depressivos. Um estudo também relatou que a integração pode se tornar mais fácil para aqueles que chegam a uma idade mais jovem, possivelmente porque a aquisição da língua é consideravelmente mais fácil (Brown, Schale & Nilsson, 2010), por isso o relato de duas participantes sobre a preocupação com a idade são considerados importantes, para a compreensão das adversidades em seus processos de resiliência em Portugal.

Adversidades nas Finanças: do país de origem ao país de acolhimento

As dificuldades financeiras também representaram significados associados às adversidades relacionadas por exemplo a: não conseguir pagar uma ama para ficar com os filhos e poder trabalhar, economias que se esgotaram com o custo de vida e não conseguir vender bens no país de origem. Possuir recursos financeiros não representou a total ausência de dificuldades no asilo.

A preocupação destas mulheres com as suas capacidades em atender às necessidades económicas familiares foram observadas em nosso estudo, bem como Goodman, Vesely, Letiecq e Cleaveland (2017) apresentaram em sua pesquisa com mulheres refugiadas e indocumentadas nos EUA. Para os autores, o estresse crônico de viver na pobreza foi evidente em todas as entrevistas que conduziram e que abordar experiências traumáticas foi

frequentemente secundário em relação às preocupações com a segurança financeira de suas famílias.

Fazer auto-sacrifícios pela família tem sido relatado como um fator de resiliência, por algumas mulheres em migração forçada, como um factor que pode ajudar a fortalecer sua autoconfiança, posição na família e identidade, durante o período de transição para uma nova vida (Sossou et al., 2008). Da mesma maneira, estas relações de sacrifício em busca de um bem-estar familiar, também podem ser vistas no presente estudo, através da preocupação das participantes com a providência de recursos financeiros para os seus familiares.

O risco da fome também foi um significado atribuído à adversidade no país de origem. Segundo Sakiko (2014), a relação entre escassez de alimentos e migração é complexa e muitas vezes indireta. A origem desta relação pode estar no facto das famílias perderem o acesso à comida, por meio de algum dos seguintes três direitos: de produção, troca salarial ou transferências sociais. As transferências sociais em espécie, consistem em bens e serviços individuais fornecidos a título de transferências em espécie pelas administrações públicas para as famílias, quer esses bens e serviços sejam comprados no mercado quer sejam produzidos como produção não mercantil por administrações públicas. Estas podem ser financiadas pelos impostos, por outras receitas públicas ou por contribuições para a segurança social ou por doações ou rendimentos de propriedade. Uma das causas para a dificuldade de acesso à comida pode estar relacionada com as falhas das instituições sociais para fornecer uma rede de segurança através destas transferências sociais (Sen, 1982; Sen e Dreze, 1989). Atualmente, os deslocamentos populacionais relacionados à escassez de alimentos e à fome são mais complexos e combinados com a guerra civil e outros tipos de agitação política, por exemplo. Esses fatores podem se unir e influenciar os movimentos populacionais (Sakiko, 2014).

Relativamente aos significados para adversidades referentes ao trabalho salientaram-se as seguintes categorias: não ter mais o trabalho que deixou no país de origem, desemprego, a falta de direitos, trabalho informal para mães sozinhas e falta de aposentadoria. Ter um emprego seguro foi um fator crítico apontado para a saúde mental e bem-estar de refugiados (Casimiro, Hancock & Northcote, 2007; Perera et al., 2013). Um estudo demonstrou (Baird,

2012) que o emprego também pode permitir que mulheres refugiadas melhorem seu estado de saúde, bem como aumentarem suas redes sociais.

Não foi constatado em nenhum relato das participantes a assistência na procura de emprego, porém, mesmo quando as mulheres tiveram acesso a este serviço, elas enfrentaram barreiras como a necessidade de cuidadores para os seus filhos ou na tarifa de transporte, o que sugeriu também que a segurança económica deve ser abordada a partir de uma perspectiva multissistémica (Goodman et al., 2017).

De uma outra perspectiva, mulheres migrantes forçadas podem enfrentar perspectivas limitadas de emprego por causa da economia, bem como pela falta do status de migração legal, segundo Goodman e colegas (2017) e em geral, correm riscos de exploração económica nos países de acolhimento (Desjarlais, Eisenberg, Good & Kleinman, 1995). Além de que a interrupção das carreiras de trabalho das mulheres migrantes é, frequentemente, um efeito do processo migratório (Sandell, 1977).

As adversidades e o feminino(s)

Para as mulheres em migração forçada, as adversidades relacionadas ao género foram significadas através de categorias como: ausência de suporte, ausência de atividades sociais, negligência paternal, diferenças na legislação em relação à paternidade, relação com a poligamia, ser mãe solteira, não ter feito um planeamento familiar e problemas da gravidez.

Num estudo meta-etnográfico (Schmied, Black, Naidoo, Dahlen & Liamputtong, 2017) foram analisadas as experiências de mulheres migrantes forçadas e voluntárias, tendo sido concluído que todas as mulheres atribuíram as suas experiências e sintomas associados à depressão pós-parto à sua posição de mulher migrante. Além disso, todas as mulheres nesse estudo relataram dificuldades de acesso aos serviços, demonstrando sua invisibilidade nos serviços de maternidade. No presente estudo também as mulheres relataram problemas relacionados com a gravidez.

Como esposas e / ou mães, as mulheres arcam com encargos extras no processo de migração, a fim de apoiar os membros da família a se ajustarem a um novo modo de viver e frequentemente assumem o papel de proteger e defender os valores familiares, cultura e crenças (Le Espiritu, 2001). As relações de género que moldam as mulheres são conhecidas por reforçar as normas tradicionais de género e as posições das mulheres dentro das

hierarquias intra-familiares, com implicações para o acesso desigual aos recursos (Agarwal 1997). Além do mais, membros do agregado familiar do sexo masculino e feminino usam estratégias de subsistência diferentes (Wrigley-Asante 2014). No que se refere ao relacionamento das mulheres participantes com os maridos, companheiros e/ou pais dos seus filhos, os significados dados às adversidades, foram atribuídos nesse âmbito: de poligamia como fator cultural, a negligência paternal como fator cultural no país de origem e o processo de divórcio. Pavlish (2005) aponta em sua pesquisa, que a perda de apoio social da família ou dos maridos que abandonam mulheres refugiadas pode resultar em tristeza, desesperança e pobreza. Estes sentimentos podem ser agravados, especificamente, quando é o caso dos maridos abandonarem estas mulheres em migração forçada.

Outro fator importante destacado por um estudo (McBrien, 2011), diz respeito às diferenças de gênero relativamente às preocupações com os filhos. Foi descrito que os homens estavam preocupados com a extensão das mudanças no comportamento de seus filhos e valores culturais subjacentes. Contudo, as mulheres refugiadas estavam particularmente apreensivas em relação às suas filhas sendo intimidadas na escola ou desenvolvendo hábitos desrespeitosos. Apesar de pouco conclusivos, estes estudos parecem ser pistas para aprofundar as diferentes preocupações com os filhos, de homens e mulheres (pais e mães) em contextos de migrações e mudanças de contextos culturais.

Recursos

Nesta seção foram apresentados os recursos atribuídos pelas participantes que foram relacionados, de forma geral, tanto ao país de acolhimento quanto no país de origem, às seguintes áreas: política, trabalho, família, segurança, saúde, finanças, trabalho, religião, integração e suportes institucionais, bem como a relação com o gênero.

Recursos no País de Acolhimento

Família. Os recursos relacionados com a família identificados pelas mulheres deste estudo foram: apoio familiar em processos legais no país de origem, ou seja, os membros da família que permaneceram, puderam ajudar em questões legais (e.g. documentação para o pedido de asilo do filho), assim como os cuidados prestados aos filhos que ficaram no país de origem.

Outros recursos considerados para o processo migratório das participantes foram: parte dos familiares terem a nacionalidade do país de acolhimento, e/ou já terem participado de algum outro processo migratório anteriormente, e/ou ter sido uma decisão conjunta familiar sobre a migração, familiares terem uma boa apreciação do país de origem e parte da família encontrar-se no país de acolhimento.

Exatamente sobre a importância da família no país de acolhimento, o estudo de Catolico (2013), demonstra que uma família unida é um fator que aumenta e mantém relacionamentos e bem-estar familiar. Em relação às comunidades étnicas e familiares, estas podem representar recursos de apoio adicionais para mulheres refugiadas, pois auxiliam o bem-estar e integração numa nova sociedade (Baird, 2012). Assim, o restabelecimento do parentesco e a garantia da unidade familiar podem ajudar a aliviar os efeitos adversos da migração (Catolico, 2013). Para além dos membros da família imediata, a família alargada e os amigos próximos também foram citados como importantes fontes de apoio (Whittaker Hardy, Lewis, & Buchan, 2005).

Letiecq et al. (2014) referem que a separação familiar pode ser um estressor estrutural, por poder levar anos para que os membros da família se reúnam novamente, ou algumas vezes nunca se reúnem. Isto pode ocorrer por atrasos frequentes do governo em relação aos processos dos casos de migração, ou devido à segurança nas fronteiras. Na literatura, este fator indicado como adversidade, a separação familiar, foi relacionado por muitas mulheres refugiadas que indicaram que o fato de terem deixado para trás os familiares em uma situação instável foi uma experiência traumática (Schweitzer, Melville & Lacherez, 2006; Nilsson, Barazanji, Heintzelman, Siddiqi & Shilla, 2012). Além de que, a incerteza sobre a condição dos membros da família que foram deixados para trás é uma fonte importante de sofrimento entre as mulheres refugiadas (Catolico, 2013). Assim, as mulheres que não possuem recursos familiares podem experimentar mais vulnerabilidade a problemas de saúde mental, segundo Whittaker et al. (2005).

Segurança, Saúde e Suporte institucional. Nesta seção foram associados, aspetos relacionados ao suporte institucional, saúde e segurança, entre os que foram citados pelas participantes, incluíram: suporte e apoio social nas instituições, suporte psicológico, ausência de doenças e percepção de segurança.

O fornecimento de informações e serviços de saúde, como aconselhamento e oficinas educativas, pode permitir que as mulheres refugiadas identifiquem e busquem ajuda profissional de maneira adequada e em tempo hábil (Anstiss & Ziaian, 2010). Além disso, grupos de discussão de saúde mental cultural e linguisticamente apropriados fornecem uma plataforma para as mulheres refugiadas compartilharem suas experiências e responsabilidades e obterem apoio social de indivíduos que compartilham experiências e desafios comuns (Donnelly et al., 2011). Existem relatos de atuais políticas e orientações sobre avaliação e planejamento estratégico local destinados a migrantes e “grupos vulneráveis”, com o objetivo de melhorar os resultados de saúde da população e reduzir as desigualdades na saúde. Contudo, um exame das orientações existentes e documentos de recursos relacionados a estes grupos revelam que não existem políticas ou orientações sobre como abordar as necessidades de saúde explicitamente de mulheres migrantes vulneráveis (Jayaweera, 2016).

Todavia, um grande trabalho pode estar a ser realizado por órgãos do terceiro setor. Jayaweera (2018) argumenta que são os prestadores de serviços em organizações voluntárias em áreas locais, que são melhores sucedidos na identificação e tratamento das inseguranças de saúde de diferentes categorias de mulheres migrantes vulneráveis, associadas a diversos históricos de migração e circunstâncias pós-migração. Estes serviços oferecidos, às vezes não tanto diretamente pelo estado, podem inferir uma contribuição para a própria percepção de segurança das mulheres participantes, por exemplo. Todos estes apoios citados, também foram referidos de forma mais geral na presente investigação. Foram relatadas a importância do apoio e suporte institucional, até mesmo com serviços psicológicos que foram oferecidos e considerados como importantes fontes de recurso para as participantes.

Para que os direitos humanos, as capacidades e as necessidades das mulheres migrantes nas sociedades receptoras sejam plenamente realizadas, os caminhos e intervenções de serviços existentes devem ser reexaminados e novas estratégias sociais e de saúde que desafiam múltiplas inseguranças cruzadas devem ser desenvolvidas. O’Mahony & Donnelly (2013) destacam a necessidade de mais pesquisas para explorar as experiências das mulheres refugiadas nos estágios pré-migração e pós-migração, a fim de ajudar a identificar suas preocupações com a saúde e as necessidades de apoio social.

Finanças. Em relação às questões financeiras foram tratados como recursos: a importância de se ter economias poupadas e dinheiro disponível, possuir bens familiares em comum obtidos antes da migração forçada e ajuda financeira mantida pela família, mesmo já no país de acolhimento. Outro significado destacado como recurso relacionado às finanças das participantes neste estudo foi o fato de ter maiores recursos económicos disponíveis poder representar um maior distanciamento de determinados fatores de risco (e.g. não ter moradia ou desemprego) na migração forçada.

Como Abramitzky et. al (2012) afirmam, mesmo se as barreiras para a migração fossem restritas, os custos elevados para migração e restrição de crédito impediriam que os mais pobres mudassem para países mais ricos. Deste modo, nota-se que as mulheres participantes nesta pesquisa possuíam recursos mínimos para poderem migrar, mesmo no contexto de uma migração forçada. Apesar do trabalho no país de origem, os recursos financeiros poderiam vir da(s) família(s), o que vai de encontro ao que Abramitzky et al. (2012) destacaram, de que os recursos económicos que os pais possuem pode afetar diretamente a migração, financiando o custo desta, por exemplo.

Integração. Os recursos na adaptação no país de acolhimento foram relacionados a: relacionamentos interpessoais no país de acolhimento, propostas para a receção de refugiados e condições mínimas de sobrevivência garantidas no país de acolhimento.

A associação entre tempo de residência no país anfitrião e resultados de aculturação ainda não está clara. A hipótese da curva U de acordo com a qual as transições transculturais começam com prazer e euforia, seguidas de crise, recuperação e, finalmente, ajuste (Gullahorn & Gullahorn, 1963), não foi totalmente apoiada. Embora a hipótese da curva U não tenha sido completamente abandonada, acredita-se agora que os padrões da associação dependem do tipo de grupo migratório (residentes, imigrantes, refugiados) e também se os resultados da aculturação são cognitivos, comportamentais ou afetivos (Ward, Bochner & Furnham, 2001).

Beiser et al. (1988) verificaram que as mulheres estavam propensas a experimentar uma relativa falta de envolvimento com a cultura hospedeira e a possuir menos habilidades específicas para a cultura do país de acolhimento.

Religião. Os recursos relacionados à religião citaram a crença em Deus, atribuindo a ele o saber sobre a causa da gravidez e da saúde durante a gestação e a religião como um fator positivo associado à cultura. De acordo com Sossou et al. (2008), a realização espiritual e o apoio social são estratégias de resiliência comumente usadas, que ajudam as mulheres em busca de asilo e refugiadas a manterem o equilíbrio, apesar de seu estatuto incerto e do sofrimento contínuo.

Observou-se, que não é somente a crença em Deus, que pode ligar as mulheres migrantes forçadas a um meio espiritual. A própria espiritualidade, segundo Perst e Keller (1993) é a experiência humana de descobrir significado, propósito e valores, que podem ou não incluir o conceito de um Deus ou ser transcendente. Ou seja, espiritualidade também pode ser definida como espiritualidade não-religiosa e esta também pode contribuir para lidar com novas situações e experiências chocantes (Sossou et al., 2008). Estas vivências adversas são citadas, como, por exemplo: perda de status profissional (Casimiro, Hancock & Northcote, 2007) e/ou perda de uma autoridade parental em relação aos próprios filho (Catolico, 2013).

A Política como recurso no país de origem

A participação política individual e familiar foi considerada como importante fonte de recursos no país de origem, para a passagem em seus processos migratórios forçados. Como (Kalita, 2018) descreveu, a participação política é vital para a causa do empoderamento das mulheres e é um dos meios para alcançar a igualdade de gênero e a justiça. Podem haver várias manifestações da participação das mulheres na política, como eleitores, ativistas, trabalhadores do partido, concorrentes em eleições, entre outras. No entanto, o fator que mais fala em volumes sobre o grau de participação política das mulheres é quantidade de mulheres participantes em eleições e, finalmente, ser eleito como representantes políticos para os órgãos de decisão (Kalita, 2018).

Trabalho como recurso: do país de origem ao de acolhimento

Ter um emprego seguro é um fator crítico na saúde mental e no bem-estar em migrantes. Ser empregado permite às mulheres migrantes forçadas melhorar seu estado de saúde, bem como aumentar suas redes sociais (Baird, 2012). Assim explica-se porque fatos como, ter uma oportunidade de emprego, a satisfação com o trabalho e a dedicação profissional foram considerados como recursos importantes, em ambos os contextos, de origem e acolhimento.

Awumbila e Ardayfio-Schandorf (2008) ainda afirmaram que as mulheres jovens podem não casarem para a geração de renda e sim, para adquirir dotes para serem identificadas com perspectivas de vida, como fatores de atração. Outros autores afirmam que o acesso à educação e o acesso à formação de profissionais também são motivações para as suas migrações de forma geral (Hashim & Thorsen 2011).

Os recursos e os femininos

Os recursos relacionados às questões de gênero foram: papéis de gênero na revolução/política, contribuição de mulheres em cargos de poder durante a revolução no país de origem, suporte dado e recebido de outras mulheres, atividades recreativas e sociais entre mulheres, suporte entre mulheres da família, importância da figura materna, suporte transgeracional, suporte a outras mulheres suporte de mulheres do país de acolhimento

Destacaremos neste tópico o suporte dado às outras mulheres e o seu caráter familiar, especificadamente maternal, ou mesmo para mulheres exteriores a este contexto. O que se destaca nos significados dados a recursos relacionados ao gênero em relação ao contexto familiar é o suporte entre mulheres da família e também as relações de apoio e suporte que ainda mantinham ou já mantiveram com suas próprias mães. Alguns estudos com mulheres migrantes forçadas apontaram que mulheres que possam ter abandonado as comunidades matriarcais, onde a gravidez e a transição para a maternidade eram apoiadas por membros da família do sexo feminino e não por parteiras, com a remoção dessa norma cultural, tinham maiores chances de ficarem isoladas (Stapleton et al, 2013). Assim, é considerada a importância de culturas baseadas em aspetos matriarcais e familiares, para a contribuição nos processos migratórios forçados, como foi apontado pelo nosso estudo.

Dados apresentados por Heaney e Israel, (2008) demonstraram que grupos de mulheres migrantes forçadas em Arusha, ao fornecerem apoio emocional, instrumental e informativo umas as outras, puderam experimentar bem-estar. Isso também significa que as comunidades também fornecem apoio na forma de informação e podem capacitar as mulheres refugiadas a lidar de forma mais eficaz com as suas preocupações (Baird, 2012) Estas comunidades oferecem uma oportunidade para as mulheres compartilharem suas experiências e valores culturais com seus pares, aliviando a angústia (Keygnaert, Vettenburg &

Temmerman, 2012). Da mesma maneira, no presente estudo, foi destacado o apoio entre mulheres como importante característica do feminino.

Resiliência, gênero e migrações forçadas; implicações e limitações

Embora grande parte da literatura sobre refugiados tenha se concentrado em efeitos adversos, como vulnerabilidade e desafios, a migração também pode trazer mudanças positivas para as mulheres refugiadas como, liberdade, equidade e maiores oportunidades de educação e trabalho (Sulaiman-Hill & Thompson, 2012).

Contudo, o impacto que qualquer fator isolado tem na resiliência irá diferir pela quantidade de exposição ao risco, juntamente com os mecanismos que protegem contra o impacto do trauma, o que mostra uma especificidade cultural e contextual para indivíduos particulares. Este processo é denominado de variação cultural (Ungar, 2014). Do mesmo modo, estudos que propõe processos de proteção universal podem ser considerados propostas falaciosas em relação às investigações sobre resiliência, pois a variabilidade em que o indivíduo responde em diversos contextos e ao longo do tempo, tornam improvável que o mesmo processo e resultados permaneçam iguais no local e decorrer do tempo (Rutter, 2006).

Outro fator que é válido e importante destacar refere-se às características apresentadas e possibilidades de estudos dos processos de resiliência, que é pouco provável que consigamos identificar apenas uma mensuração para uma resiliência adequada, no que se refere a todos os níveis de exposição ao trauma e contextos. Discussões mais amplas sobre como a resiliência se parece em diferentes culturas e contextos tem mostrado muitas maneiras diferentes de lidar com eventos traumáticos, muitos dos quais ainda não estão bem refletidos na literatura (Ungar, 2012). Como observamos neste estudo, referentes às relações destas mulheres com suas mães, ou a participação política no país de origem, como recursos nos processos migratórios forçados.

Intervenções individualmente focalizadas são menos propensas a promover bem-estar do que intervenções que primeiro abrandem a exposição a fatores de risco como violência, pobreza e marginalização social resultantes da migração, e também da homofobia e racismo, por exemplo. Por isso, mais pesquisas são necessárias para identificar como os tratamentos

baseados em evidências variam em sua eficácia quando a exposição ao risco muda. (Ungar, 2014)

Foi observado que há a necessidade de se considerar fatores culturais e contextuais para se estudar resiliência, assim como, estudos relacionados às características de género em migrações forçadas são importantes para dar voz às principais figuras do processo, nomeadamente, mulheres. Informações contidas e significadas por mulheres sobre processos de resiliência e suas adversidades e recursos são importantes para se ampliar e conhecer melhor formas de atuação e trabalho específicos no cenário de Portugal. Ou seja, ONGs, políticas, práticas e até mesmo o ativismo de género, podem se basear através de exemplos como o estudo presente para aperfeiçoarem suas ações com este grupo de mulheres.

Pode-se considerar que o estudo apresentou limitações quanto ao número de entrevistadas, conforme referido, que ocorreu por resistência das mulheres em partilharem suas histórias, pelo medo, trauma, inseguranças ou por cansaço em participarem de tantos estudos. Os resultados deste estudo devem ser lidos no contexto do seu carácter exploratório e qualitativo tendo em conta o desenho metodológico escolhido. Estudos futuros devem optar por outras metodologias e recorrer a amostras mais alargadas e representativas.

Apesar das dificuldades encontradas no percurso do estudo, os resultados propostos possibilitam um melhor conhecimento das migrações, contribuindo para uma maior compreensão do panorama dos processos de resiliência e género nas migrações forçadas de mulheres em Portugal. No caso das mulheres participantes deste estudo foi importante perceber suas especificidades na resiliência, pois, frequentemente, aquilo que os estudos identificam como fatores de risco ou protetores não abrangem mulheres em todas as culturas e contextos.

Referências Bibliográficas

- Abramitzky, R., Boustan, L. P., & Eriksson, K. (2012). Have the poor always been less likely to migrate? Evidence from inheritance practices during the age of mass migration. *Journal of development economics*, 102, 2-14.
- Abu-Lughod, L. (2015). *Do Muslim Women Need Saving?* Harvard University Press: Cambridge, MA, USA, 2015; ISBN 9780674088269.
- American Psychological Association (2012). *Report of the APA task force on immigration: Executive summary*. Washington.
- Anstiss, H. & Ziaian, T. Mental health help-seeking and refugee adolescents: qualitative findings from a mixed-methods investigation. *Aust Psychol.* 2010;45(1):29–37.
- Apitzsch, U. & Siouti, I. (2007) *Biographical Analysis as an Interdisciplinary Research Perspective in the Field of Migration Studies*. Frankfurt am Main: Research Integration, Johann Wolfgang Goethe Universität, University of York.
- Baird, M.B. (2012). Well-being in refugee women experiencing cultural transition. *Adv Nurs Sci.*;35(3):249–63.
- Bardin L. (2011) *Análise de conteúdo*. SP: Edições 70, 2011.
- Berry, J. W. (2004). Migração, aculturação e adaptação. In I. B. Güntert & M. Chinalli (Orgs.), *Psicologia, E/ imigração e cultura*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bogner, D., Herlihy, J., & Brewin, C. R. (2007). Impact of sexual violence on disclosure during Home Office interviews. *British Journal of Psychiatry*, 191, 75–81.
- Bracken, P. J., Giller, J. E., & Summerfield, D. (1995). Psychological responses to war and atrocity: The limitations of current concepts. *Social Science & Medicine*, 40(8), 1073–1082.
- Breslau, J. (2004). Cultures of trauma: Anthropological views of posttraumatic stress disorder in international health. *Culture, Medicine, & Psychiatry*, 28(2), 113–126.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (2007). The bioecological model of human development. In *Handbook of Child Psychology* (pp.793-828). Hoboken: John Wiley & Sons. <http://dx.doi.org/10.1002/9780470147658.chpsy0114>
- Brooks, R. B., & Goldstein, S. (2005). *Handbook of resilience in children*. Kluwer Academic Plenum Publishers.
- Brown C., Schale C.L., Nilsson J.E. (2010). Vietnamese immigrant and refugee women’s mental health: an examination of age of arrival, length of stay, income, and English language proficiency. *J Multicult Couns Dev.* 38(2):66–76.
- Casimiro, S., Hancock P. Northcote J. (2007). Isolation and insecurity: resettlement issues among Muslim refugee women in Perth, Western Australia. *Aust J Soc Issues.*;42(1): 55–69.
- Catolico, O.(2013). Seeking life balance the perceptions of health of Cambodian Women in Resettlement. *J Transcult Nurs.*; 24(3):236–45.
- Cernea, M. (1993) Disaster-related refugee flows and development-caused population displacement. In M.M. Cernea & S.E. Guggenheim (eds.) *Anthropological Approaches to Resettlement: Policy, Practice, and Theory*. Boulder, CO: Westview.
- Chatty (2013). Forced Migration. In I, Ness *The Encyclopedia of Global Human Migration*, 1, 1-4.

- Cicchetti, D. (2013). Annual research review: Resilient functioning in maltreated children—past, present, and future perspectives. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 54(4), 402-422.
- Cicognani, E., Sonn, C., Albanesi, C. & B., Zani.(2018). Acculturation, social exclusion and resistance: Experiences of young Moroccans in Italy, *International Journal of Intercultural Relations*.66,108-118.
- Collins, C.H., Zimmerman, C., Howard,L.M. (2011). Refugee, asylum seeker, immigrant women and postnatal depression: rates and risk factors. *Arch Women Ment Health*. 14(1): 3–11. <https://doi.org/10.1007/s00737-010-0198-7>
- Cyrulnik, B. (2001). *Resiliência: essa inaudita capacidade de construção humana*. Horizontes pedagógicos. Lisboa: Instituto Piaget.
- Cyrulnik, B. (2004). *O Amor que Cura*. Lisboa: squilo, Edi es Multimédia, Lda.
- Cyrulnik, B. (2006). *Falar de amor à Beira do Abismo*. São Paulo: Livraria Martins Fontes.
- Davids, T., & van Driel, F. (2005) Changing perspectives. In T. Davids and F. van Driel (Eds.), *The gender question* (3–25). Aldershot: Ashgate.
- Deacon, Z., Sullivan C. (2009). Responding to the complex and gendered needs of refugee women. *Affilia*.;24(3):272–84.
- Desjarlais, R., Eisenberg, L., Good, B., & Kleinman, A. (1995). *World mental health: problems and priorities in low-income countries*. New York: Oxford University Press.
- Dhamoon, R. (2009). Critical race theory: Toward a post-essentialist form of social critique. In B. S. Bolaria, S. P. Hier, & D. Lett (Eds.). *Racism and justice: Critical dialogue on the politics of identity, inequality and change* (pp. 25–41). Toronto, Canada: Brunswick Books.
- Donnelly TT, Hwang JJ, Este D, Ewashen C, Adair C. & Clinton M. (2011) If I was going to kill myself, I wouldn't be calling you. I am asking for help: challenges influencing immigrant and refugee women's mental health. *Issues Ment Health Nurs*.32(5): 279–90.
- Dowty, A. (1987). *Closed Borders: The Contemporary Assault on Freedom of Movement*. New Haven: Yale University Press.
- Drywood E. Who's in and who's out? The court's emerging case law on the definition of a refugee. *Common Market Law Rev*. 2014;51(4):1093–124.
- Eitinger, L. (1959). The incidence of mental disorders among refugees in Norway. *Journal of Mental Science*, 105, 326–338
- Erdal, M. B. & C. Oeppen. (2018) Forced to leave? The discursive and analytical significance of describing migration as forced and voluntary. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 44:6, 981-998, DOI: 10.1080/1369183X.2017.1384149
- Fairchild, H.P. (1925). *Immigration: A World Movement and its American Significance*. New York: Macmillan.
- Fiddian-Qasmiyeh, E., Loescher, G., Long, K., Sigona, N., 2014. *The Oxford Handbook of Refugee and Forced Migration Studies*. Oxford University Press.
- Fiddian-Qasmiyeh, E. (2010) “Ideal” Refugee Women and Gender Equality Mainstreaming: “Good Practice” for Whom? *Refugee Survey Quarterly* 29(2): 64–84.

- Fletcher, D., & Sarkar, M. (2013). Psychological resilience: A review and critique of definitions, concepts, and theory. *European Psychologist, 18*(1), 12–23.
- Garbarino, J. (2005). Foreword. In M. Ungar (Ed.), *Handbook for working with children and youth: Pathways to resilience across cultures and contexts* (pp. xi–xiii). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Goodman, R. D., Vesely, C. K., Letiecq, B. L., & Cleaveland, C. (2017). Trauma and resilience among refugee and undocumented immigrant women. *Journal of Counseling & Development*.
- Gunderson, L. H., & Holling, C. S. (2002). *Panarchy: understanding transformations in systems of humans and nature*. Washington: Island.
- Hajdukowski-Ahmed, M., Khanlou, N., and Moussa, H. (2008) ‘Introduction’. Pp. 1–24 in M. Hajdukowski-Ahmed, N. Khanlou, and H. Moussa (eds.), *Not Born a Refugee Woman: Contesting Identities, Rethinking Practices*. Oxford: Berghahn Books.
- Hashimoto-Govindasamy, L. & Rose V. (2011) An ethnographic process evaluation of a community support program with Sudanese refugee women in western Sydney. *Health Promot J Aust. 22*(2):107–12.
- Hathaway, J. C. (2007). *Journal of Refugee Studies, 20* (3)1. September 2007, 349–369.
- Heaney, C.A., Israel, B.A. (2008) Social networks and social support. In: Glanz K, Rimer B, Viwanath K (eds) *Health behavior and health education: theory, research, and practice*. Jossey-Bass, San Francisco, pp 189–210
- Hein, J. (1993) Refugees, Immigrants and the State. *Annual Review of Sociology 19*, 43–59.
- Hinton, D. E. & L. J. Kirmayer. (2016). The flexibility hypothesis of healing. *Culture, Medicine, and Psychiatry*. doi:10.1007/s-016-8.
- Hosseini, K. (2007). *A cidade do sol*. Riverhead Books, EUA.
- Kane, J.C., Johnson, R.M., Robinson, C., Jernigan, D.H., Harachi, T.W. & J.K., Bass.(2016). Longitudinal effects of acculturation on alcohol use among Vietnamese and Cambodian immigrant women in the USA. *Alcohol Alcohol. 51*:702-9.
- Kaplan, H. B. (2005). Understanding the concept of resilience. In S. Goldstein & R. B. Brooks (Eds.), *Handbook of resilience in children* (pp. 39–47). New York, NY: Springer.
- Keygnaert, I., Vettenburg, N. & Temmerman, M.(2012) Hidden violence is silent rape: sexual and gender-based violence in refugees, asylum seekers and undocumented migrants in Belgium and the Netherlands. *Cult Health Sex.14*(5):505–20.
- Krupinski, J., Stoller, A., & Wallace, L. (1973). Psychiatric disorders in East European refugees now in Australia. *Social Science & Medicine, 7*(1), 31–49.
- Le Espiritu Y. “We Don’t Sleep Around Like White Girls Do”: family, culture, and gender in Filipina American Lives. *Signs. 2001*;26(2):415–40.
- LeMaster JW, Broadbridge CL, Lumley MA, Arnetz JE, Arfken C, Fetters MD, et al. (2017) Acculturation and post-migration psychological symptoms among Iraqi refugees: a path analysis. *Am J Orthopsychiatry*. Mar 2. doi: 10.1037/ort0000240.
- Luthar, S. S., & Cicchetti, D. (2000). The construct of resilience: Implications for interventions and social policies. *Development and Psychopathology, 12*, 857–885.

- Luthar, S. S., Cicchetti, D., & Becker, B. (2000). The construct of resilience: a critical evaluation and guidelines for future work. *Child Development*, 71(3), 543–562.
- Luthar, S. S., Sawyer, J. A., & Brown, P. J. (2006). Conceptual issues in studies of resilience: past, present, and future research. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 1094, 105–15.
- Mahlke, H & L. Yamamoto. (2017). Venezuelan displacement: a challenge to Brasil. *Forced Migration Review*, Volume 2017, Number 56, 2017, pp. 50-50(1)
- Malkki, L. H. (1996) ‘Speechless Emissaries: Refugees, Humanitarianism, and Dehistoricization’. *Cultural Anthropology* 11(3): 377–404.
- Martin, S. Forbes (1991), *Refugee Women*, London & New Jersey, Zed Books Ltd.
- Masten, A. S., & Obradovic, J. (2008). Disaster preparation and recovery: Lessons from research on resilience in human development. *Ecology and Society*, 13(1), 9.
- McAslan, A. (2010). *The concept of resilience: Understanding its origins, meaning and utility*. Adelaide, SA: Torrens Resilience Institute.
- McBrien JL. (2011) The importance of context: Vietnamese, Somali, and Iranian refugee mothers discuss their resettled lives and involvement in their children’s schools. *Comp J Comp Int Educ*. 41(1):75–90.
- McMichael, C.E. (2003). Sadness, displacement, resettlement: Somali refugee women in Melbourne. Parramatta BC, NSW: Transcultural Mental Health Centre;
- Miller, K. E., Kulkarni, M., & Kushner, H. (2006). Beyond trauma-focused psychiatric epidemiology: Bridging research and practice with war-affected populations. *American Journal of Orthopsychiatry*, 76(4), 409–422.
- Moro, M. R. (2015). Psicoterapia transcultural da migração. *Psicologia USP*, 26(2), 186-192. Epub 00 de de 2015. <https://dx.doi.org/10.1590/0103-6564D20140017>
- Morse, J. (1994). Designing funded qualitative research. In N. Denzin & Y. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp.220-235). Thousand Oaks: Sage.
- Murphy, H. B. M. (1955). *Flight and resettlement*. Paris: UNESCO.
- Nilsson, J.E., Brown, C., Russell, E.B. & Khamphakdy-Brown, S. (2008). Acculturation, partner violence, and psychological distress in refugee women from Somalia. *J Interpers Violence*.;23(11):1654–63.
- Nilsson, J.E., Barazanji D.M., Heintzelman A., Siddiqi M. & Shilla Y. (2012). Somali women’s reflections on the adjustment of their children in the United States. *J Multicult Couns* 40(4):240–52.
- Oliver-Smith, A. & A. Hansen. (1982) Introduction: involuntary migration and resettlement: causes and contexts. In *Involuntary Migration and Resettlement: The Problems and Responses of Dislocated People* (eds.) A. Hansen & A. Oliver-Smith. Westview Special Studies. Boulder, CO: Westview.
- Olsaretti, S. 1998. “Freedom, Force and Choice: Against the Rights-Based Definition of Voluntariness”. *Journal of Political Philosophy* 6 (1): 53–78.
- O’Mahony J. & Donnelly T. (2013). How does gender influence immigrant and refugee women’s postpartum depression help-seeking experiences? *J Psychiatr Ment Health Nurs*.;20(8):714–25.

- Pavlish, C.(2005). Refugee women's health: collaborative inquiry with refugee women in Rwanda. *Health Care Women Int.*;26(10):880–96.
- Perera S, Gavian M, Frazier P, Johnson D, Spring M, Westermeyer J, et al. (2013). A longitudinal study of demographic factors associated with stressors and symptoms in African refugees. *Am J Orthopsychiatry.* 83(4):472–82.
- Petersen, H. D. (1989). The controlled study of torture victims: Epidemiological considerations and some future aspects. *Scandinavian Journal of Social Medicine,* 17(1), 13–20.
- Phinney, J. S. (2004). Formação da identidade de grupo e mudança entre migrantes e seus filhos. In M. Güntert, I. B. Chinalli (Orgs.), *Psicologia, E/imigração e cultura* (pp. 47-60). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pittaway, E., and Bartolomei, L. (1991) 'Refugees, Race, and Gender: The Multiple Discrimination against Refugee Women'. *Refugee* 19(6): 21–32.
- Price, C. (1969). The study of assimilation. In *Migration* (ed.) J.A. Jackson. Sociological studies ; 2. London: Cambridge University Press.
- Ravenstein, E., (1885). The laws of migration. *Journal of the Royal Statistical Society* 48, 167–235.
- Reiter, R. (1975) 'Introduction'. Pp. 10–19 in R. Reiter (ed.), *Toward an Anthropology of Women*. New York: Monthly Review Press.
- Richmond, A.H. (1994) *Global apartheid: Refugees, racism, and the new world order*. Oxford: Oxford University Press.
- Robertson, C.L., Halcon, L., Savik, K., Johnson, D., Spring, M., Butcher, J., et al. (2006). Somali and Oromo refugee women: trauma and associated factors. *J Adv Nurs.* ;56(6):577–87.
- Sakiko, F. (2014). Introduction: Food Scarcity and Migration. *Social Research,* 81(2), 273–275. <https://doi.org/10.1353/sor.2014.0023>
- Samuel E. (2009). Acculturative stress: south Asian immigrant women's experiences in Canada's Atlantic provinces. *J Immigr Refug Stud.* 7(1):16–34.
- Sandell, S. H. (1977). Women and the Economics of Family Migration. *The Review of Economics and Statistics,* 59(4), 406.
- Santinho, C. (2011). *Refugiados e Requerentes de Asilo em Portugal: contornos políticos no campo da saúde*, Tese de Doutorado em Antropologia, Lisboa, ISCTE- IUL.
- Schmied, V., Black, E., Naidoo, N., Dahlen, H.G. & Liamputtong, P. (2017). Migrant women's experiences, meanings and ways of dealing with postnatal depression: A meta-ethnographic study. *PLoS ONE.*; 12(3): e0172385. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0172385>
- Schweitzer R., Melville F., Steel Z. & Lacherez P. (2006) Trauma, post-migration living difficulties, and social support as predictors of psychological adjustment in resettled Sudanese refugees. *Aust N Z J Psychiatry.* 40(2):179–88.
- Seaton, E. K., Caldwell, C. H., Sellers, R. M., & Jackson, J. S. (2010). An intersectional approach for understanding perceived discrimination and psychological well-being among African American and Caribbean Black youth. *Developmental Psychology,* 46(5), 1372–9.

- SEF (2017). Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2017. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- Sen, A. (1982). *Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation*. Oxford and New York: Oxford University Press.
- Sen, A. & J. Dreze. (1989). *Hunger and Public Action*. Oxford: Oxford University Press.
- Shishehgar, S., Gholizadeh, L., DiGiacomo, M., Green, A. & P.M., Davidson. (2017). Health and socio-cultural experiences of refugee women: an integrative review. *J Immigr Minority Health*. 19:959–973.
- Silove, D., Austin, P., & Steel, Z. (2007). No refuge from terror: The impact of detention on the mental health of trauma-affected refugees seeking asylum in Australia. *Transcultural Psychiatry*, 44(3), 359–393.
- Silva, J. Carvalho, E. & Bucher-Maluschke (2018). Psychology of Forced Displacement and Migration: A systematic review of the scientific literature. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 35(2), 127-136. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-02752018000200002>
- Smith KLW, Matheson FI, Moineddin R, Glazier RH. Gender, income and immigration differences in depression in Canadian urban centres. *Can J Public Health*. 2007;98(2): 149–53.
- Sossou, M., Craig, C.D., Ogren, H. & M. Schnak. (2008). A qualitative study of resilience factors of Bosnian refugee women resettled in the southern United States. *J Ethn Cult Divers Soc Work.*;17(4):365–85.
- Stacey, J., Thorne, B. (1985) ‘The Missing Feminist Revolution in Sociology’. *Social Problems* 32(4): 301–16.
- Stapleton, H., Murphy, R., Correa-Velez, I., Steel, M. & Kildea S. (2013). Women from refugee backgrounds and their experiences of attending a specialist antenatal clinic. Narratives from an Australian setting. *Women Birth*. 26(4): 260–6. <https://doi.org/10.1016/j.wombi.2013.07.004>
- Steel, Z., Bateman-Steel, C. R., & Silove, D. (2009). Human rights and the trauma model: Genuine partners or uneasy allies? *Journal of Traumatic Stress Studies*, 22(5), 358–365.
- Steel, Z., & Steel, C. (2011). Psychology and Forced Migrants. In P. Martin, F. Cheung, M. Knowles, M. Kyrios, L. Littlefield, J. Overmier & J. Prieto, *IAAP Handbook of Applied Psychology 1*, 684-694. Blackwell Publishing Ltd.
- Sulaiman-Hill, C.M. & Thompson, S.C.(2012). Afghan and Kurdish refugees, 8–20 years after resettlement, still experience psychological distress and challenges to well being. *Aust N Z J Public Health*.36(2):126–34.
- UCRH, (2018). *Global trends report 2017*. Geneva: United Nations High Commissioner for Refugees.
- Ungar, M. (2004). A constructionist discourse on resilience multiple contexts, multiple realities among at-risk children and youth. *Youth & society*, 35(3), 341–365.
- Ungar, M. (2008). Resilience across Cultures. *British Journal of Social Work*, 38(2), 218–235.
- Ungar, M. (2011). *Counseling in challenging contexts: Working with individuals and families across clinical and community settings*. Belmont, CA: Brooks/Cole.

PROCESSOS DE RESILIÊNCIA E GÊNERO: MULHERES EM MIGRAÇÃO FORÇADA

- Ungar, M. (Ed.). (2012). *The social ecology of resilience: A handbook of theory and practice*. New York, NY: Springer.
- Ungar, M. (2015). Resilience and culture: The diversity of protective processes and positive adaptation. In Theron, C., Liebenberg, L. & Ungar, M. (eds.), *Youth Resilience and Culture: Commonalities and complexities*. (p.37-48). New York: Springer.
- UNHCR (2002) Note on the Applicability of Article 1D of the 1951 Convention relating to the Status of Refugees to Palestinian Refugees.
- UNHCR. (2007). *2006 Global Trends: Refugees, Asylum-seekers, Returnees, Internally Displaced and Stateless Persons*, Genebra, UNHCR.
- United Nations. (2009). Resources for speakers on global issues: Refugees. <http://www.un.org/en/globalissues/briefingspapers/refugees/index.shtml>.
- United Nations. (2013). Irregular Migration, Human Trafficking and Refugees 2013 http://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/policy/InternationalMigrationPolicies2013/Report%20PDFs/k_Ch_5.pdf.
- UNHCR, (2007 [1951]). *Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados*, Genebra, UNHCR.
- UNRA (2016). *Global trends report: world at war*. Geneva: United Nations High Commissioner for Refugees.
- Utsey, S. O., Giesbrecht, N., Hook, J., & Stanard, P. M. (2008). Cultural, sociofamilial, and psychological resources that inhibit psychological distress in African Americans exposed to stressful life events and race-related stress. *Journal of Counseling Psychology*, 55(1), 49-62.
- Yunes, M. (2003). Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. *Psicologia em estudo*, 8, 75-84.
- Ward, C., Bochner, S., & Furnham, A. (2001). *The psychology of culture shock* (2). Hove, UK: Routledge.
- Weissberg, R. P., Kumpfer, K., & Seligman, M. E. P. (2003). Prevention that works for children and youth: An introduction. *American Psychologist*, 58, 425– 432
- Whittaker S., Hardy G., Lewis K., & L. Buchan (2005). An exploration of psychological well-being with young Somali refugee and asylum- seeker women. *Clin Child Psychol Psychiatry*;10(2): 177–96.
- Winkelman, M.(1994). Cultural shock and adaptation. *J Couns Dev*. 73(2):121–6.
- Wright, M.O.D., Masten, A.S., & Narayan, A.J. (2013). Resilience processes in development: Four waves of research on positive adaptation in the context of adversity. In Goldstein, S. & Brooks, R. (Eds.), *Handbook of resilience in children* (pp. 15-37). New York: Springer Science & Business Media.
- Zolberg, A.R., S. Aguayo & A. Suhrke. (1989). *Escape from violence: Conflict and the refugee crisis in the developing world*. New York: Oxford University Press.

Anexos

Anexo A

Guião / Narrativas

Questões abertas:

- Conte-me a sua história de vida.
- (Conte-me a sua história de vida: antes de buscar por asilo / durante a mudança de país (ou países) / depois de buscar por asilo em Portugal).
- Que dificuldades sentia em seu país de origem por ser mulher? E o que a ajudava?
- E em Portugal como se sente por ser mulher?
- Que dificuldades sentiu à chegada? E ao longo do tempo? E o que a ajudou?
- (Assegura manter relação com filho(s) e/ou outro familiares?)
- (Preocupa-se com sua segurança por ser mulher?)
- (Atenta-se para sua saúde?)
- (Como vê sua situação educacional e/ou profissional? Considera-se autônoma?)
- (Suporta e/ou tem o suporte de outras mulheres?)
- (Tem uma religião? Qual? Como vê as mulheres em sua religião?)
- Alguma história e comentário que gostasse de adicionar?

Anexo B

Dados sócio-demográficos

Idade: _____

Profissão: _____

Estado Civil: _____

Nível de escolaridade: _____

Qual seu país de origem? _____

Em seu país de origem, logo antes sua saída, viveu em:

a) __ Zona Rural / __ Zona Urbana

b) __ Casa Própria / __ Casa arrendada

c) Quantas pessoas viviam na mesma casa? _____

Com quem saiu de seu país de origem?

__ Sozinha

__ Com os Filhos (Quem são? _____)

__ Com a Família (Quem são? _____)

Outros: _____

Viveu em outro(s) país(es) antes de chegar em Portugal? __ Sim/ __ Não

Se sim, Qual(is)? _____

Anexo C

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Nome Estudo: Processos de Resiliência e Género: Narrativas auto-biográficas de mulheres refugiadas em Portugal

Investigadora Responsável: Laíla Albuquerque Lemos

Tel.: 935539365/ **e-mail:** lemoslaila@gmail.com

Objectivo do Estudo

Investigar os processos de resiliência e género de mulheres que buscam ou obtiveram asilo em Portugal

Condições do Estudo

A entrevista será feita individualmente e será gravada em áudio, que ficará em posse da investigadora, para possibilitar a análise posterior. A investigadora poderá publicar os resultados deste trabalho, tendo sido garantida a não identificação das pessoas envolvidas neste processo, assim como não serão feitas referências a locais ou dados que possam identificar a participante.

O estudo está a ser supervisionado pela Prof. Dra. Carla Moleiro e pela Prof. Dra. Sandra Roberto.

Benefícios da Participação

A participação neste estudo tem como objectivo perceber as trajetórias de vida das entrevistadas e os significados atribuídos por elas mesmas aos processos de resiliência e as suas relações com especificidades de seu género. Procura-se também possibilitar maiores recursos para o conhecimento e intervenção nessa população, em condições de asilo em Portugal.

Voluntariado

Este sistema formativo tem um carácter voluntário. A participante tem a possibilidade, por motivos éticos, de negar a participação ou de se retirar do estudo, a qualquer momento, sempre que assim o entender, sem sofrer qualquer prejuízo.

Confidencialidade, Privacidade e Anonimato

De acordo com as normas da Comissão de Protecção de Dados, os dados recolhidos são anónimos e a sua eventual publicação só poderá ter lugar em Revistas da especialidade, ou seja, as informações serão utilizadas somente para finalidades de estudo científico, ficando a investigadora autorizada a publicar os dados apenas em publicações científicas

Tendo tomado conhecimento sobre a informação disponível do estudo, declaro aceitar participar.

___/___/2018